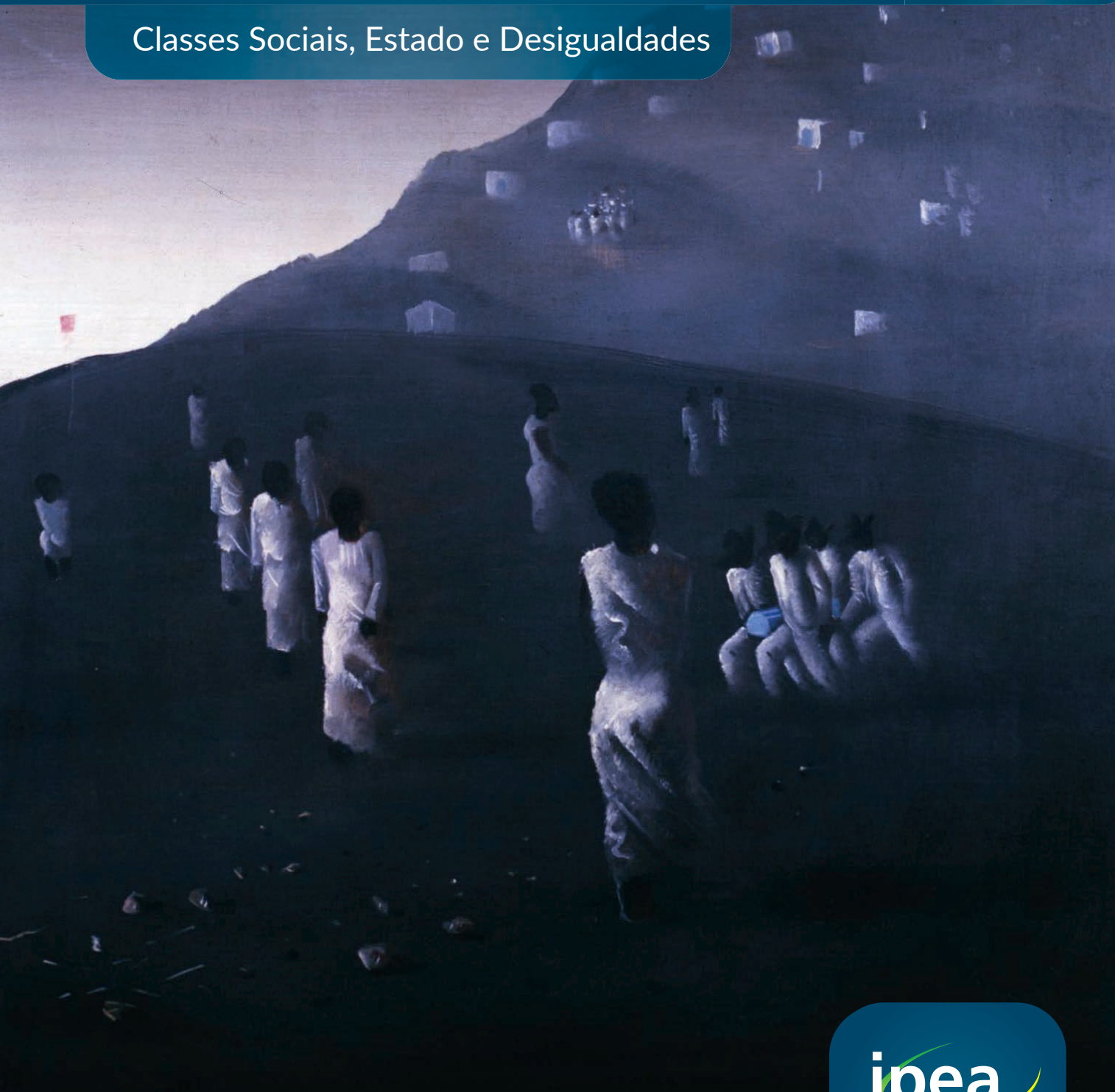


Boletim de Análise Político-Institucional

23

Junho 2020

Classes Sociais, Estado e Desigualdades



ipea

CLASSES SOCIAIS, ESTADO E DESIGUALDADES

Governo Federal

Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Carlos von Doellinger

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Manoel Rodrigues Junior

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Flávia de Holanda Schmidt

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Nilo Luiz Saccaro Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura

André Tortato Rauen

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação

Mylena Fiori

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Boletim de Análise Político-Institucional

Organizadores

Felix Lopez

Marco Antônio Natalino

Comitê Editorial

Acir Almeida

Felix Lopez

Igor Fonseca

Helder Ferreira

Natália Koga

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2020

Boletim de Análise Político-Institucional / Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada. – n.1 (2011) - Brasília : Ipea,
2011-

Semestral.

ISSN 2237-6208

1. Política. 2. Estado. 3. Democracia. 4. Periódicos.
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 320.05

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bapi23>

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

A obra retratada na capa deste vigésimo terceiro Boletim de Análise Político-Institucional é a tela Enterro no Morro, de Candido Portinari (1903-1962), datada de 1936. Além da inegável beleza e expressividade de suas obras, Portinari tem importância conceitual para um instituto de pesquisas como o Ipea. O "pintor do novo mundo", como já foi chamado, retratou momentos-chave da história do Brasil, os ciclos econômicos e, sobretudo, o povo brasileiro, em suas condições de vida e trabalho: questões cujo estudo faz parte da própria missão do Ipea. A Diest agradece ao Projeto Portinari pela honra de usar obras do artista em sua produção.

Direito de reprodução gentilmente cedido por João Candido Portinari.

Sumário

PREFÁCIO	5
Jessé Souza	
INTRODUÇÃO À EDIÇÃO TEMÁTICA CLASSES SOCIAIS, ESTADO E DESIGUALDADES	7
Marco Natalino	
Felix Lopez	
ESPAÇO SOCIAL E ESTRUTURA DE CLASSES EM REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS	17
Emerson Ferreira Rocha	
CLASSE, ESTILOS DE VIDA E VALORES NO BRASIL	27
André Vieira	
Felix Lopez	
ENCONTROS BUROCRÁTICOS E SUAS REVERBERAÇÕES SIMBÓLICAS: UMA EXPLORAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DE INTERAÇÃO COTIDIANA COM AGENTES DO ESTADO	37
Roberto Rocha C. Pires	
POBREZA, REDISTRIBUIÇÃO E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA PERCEPÇÃO DOS BRASILEIROS	49
Marco Natalino	
REPERTÓRIOS SOBRE AS RAZÕES DA DESIGUALDADE NO BRASIL	57
Felix Lopez	
O POVO NÃO ASSISTE A TUDO BESTIALIZADO.....	69
Antonio Lassance	
A MERITOCRACIA E A REPRODUÇÃO DA DESIGUALDADE: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE TRAJETÓRIAS SOCIAIS DE AGENTES DO CAMPO JURÍDICO.....	75
Mariana Garcia	
PERFIS EDUCATIVOS E REPERTÓRIOS DE ACESSO A EMPREGOS	81
Vitor Matheus Oliveira de Menezes	

A pesquisa que deu origem a esta edição do *Boletim de Análise Político-Institucional* (Bapi) foi realizada no contexto do Projeto Pátria Educadora, então escolhido como principal programa governamental da presidenta recém-eleita, Dilma Roussef, para seu segundo mandato presidencial. A pesquisa Radiografia do Brasil Contemporâneo teve início tão logo assumi a presidência do Ipea em abril de 2015 e foi encerrada em abril de 2016. Seu objetivo era reconstruir a socialização familiar e escolar das principais classes sociais brasileiras de modo a iluminar as condições familiares que agiam como obstáculo ou como reforço para uma socialização escolar bem-sucedida. Como a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, sob a condução de Mangabeira Unger, a quem na época o Ipea era subordinado, havia sido escolhida para conduzir o projeto ambicioso de melhorar a educação pública brasileira, essa pesquisa inovadora e ambiciosa poderia ser de grande utilidade para enfrentar com conhecimento e visão de futuro o desafio que nos havia sido proposto. Assim sendo, uma equipe bem treinada de 25 pesquisadores, a maior parte deles com experiência prévia de pesquisa de campo, saiu por todo o país para realizar mais de seiscentas entrevistas em profundidade com indivíduos de todas as classes sociais em todas as grandes regiões brasileiras. Tendo em vista a importância do projeto, assumi a coordenação geral da pesquisa, apoiado por um grupo de pesquisadores experimentados, em todas as suas fases.

Quando a pesquisa foi terminada, em abril/maio de 2016, as condições políticas para se levar a cabo o projeto original não mais existiam. Não obstante, foi possível criar um processo de convencimento no Ipea acerca da importância do esforço realizado, de tal modo a possibilitar o aproveitamento dos resultados da pesquisa para uso futuro. Efetivamente, depois da recolha de dados e da transcrição das entrevistas, é inegável que a pesquisa Radiografia do Brasil Contemporâneo é um dos maiores e melhores bancos de dados qualitativos à disposição hoje no Brasil.

Ainda que seu intuito inicial tenha sido a compreensão dos obstáculos familiares, desde a mais tenra infância, a incorporação de capital cultural e de conhecimento útil, a pesquisa lança luz também sobre uma infinidade de temas, como bem comprova a multiplicidade de assuntos que este volume contempla. Afinal, a reconstrução da genealogia das disposições para o comportamento prático diferencial, a partir da socialização primária e secundária, que foi o objetivo científico da pesquisa, permite iluminar todo um universo de comportamentos, muito especialmente nas classes populares, os quais são ainda pouco conhecidos entre nós.

Normalmente, parte-se do falso pressuposto de que os indivíduos de todas as classes possuem o mesmo comportamento, sendo as diferenças observáveis atribuídas unicamente à renda diferencial. Esta pesquisa, contudo, mostra um aspecto fundamental da realidade brasileira: a desigualdade social abissal e suas consequências na personalidade de indivíduos com pertencimento de classe e pontos de partidas sociais muito distintos.

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bapi23prefacio>

2. Professor titular da Universidade Federal do ABC (UFABC); e ex-presidente do Ipea.

Agradeço aos meus sucessores no Ipea e muito especialmente à Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest), que abrigou a pesquisa e permitiu sua continuidade para uso útil, no instituto e na sociedade brasileira.

INTRODUÇÃO À EDIÇÃO TEMÁTICA CLASSES SOCIAIS, ESTADO E DESIGUALDADES¹

Marco Natalino²

Felix Lopez³

1 APRESENTAÇÃO

Esta edição do *Boletim de Análise Político-Institucional* reúne, em formato de notas de pesquisa, um compêndio de estudos que exploram os dados coletados e organizados no projeto de pesquisa Radiografia do Brasil Contemporâneo, que consistiu em uma pesquisa qualitativa de grande escala, realizada em 2015 e 2016 pelo Ipea (Visser, 2015; Natalino e Visser, 2017). O principal substrato empírico da pesquisa é composto de entrevistas semiestruturadas, em profundidade, com 632 brasileiros adultos, residentes em áreas urbanas de todas as regiões do país. As mais de cinquenta laudas, em média, de cada entrevista transcrita, narram histórias de vida de pessoas entremeadas pela sua relação com instituições econômicas, sociais e políticas. Essas relações com o trabalho, a escola, a religião, a família e o Estado se entrecruzam de forma significativa e revelam o sentido dado pelo indivíduo a cada uma dessas instituições no seu percurso de vida. Buscou-se, assim, captar processos de formação de classes sociais e reprodução de desigualdades, compreendendo-os à luz das disposições práticas, dos modos de vida e das visões de mundo da população.

O roteiro utilizado⁴ assemelha-se, em seu conteúdo, a um tipo de enquête comum às pesquisas de mobilidade social, em que a origem de classe é captada e confrontada com o atual *status*. Dessa forma, a primeira parte das entrevistas versa sobre temas clássicos, como origem familiar, escolaridade, ocupação, renda e consumo. Tais temáticas são como um fluxo narrativo em que o entrevistado revisita a sua primeira infância; o nível educacional e a situação ocupacional dos pais; a relação com familiares, vizinhos e outras redes sociais de apoio; sua vivência com o mundo escolar; a transição entre a escola e o trabalho; a trajetória ocupacional; e os hábitos de poupança e consumo. Percepções sobre a relação entre o indivíduo, a sociedade e o Estado ocupam, *grosso modo*, outra parte das entrevistas, na qual noções de bem-estar, nação, justiça, desigualdade e política são entremeadas com experiências de leitura, fontes de informação, práticas religiosas, meios de engajamento social e formas de acesso a serviços públicos. Em todos os casos, captaram-se não apenas os fatos, mas também os sentidos atribuídos, pelas pessoas, às suas ações e ao seu contexto.

Em comparação com esse gênero de enquête, a pesquisa inova em dois quesitos. Primeiro, a extensão do roteiro de pesquisa é maior que em uma enquête tradicional, o que permitiu abordar a esfera da cidadania e seus significados. Segundo, ao evitar-se a formatação de uma estrutura rígida de perguntas e respostas, criou-se espaço para capturar a interpretação contemporânea das visões de Estado e democracia dos brasileiros. A “opinião pública” captada expressou-se de forma aberta, apresentando um quadro de cognições, valores e preferências mais acurado que o possibilitado por meio da aplicação de questionários fechados, e muito mais amplo e heterogêneo que o almejado por pesquisas qualitativas de pequena escala.

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bapi23introducao>

2. Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

3. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea.

4. Encontra-se no anexo desta introdução.

Uma motivação central deste projeto foi apurar: *i*) a maneira pela qual a ação do Estado atua concretamente na vida dos entrevistados; e *ii*) o modo como essa ação, em sua pluralidade, é interpretada por diferentes segmentos sociais. Os estudos que compõem esta edição deixam claro que as experiências e as percepções expressas não são aleatoriamente distribuídas, sendo condicionadas pelos espaços de socialização e pela posição de classe das pessoas.

A (des)conexão entre as intenções manifestadas pelos agentes do Estado e a cidadania não deve ser menosprezada: é comum uma política pública ser arquitetada com base em juízos preconcebidos sobre o público-alvo a ser atendido. Isso se reverte em pressupostos irreais acerca das demandas de quem necessita de atenção pública e de quais são suas expectativas em termos de justiça, participação e direitos. A chance de desconexão é maior quando as origens de classe e os mundos sociais em que habitam formuladores, implementadores e público-alvo são tão diferentes.

Compreender as condições e as expectativas de vida dos cidadãos possibilita que determinados desenhos de política possam ser reavaliados quanto a sua demanda, seus modos de operação e suas entregas. O material que começa a ser explorado aqui ambiciona contribuir para um entendimento institucional e político mais congruente com a realidade de vida da população brasileira. Para isso, é preciso tanto adentrar a vocação oficial de Estado em suas esferas de atuação quanto entender suas possibilidades de legitimação pública e reformulação a partir das condições sociais e econômicas, dos limites e capacidades, do público beneficiário e potencial.

2 CLASSES SOCIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

A pesquisa Radiografia do Brasil Contemporâneo se insere no debate suscitado a respeito das implicações sociológicas do amplo movimento de ascensão social observado por uma parcela significativa dos brasileiros a partir do início dos anos 2000. De 2003 a 2014, 32 milhões de brasileiros saíram da condição de miséria e outros 30 milhões deixaram a condição de pobreza. Esse contingente representa quase um terço da população brasileira (Singer, 2018, p. 78).

A pesquisa contemplou cinco classes sociais, denominadas “ralé estrutural”, “batalhadores”, “classe média”, “classe média alta” e “classe alta”, as quais foram construídas a partir de investigações anteriores acerca da estrutura social brasileira (Souza, 2009; 2012). Buscou-se ampliar o campo de investigação do foco original nas frações da classe trabalhadora em condição de pobreza, vulnerabilidade e ascensão social recente – esta última pelo menos até 2014 – para incorporar as camadas “estabelecidas” da estrutura social. Em todos os casos, a indicação da classe do entrevistado foi resultado de entrevistas em profundidade com cada um, em que relataram sua origem e sua condição social em termos de capital econômico, cultural e social, considerando-se ainda a ocupação, os gostos e os repertórios políticos e morais.

A ralé estrutural pode ser entendida como a fração inferior da classe trabalhadora, ou, em termos clássicos, como os lumpemproletários, desclassificados, marginalizados, pobres. São particularmente vulneráveis à violação de direitos e reproduzem-se intergeracionalmente como classe excluída. A pesquisa revela que advêm de um ambiente familiar e comunitário de baixíssimo capital econômico e cultural, marcado por pobreza, instabilidade dos cuidados familiares e frágil estímulo ao desenvolvimento infantil. Possuem baixo ou baixíssimo patrimônio, reduzido capital social e escolaridade ou até mesmo, no caso de seus membros mais velhos, nenhuma instrução formal. Na esfera da produção, inserem-se como trabalhadores elementares, empregados domésticos e autônomos precários. Sua capacidade de venda da força de trabalho é bastante limitada, auferindo salários em média próximos ao mínimo. A ralé é,

geralmente, desfilada do sistema de seguro social, e, quando se filia à força de trabalho formal, permanece por pouco tempo nessa condição. Sua trajetória laboral é marcada, assim, pelo risco do desemprego, da doença e da incapacidade ao trabalho.

Os batalhadores constituem uma nova classe trabalhadora, por vezes mal identificada como uma “nova classe média”, incluída econômica e culturalmente nos fluxos contemporâneos do sistema capitalista global.⁵ Se a ralé estrutural constitui um grupo “não só sem capital cultural e econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida (...) das precondições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação” (Souza, 2009, p. 21), os batalhadores constituem uma classe que, de forma limitada, tem algum capital econômico e cultural, bem como uma espécie de “capital familiar” (Souza, 2012; Menezes, 2018) que se expressa como uma disposição prática para o agir no mundo adaptado à ética do trabalho contemporânea. O pensamento prospectivo, o autocontrole e a disciplina permitem uma inclusão subordinada no mundo da produção interdita à ralé, presa que está às necessidades inadiáveis do presente.

As entrevistas revelam que a socialização primária dos batalhadores se deu em ambiente de capital cultural, econômico e social superior à ralé, mas ainda assim relativamente baixo. No que se refere ao capital familiar, nota-se que os estímulos ao desenvolvimento infantil foram significativamente maiores em relação à ralé, e a “criação”, por assim dizer, envolveu também mais comunicação e menos violência. Os batalhadores possuem escolaridade média, sendo comum até mesmo o contato com o ensino superior entre seus membros mais novos. Tendem a se inserir na esfera da produção, seja como trabalhadores formais qualificados e supervisores, seja como trabalhadores autônomos, por conta própria, geralmente em condições precárias, mas podendo até mesmo ser pequenos empregadores. Sua capacidade de venda da força de trabalho, para além da escolaridade e das disposições práticas apontadas, associa-se, por vezes, a um pequeno patrimônio, o que lhes possibilita auferir rendas próximas à mediana nacional.

A classe média são os estabelecidos. Gozam de um relativo privilégio no que se refere à acumulação de capital cultural (principalmente de tipo escolar), capital econômico e prestígio social. Seu privilégio básico se assenta, ainda mais que os batalhadores, sobre poder “esperar e se preparar para o futuro” (Souza, 2012, p. 52), dedicando-se aos estudos a fim de ingressar no mercado de trabalho em condições mais vantajosas.

Os entrevistados dessa classe são pessoas oriundas de famílias com capital cultural e econômico médio, que lhes propiciaram alta estabilidade nos cuidados afetivos, estimularam seu desenvolvimento durante a infância e os criaram mais na base da conversa que no disciplinamento violento. Viveram e vivem em bairros com infraestrutura urbana adequada e socializaram-se em ambientes típicos das classes médias, como as escolas particulares. São pessoas, em geral, com superior completo ou até mesmo alguma pós-graduação, e tendem a possuir algum patrimônio. São empregados especializados, especialistas autoempregados, por vezes assumindo cargos de gerência ou atuando como pequenos empregadores, e auferindo rendimentos muito acima da média nacional.

As classes média alta e alta não são tão facilmente distinguíveis com base na pesquisa. O motivo principal é o número relativamente baixo de pessoas dessas classes que foram entrevistadas.⁶ A distinção mais clara entre elas, como seria de se esperar, está no nível de renda e na propriedade de meios de produção.

5. Para uma síntese de um instigante debate conceitual e terminológico sobre os atributos definidores das frações emergentes da miséria e da pobreza (por exemplo, nova classe média, nova classe trabalhadora e batalhadores, entre outros), remetemos ao capítulo 2 de Singer (2018).

6. Foram entrevistadas 46 pessoas de classe média alta e 14 de classe alta.

Mais que as classes médias estabelecidas, as classes alta e média alta nasceram e cresceram em famílias de capital cultural e econômico de médio para alto. Suas redes sociais são ricas em recursos e seu patrimônio pessoal é elevado. Para além do nível de escolaridade em si, que é maior, distinguem-se da classe média pela característica elitista das instituições de ensino superior que frequentaram. Se a classe alta é composta principalmente de proprietários e grandes empregadores, a média alta é majoritariamente formada pela combinação de alta especialização e exercício de autoridade no ambiente de trabalho, sendo, com maior frequência que a classe média, “chefes”.

Apresentados o contexto e os objetivos do projeto, bem como a perspectiva teórica e empírica de enquadramento das classes sociais, descrevemos a seguir os temas de cada texto da publicação.

3 OS TEXTOS DA PUBLICAÇÃO

Sete dos oito artigos que integram esta edição temática utilizam os dados empíricos coletados no projeto Radiografia do Brasil Contemporâneo. Essa unidade se desdobra na diversidade de recortes e explorações dos dados coletados. De modo panorâmico, os textos contribuem para apurar o entendimento das clivagens sociais e de classe da sociedade brasileira, e como tais clivagens se retraduzem em apreciações, repertórios e atitudes das pessoas no entendimento de políticas públicas ou fenômenos sociais, guardando coerência com suas trajetórias e posições no espaço social, ou de classe.

O artigo de Emerson Rocha, *Espaço social e estrutura de classes em regiões metropolitanas brasileiras*, contribui para a compreensão da distribuição de atitudes dos brasileiros no espaço social (Bourdieu, 1996; 2007). O texto aplica uma análise de componentes principais a fim de explorar se as escalas atitudinais referentes a esferas de ação social – ao trabalho, à família, à comunidade, à política e ao consumo cultural – revelam estilos de vida próprios em cada classe social. A análise empírica se insere nas discussões sobre a pertinência do conceito de classe e em que medida ele captura de forma heurísticamente útil disposições incorporadas, atitudes e comportamentos. Rocha explora se, entre as classes, distâncias e proximidades na posse de bens materiais correspondem a distâncias e proximidades imateriais.

No artigo *Classe, estilos de vida e valores no Brasil*, André Vieira e Felix Lopez abordam, de modo preliminar, as possibilidades de testar empiricamente a propriedade do conceito de classe social, entendido e operacionalizado de forma multidimensional, para caracterizar o espaço das disposições comportamentais dos indivíduos em relação às diferentes esferas da ação social. Para tanto, inspirados em Grusky e Weeden (2010), os autores utilizam dados de *survey* e a técnica de análise de classes latentes com o objetivo de identificar grupamentos emergentes observados a partir de preferências comuns em relação aos hábitos de lazer e aos estilos musicais, bem como atitudes quanto ao ativismo cívico. O texto dialoga com as intenções de verificar como a classe social explica aspectos da organização de identidades e estratégias de vida dos brasileiros, e as conexões entre posições de classe e estilos de vida (Bourdieu, 2007).

Em *Encontros burocráticos e suas reverberações simbólicas: uma exploração das experiências de interação cotidiana com agentes do Estado*, Roberto Pires aplica a “sociologia do guichê” para analisar as situações em que pessoas interagem com funcionários do governo – os encontros burocráticos. Tais encontros são uma via para acessar os microdispositivos que alimentam a autoimagem que os segmentos sociais produzem de si e dos outros a partir da interação com agentes do Estado. Esses agentes são a face prática das ações e dos discursos que, na realidade, impõem, reproduzem e dão corpo às categorias oficiais – arbitrárias – do Estado, ao mesmo tempo que manifestam preconceitos sobre diferentes classes de cidadãos, com base em experiências e socializações fora do próprio Estado. Os encontros são, por assim dizer, matrizes geradoras

de cognições do cidadão sobre o Estado e, nesse sentido, essenciais para compreender a construção cotidiana dos sentidos práticos que o Leviatã e suas políticas carregam no imaginário de distintos públicos das organizações estatais. Em sentido reverso, revelam como os agentes públicos classificam, reclassificam e desclassificam os cidadãos na atividade cotidiana.

No artigo *Pobreza, redistribuição e o Programa Bolsa Família na percepção dos brasileiros*, Marco Natalino explora as diferenças e as similitudes nas percepções das classes sociais sobre o Programa Bolsa Família e, por esse prisma, captura valores e cognições a respeito da pobreza, da desigualdade social, da redistribuição e das avaliações da sociedade civil sobre os beneficiários “merecedores” e “não merecedores” de políticas. A análise aponta as dificuldades de ampliar a cidadania social para setores excluídos em face dos estigmas que lhes são associados. Essas dificuldades se ampliam quando os benefícios sociais mínimos são focalizados apenas nesses grupos e, portanto, não contam com uma coalizão de apoio majoritária, gerando um regime de bem-estar menos generoso e mais desigual (Korpi e Palme, 1998).

Em *Repertórios sobre as razões da desigualdade no Brasil*, Felix Lopez explora, a partir das entrevistas, os enquadramentos e os repertórios aos quais os brasileiros recorrem para explicar as razões das desigualdades que marcam a autoimagem do país. Emergem cinco enquadramentos que reforçam argumentos que atribuem à herança colonial, ao Estado, à corrupção política, à desigualdade educacional e aos atributos individuais as razões para mantermos o padrão atual de desigualdade.

Antonio Lassance, em *O povo não assiste a tudo bestializado*, seleciona os fragmentos das entrevistas que revelam as atitudes de diferentes classes sociais do país em relação à mídia corporativa tradicional. Os resultados vão de encontro ao argumento da passividade e internalização acrítica das pessoas em relação às notícias que as alcançam. Embora vivamos sob um conglomerado midiático cujos indicadores comparados apontam riscos para a democracia, não decorre daí – “uma atitude de total passividade, conformismo e bestialização das classes em geral”, pois as pessoas reagem de modo seletivo e pragmático às informações que lhes chegam, ainda que o consumo das informações, e os meios de acesso, varie entre classes.

No artigo *A meritocracia e a reprodução da desigualdade: análise comparativa entre trajetórias sociais de agentes do campo jurídico*, Mariana Garcia sintetiza resultados preliminares da análise sobre as trajetórias dos bacharéis de direito provenientes de diferentes (frações de) classes. A inserção da classe média alta nas posições mais prestigiosas do campo jurídico estatal – as melhores carreiras, os melhores salários e o maior *status* – espelha desigualdades que vão se estabelecendo na trajetória de vida dos formados provenientes das diferentes classes, na graduação, e como egressos. A ampliação do acesso aos bacharelados de direito – ensejados por políticas de inclusão – e à primeira universidade aos mais pobres – casos do Programa Universidade para Todos (Prouni) ou do Programa de Financiamento Estudantil (Fies) –, paradoxalmente, revelou com maior clareza as condições desiguais da disputa para o ingresso em algumas carreiras públicas, embora as desigualdades se mascarem no discurso meritocrático.

Identificar os repertórios de acesso aos empregos mobilizados por desempregados situados em diferentes faixas de escolaridade, e como esses segmentos significam a perda e a busca por emprego, é o objetivo da análise de Vitor Menezes no texto *Perfis educativos e repertórios de acesso a empregos*. De fato, segmentos mais e menos escolarizados mobilizam estratégias, repertórios e léxicos essencialmente distintos, que retraduzem os diferentes níveis de instabilidade e incerteza experimentados por cada grupo.

4 CONCLUSÃO

Os textos aqui reunidos contribuem para entendermos algumas das mais importantes clivagens sociais no país e, seja adotando novas metodologias, seja incorporando novos ângulos de análise, aprofundam a compreensão de fenômenos amplos e multidimensionais. Esse é o caso das desigualdades sociais e como elas são percebidas, explicadas e reproduzidas, seja na interação face a face entre o burocrata do balcão e o cidadão, seja nos canais de ascensão ao topo das carreiras jurídicas, seja nos repertórios de justificação ou negação de direitos básicos de cidadania, seja, ainda, nas estratégias de reinserção do mercado de trabalho.

Esta edição temática do *Boletim de Análise Político-Institucional* também contribui para apontar novas possibilidades de compreender clivagens sociais e de classe, do ponto de vista metodológico e analítico. Como resultado inicial de um trabalho coletivo de exploração de dados originais e fecundos, espera-se que as análises sintéticas e seus dados empíricos sejam fontes de estímulo para novas explorações, no atual contexto em que divisões e polaridades entre segmentos e classes se revigoram no país.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. Espaço social e espaço simbólico. *In*: _____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.
- _____. O espaço social e suas transformações. *In*: _____. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- GRUSKY, D.; WEEDEN, K. Are there social classes? A framework for testing sociology's favorite concept. *In*: LAREAU, A.; CONLEY, D. (Ed.). **Social class**: how does it work? New York: Russell Sage, 2010. p. 65-89.
- KORPI, W.; PALME, J. The paradox of redistribution and strategies of equality: welfare state institutions, inequality, and poverty in the western countries. **American Sociological Review**, v. 63, n. 5, 1998.
- MENEZES, V. **Família e posição de classe**: a socialização familiar pela privação e a socialização familiar protetiva. Brasília: Ipea, 2018. (Texto para Discussão, n. 2379). Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8350>>.
- NATALINO, M.; VISSER, R. **Relatório da pesquisa Radiografia do Brasil Contemporâneo**. Brasília: Ipea, 2017. Mimeografado.
- SINGER, A. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2018.
- SOUZA, J. (Org.). **Ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- _____. (Org.). **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- VISSER, R. **Radiografia do Brasil Contemporâneo**. Orientação para a realização das entrevistas. Ipea, 2015. Mimeografado.

ANEXO

Com o objetivo de facilitar a compreensão dos leitores acerca dos dados explorados nos artigos desta publicação, este anexo é o roteiro semiestruturado que orientou as entrevistas, as quais resultaram no principal material empírico da pesquisa Radiografia do Brasil Contemporâneo.

QUADRO A.1
Roteiro de entrevistas, por tema

Questão	Tema
Qual era a profissão dos seus pais?	Condição socioeconômica de origem
Como eles conciliavam trabalho e família?	
Como era a vida de vocês: muito apertada, mais ou menos, ou viviam com folga? Fale mais sobre isso.	
Seus pais estudaram até que série?	
Quem cuidava de você? Como cuidava?	Infância
O ambiente na sua casa era tranquilo ou era mais conturbado? Quem mais morava na mesma casa?	
Como era a divisão do espaço e das tarefas?	
Descreva um dia típico da sua infância.	
Quando você fazia algo de errado, como você era punido?	
Quais eram as preocupações centrais em termos financeiros?	
Faltava alguma coisa em casa?	
Nós sabemos que todas as famílias têm coisas boas e também têm muitos problemas. Quais eram as melhores coisas na sua família?	
E quais eram as piores?	
A gente sempre herda muitas coisas dos nossos pais. O que você herdou do seu pai?	Percepção de mudança socioeconômica
O que você herdou da sua mãe?	
O que você tentou fazer diferente do seu pai?	
O que você tentou fazer diferente da sua mãe?	
Olhando para a sua família hoje e para o tempo em que você vivia com seus pais, quais as grandes diferenças que você vê na maneira de criar os filhos?	
E na maneira de conviver com o companheiro?	
E na sua condição social?	
Descreva um dia típico na sua escola quando você estava no primário.	Escolaridade
Teve algum professor do qual você gostou muito?	
Você estudava em casa?	
Como era isso?	
Você fazia alguma atividade além da escola?	
Como era isso?	
Você se considerava inteligente na escola? Fale mais sobre isso.	
E seus pais e professores, em geral, eles te achavam inteligente?	
O que você mais gostava de fazer na escola?	
E o que você não gostava de fazer?	

(Continua)

(Continuação)

Questão	Tema
E quando você ficou adolescente, o que mudou na sua vida escolar?	Transição escola-trabalho
Quando você começou a pensar em uma profissão?	
No que a escola te influenciou nisso?	
Quando você começou a trabalhar?	
Por quê?	
Quantos trabalhos diferentes você teve? Conte essa história.	
Descreva um dia típico no seu trabalho atual.	Ocupação
Como é a sua relação com seus superiores e colegas?	
Qual era o trabalho dos seus sonhos?	
Ele tem a ver com seu trabalho atual?	
Que tipo de competências ou habilidades o seu trabalho exige?	
Como você desenvolveu essas habilidades?	
Você está contente com o seu trabalho ou você pretende mudar?	
Você tem uma renda estável?	
Qual é a frequência de seus rendimentos (semanal, mensal, trimestral...)?	Despesa e poupança
Como você usa seu dinheiro?	
Despesas mensais?	
Poupança?	
Investimento?	
Como você organiza esses gastos?	
Alguma forma de controle escrito?	
Com qual antecedência?	Capital social
Você tem muitos amigos?	
Como você os conheceu?	
Algum amigo ou conhecido já te deu algum tipo de ajuda que foi importante para sua vida profissional?	
Que lugares você frequenta com seus amigos?	
O que vocês fazem juntos?	Religião
Você tem alguma religião?	
Com que frequência você vai aos cultos?	
Com que frequência você faz orações fora do culto?	
E outras atividades religiosas?	
Que atividades você faz na igreja?	
Com quem você vai à igreja?	
A que tipo de pessoa Deus ajuda?	
Como Deus tem atuado na sua vida?	
Que coisas você pede a Deus?	
Como Deus age nesse mundo?	
Geralmente, o que você faz para se divertir ou se distrair?	Lazer
Quando tem tempo livre, prefere ficar em casa ou gosta de sair?	
E o que faz nesse tempo?	
E onde você geralmente vai?	
Esses lugares que você frequenta, conte-me mais sobre eles.	

(Continua)

(Continuação)

Questão	Tema
O que você mais gosta de comprar?	Consumo
Com que frequência?	
Como você se veste?	Cultura
De que tipo de música você gosta?	
Cite exemplos.	
Quais os últimos filmes a que você assistiu e gostou?	
Por que gostou?	
Quais os últimos livros que você leu e gostou?	
Por que gostou?	
Você gosta de cozinhar? Fale mais sobre isso.	Alimentação
Você considera a sua alimentação saudável?	
Por quê?	
O que você faz para cuidar do seu corpo?	Cuidados com o corpo
Malha?	
Pratica esportes?	
Você bebe?	Álcool
O que costuma beber? Cite uma marca.	
As mulheres estão se libertando muito rapidamente. Quais são os aspectos negativos e positivos disso?	Gênero
Você acha que homens e mulheres são iguais ou diferentes? Por quê?	
Quem você acha que tem mais satisfação sexual, o homem ou a mulher? Por quê?	
O que é um parceiro ideal?	Relações conjugais
Qual a diferença entre sexo e amor?	
É possível manter a paixão num casamento?	
O que leva a conflitos em um casal?	
Como você se enxerga na sociedade?	Percepção de classe e políticas públicas
Como você percebe as classes imediatamente acima da sua?	
E as classes imediatamente abaixo?	
Como você acha que as políticas públicas tratam as pessoas mais pobres?	
O que é ter uma vida boa no Brasil?	
O que seria mais importante e menos importante em uma vida boa?	
Como se pode alcançar essa vida boa?	
Qual é o papel das políticas públicas para alcançar essa vida boa?	
Você pode alcançar essa vida boa?	
Qual o papel da educação para assegurar essa vida boa?	Papel e acesso a políticas sociais
E o papel das cotas?	
E o do Pronatec [Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego]?	
Como é sua relação com o SUS [Sistema Único de Saúde]?	
Como você o avalia?	
E o do Mais Médicos?	
E o do Bolsa Família?	
E o do Minha Casa Minha Vida?	
E você foi ou é beneficiado por algum desses programas?	
E como foi essa experiência?	
Você foi bem tratado pelos funcionários desses programas?	
E você já tentou ser beneficiado e não conseguiu?	
E como foi essa experiência de não conseguir?	

(Continua)

(Continuação)

Questão	Tema
O que seria bem-estar para você?	Bem-estar e projeto de vida
Pensando no bem-estar da sociedade, como você vê o papel das políticas sociais?	
O que seria para você progresso?	
E o que você acha que dificulta a melhora de vida das pessoas?	
Você tem algum sonho ou projeto futuro que quer alcançar?	
Como você acha que poderia alcançar esse sonho?	
Para você, qual é o principal problema do Brasil? Por quê?	Problemas nacionais
O que podemos fazer para superá-lo?	
Você acha que o preconceito é um problema no Brasil?	Preconceito e discriminação
Você já sofreu algum preconceito?	
Se sim, poderia contar como foi?	
Você acha que há preconceito entre as classes? Por exemplo, entre ricos e pobres? Por quê?	
E você acha que as políticas públicas tratam as pessoas de forma humilhante? Por quê?	
Como você enxerga a questão do aborto?	Direitos reprodutivos e sexualidade
E do casamento <i>gay</i> ?	
Como você reagiria se alguém próximo se envolvesse em alguma destas questões?	
Em qual extensão a questão ambiental impacta a sociedade e a sua vida?	Solidariedade e engajamento social
E a desigualdade social?	
Você se engajaria preferencialmente em causas ambientais, maus-tratos de animais, ou em causas “sociais”, como assistência aos usuários de <i>crack</i> ou outros excluídos? (Fazer o entrevistado falar espontaneamente.)	
Como você percebe isso?	
De todas as fontes de informação, em qual você mais confia? Por quê?	Fontes de informação
E em qual você menos confia? Por quê?	
O Brasil é um país muito desigual. Quais são as causas disso?	Causas da desigualdade
Você é a favor ou contra a maioria penal? Por quê?	Drogas e segurança pública
Você acha que drogas mais leves, como a maconha, deveriam ser descriminalizadas?	
E drogas mais pesadas? Por quê?	
Como é que o governo deveria lidar com os usuários de <i>crack</i> ?	
O que você acha do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso?	Política
E do ex-presidente Lula? Por quê?	

Fonte: Pesquisa Radiografia do Brasil Contemporâneo.

A relação entre a posição socioeconômica de pessoas e grupos, por um lado, e suas atitudes, por outro, constitui importante tema de investigação. Partindo de definições de classe social baseadas em critérios como posse de ativos, exercício de autoridade e qualificação acadêmica, diferentes pesquisadores têm investigado como esse tipo de construto pode explicar atitudes e comportamentos prováveis em diferentes esferas de sentido e de ação, especialmente a política, mas também em outros domínios como o do consumo cultural. Entre as diferentes teorias e abordagens propostas acerca desse tema, duas grandes noções se destacam: estrutura de classes e espaço social.

A estrutura de classes é definida por relação à distribuição de recursos intrinsecamente econômicos (ativos de capital), recursos com realização econômica, como a qualificação formal, ou ainda recursos organizacionais, como o exercício de autoridade na ocupação profissional (Goldthorpe e Mcknight, 2004; Wright, 2009). A aquisição, a posse e, em alguns casos, o exercício de controle, por delegação, sobre esses recursos produz, por assimetrias, relações de poder. No nível teórico, a estrutura de classes consiste na configuração global dessas relações de poder. No nível operacional, ela é representada por um conjunto de grupos discretos, que ocupam posições especificadas com base em indicadores mensuráveis.

O espaço social, por sua vez, é definido em termos de relações de proximidade ou de distância social. Pierre Bourdieu (1984), o mais eminente propositor do conceito sugere que ele seja concebido em termos da distribuição de capitais econômico e cultural, mas o verdadeiro núcleo dessa proposta conceitual está em investigar a relação entre desigualdade e disposições. Assim, o espaço social pode ser pensado, de maneira abstrata e geral, como um espaço das atitudes. Já a identificação das dimensões que o estruturam, em cada lugar e tempo específicos, fica a cargo da investigação empírica.

Neste estudo, o espaço social será definido com base em dezessete escalas de atitude, referentes ao trabalho, à família, à comunidade, à política e ao consumo cultural. A ideia é que essas atitudes, embora referentes a esferas diferentes da vida, apresentam, em boa medida, um comportamento de conjunto, do qual se pode depreender diferentes valores e estilos de vida. Diante disso, algumas perguntas movem esta breve investigação. As classes sociais, que diferem entre si com base no exercício de direitos e poderes sobre recursos econômicos ou economicamente relevantes, distinguem-se também em termos de valores e estilos de vida? Sendo esse o caso, quais classes sociais se aproximam e quais se distanciam em termos dessas atitudes? Em outras palavras, a que distâncias e proximidades materiais correspondem tais distâncias e proximidades imateriais?

No Brasil, especialmente, são raras as pesquisas sobre o espaço social das atitudes. Como a definição de estrutura de classes se refere a variáveis mais tangíveis, a investigação sobre a questão tem sido possível a partir de bases de dados de natureza demográfica. Já a noção de espaço social, embora teoricamente

1. Uma versão expandida desse estudo foi publicada em 2018 na revista Sociedade e Estado, v. 33, n. 3. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/se/v33n3/0102-6992-se-33-03-00779.pdf>>.

2. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bapi23art1>

3. Professor adjunto no Departamento de Sociologia e membro do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB).

influyente sobre cientistas sociais brasileiros, tem tido poucas chances para um tratamento operacional a partir de levantamentos empíricos. A pesquisa Radiografia do Brasil Contemporâneo, realizada entre 2015 e 2016 pelo Ipea, oferece possibilidades para uma investigação exploratória sobre esse tema. O levantamento qualitativo em larga escala, compreendendo sete regiões metropolitanas brasileiras, traz, para uma subamostra de 304 indivíduos,⁴ escalas de atitudes construídas para a identificação de estilos de vida em regiões com economias de mercado.⁵

Optando-se por tratar as escalas em nível de mensuração cardinal, as pontuações dos entrevistados foram submetidas a um estudo exploratório simples, com base em análise de componentes principais. Basicamente, a técnica transpõe a variação conjunta das escalas para uma base de dimensões ortogonais, quer dizer, independentes entre si. Os resultados mostram três dimensões principais que, respondendo por praticamente 55% da variação total entre as escalas, parecem constituir eixos definidores de um espaço social.

A tabela 1 mostra os resultados do exercício, atendo-se às três dimensões de interesse substantivo. As colunas dispõem a correlação entre cada dimensão e as atitudes analisadas. Correlações fortes, que dão base à interpretação de cada dimensão, são destacadas em negrito. Na última coluna, mostra-se também uma medida da consistência de cada item de escala.⁶ Note-se que, ao mesmo tempo que operacionalizadas em nível de mensuração escalar, com pontuação indo de -5 a + 5, as escalas de atitude têm um sentido polarizado. Na primeira coluna, sinais de negativo e de positivo indicam qual polo foi representado por valores inferiores ou superiores a zero. Por exemplo: na escala de experimentalismo ou tradicionalismo, o experimentalismo é representado por valores negativos. Assim, o coeficiente negativo associando essa atitude à dimensão 1 denota que ela está relacionada a um estilo de vida experimentalista.

A primeira dimensão se destaca ao responder por quase um terço da variação conjunta de todas as atitudes. Ela identifica o que pode ser chamado de autoconfiança produtiva. Está relacionada às sensações de autoconfiança e de autonomia individual. Note-se que, no instrumento de pesquisa adotado, o *ethos* do trabalho não se refere ao ascetismo vocacional e, sim, ao papel da experiência laboral na construção da autoestima. Assim, na dimensão da autoconfiança produtiva, a esfera do trabalho constitui um espaço de autorrealização em que se nutre uma postura ativa e prospectiva com relação à vida (orientação a objetivos). Essa postura ganha sustentação emocional na satisfação com o estado presente e em expectativas otimistas com relação ao futuro. A relevância de uma dimensão como essa em sociedades modernas já foi teoricamente discutida por Souza (2003), com base em

4. A amostragem não é probabilística, mas intencional, contemplando pessoas residentes em localidades com índices de desenvolvimento humano variados, com o objetivo de abranger amplo espectro de condições sociais nos contextos metropolitanos brasileiros. A amostra reflete, aproximadamente, a distribuição da população segundo fatores como região, sexo e raça e conta com uma sobre-representação de pessoas com nível superior de ensino, grupo de especial interesse para a pesquisa e que contaria com poucas observações caso se buscasse refletir, na amostra, sua proporção na população. Os resultados devem ser considerados tendo em conta essas questões de validade externa. Embora embasadas em análise exploratória de dados, todas as generalizações nesse contexto são de natureza eminentemente teórica.

5. As escalas foram construídas a partir de estudos exploratórios em países com padrões de desenvolvimento econômico e pano de fundo histórico diversos, como Alemanha e Laos. Assim, ao mesmo tempo que pressupõe um contexto de economia de mercado, especialmente com um mercado de trabalho impessoal constituído, o instrumento está adaptado ao trato com contextos culturais distintos. Ver Rehbein (2016).

6. Cada entrevistado foi pontuado nas escalas por três pesquisadores diferentes. Uma medida de correlação foi então utilizada para medir a consistência entre essas atribuições. Valores inferiores a 0.60 indicam baixa consistência, devendo o respectivo item ser considerado com cautela. Nesse estudo, as correlações desses itens com as dimensões principais são eventualmente levadas em conta quando, do ponto de vista interpretativo, se comportam coerentemente com relação a outros itens, mais consistentes. A decisão sobre quais dimensões reter para a análise foi tomada com base na variação explicada e em questões interpretativas. O quarto e o quinto componentes, embora associados a valores próprios superiores a um, não foram retidos para análise dado o comportamento errático, do ponto de vista interpretativo, de sua associação com as variáveis originais.

uma reconstrução do conceito de dignidade. Por sua vez, Rehbein (2016), em estudos preliminares durante o andamento desta pesquisa, encontrou também indícios sobre a relevância dessa dimensão, em comum com resultados obtidos pelo mesmo autor em outros países com economias de mercado.

TABELA 1
As três dimensões principais obtidas pela aplicação de análise de componentes principais (ACP)

Atitude	Dimensão 1	Dimensão 2	Dimensão 3	Consistência
Insegurança (-) ou autoconfiança (+)	0.3627	0.0490	0.0618	0.67
Coletivismo (-) ou individualismo (+)	-0.1101	0.0286	0.5080	0.43
Heteronomia (-) ou autonomia (+)	0.3466	0.0605	0.1076	0.48
Pessimismo (-) ou otimismo (+)	0.3168	0.0888	-0.0539	0.60
Passividade (-) ou atividade (+)	0.3644	0.0029	0.0360	0.60
Ascetismo (-) ou hedonismo (+)	-0.0200	0.4034	-0.0115	0.61
Idealismo (-) ou pragmatismo (+)	0.0822	-0.2497	0.1434	0.49
Atividade intelectual (-) ou física (+)	-0.2480	-0.1932	-0.1303	0.74
Experimentalismo (-) ou tradicionalismo (+)	-0.0104	-0.4582	-0.0462	0.54
Orientação à família (-) ou a si mesmo (+)	-0.0347	0.3099	0.3807	0.68
Insatisfação (-) ou satisfação (+)	0.3091	0.3091	0.0691	0.79
Orientação a objetivos (-) ou dispersão (+)	-0.3406	0.0547	-0.0925	0.70
Indisciplina (-) ou disciplina (+)	0.3373	-0.1764	-0.0059	0.68
Fraco (-) ou forte (+) ethos do trabalho	0.3013	-0.2555	-0.1562	0.64
Meritocracia (-) ou igualitarismo (+)	0.0283	0.3642	-0.4740	0.80
A favor (-) ou contra (+) intervenção estatal	-0.0271	0.0319	0.5209	0.67
Autoritarismo (-) ou libertarismo (+)	0.1245	0.4261	-0.0618	0.86
	Valor próprio	Diferença	Proporção	Cumulativo
Dimensão 1	5.24082	2.71435	30,8%	30,8%
Dimensão 2	2.52647	0.99768	14,9%	45,7%
Dimensão 3	1.52879	0.36482	9,0%	54,7%
Número de observações	304			

Fonte: Ipea (2016).
Elaboração do autor.

A segunda dimensão identifica um experimentalismo expressivo. A forte ênfase na fruição (hedonismo) e os hábitos acentuadamente experimentais de consumo cultural definem uma estilização da vida pautada pela expressão idiossincrática (orientação a si mesmo). A relação negativa com o *ethos* do trabalho, assim como o idealismo, aponta para a busca da realização pessoal e da satisfação em outras esferas de valor que relevem atividades desinteressadas⁷ e menos convencionais. A aproximação de valores igualitários e libertários exprime a inclinação humanista do *ethos* romântico de autorrealização expressiva. Essa dimensão também foi discutida por Souza (2003) e identificada por Rehbein (2016), no mesmo estudo preliminar realizado no contexto desta pesquisa. Contudo, quanto a esse aspecto, os resultados apresentados aqui sugerem uma diferença sensível de interpretação.

7. Sobre os efeitos estratégicos objetivos de práticas subjetivamente desinteressadas, ver Bourdieu (1984).

Souza (2003) argumenta que o expressivismo constitui uma dimensão secundária – por relação à dimensão primária da dignidade – de autorrealização das pessoas em sociedades modernas. Em sua construção, a contraface da estilização expressiva da vida constitui, residualmente, uma ausência de expressivismo. Seguindo essa orientação, Rehbein (2016, p. 21) entende que essa dimensão opera como um patamar hierárquico, separando classes médias estabelecidas, familiares a esse tipo de estilização da vida, de outros segmentos sociais intermediários, como a pequena burguesia e os trabalhadores.

Os resultados apresentados aqui mostram que a contraface do experimentalismo expressivo não deve ser concebida dessa maneira residual, configurando antes o que se pode chamar de convencionalismo pragmático. A forte ênfase sobre o ascetismo e o pendor a hábitos mais convencionais de consumo cultural (tradicionalismo) não indicam uma simples ausência de expressão e de estilização da vida, mas, sim, um tipo de estilização específico, que busca expressar os valores de sobriedade, objetividade, dedicação e compromisso (pragmatismo, orientação à família e *ethos* do trabalho). A orientação tendencialmente autoritária e a ênfase na meritocracia coroam um tipo de valoração da agência individual que não vai na direção da autoexpressão idiossincrática, mas, outrossim, reforça o “eu” como locus de controle ao mesmo tempo que o ata a projetos de vida convencionais.⁸ Essa oposição entre uma estilização da vida idiossincrática e outra mais tradicional não opera, contudo, como uma fronteira hierárquica. O expressivismo parece ser característico apenas a classes médias altas, especialmente àquelas sobremaneira assentadas sobre o capital cultural. É isso que se quer frisar aqui, que essa dimensão traça mais uma diferenciação horizontal entre classes médias do que uma fronteira hierárquica que as separa de classes mais baixas.

Por fim, a terceira dimensão estabelece uma distinção entre individualismo comunitário e individualismo liberal. Embora a saliência das atitudes referentes à meritocracia e à intervenção estatal sugira que essa dimensão se refere a orientações ideológicas, esse não é propriamente o caso, pois o teor das falas dos entrevistados mostra que é pouco comum, entre eles, a orientação consistente por um quadro programático definido, o que vai ao encontro de resultados obtidos por pesquisas sobre ideologias políticas no Brasil (Ames e Smith, 2010; Carreirão, 2002; Oliveira e Turgeon, 2015; Rennó e Turgeon, 2016). Daí a opção por falar em termos de modalidades de individualismo e não de orientações ideológicas.⁹

No individualismo comunitário, os projetos de vida individual estão inseridos nas relações com outros significativos, tendendo a formar projetos conjuntos (como orientação à família). Embora tenha apresentado pouca consistência, o item coletivismo indica a prevalência de rotinas de trabalho e práticas de lazer e consumo de caráter coletivo. Além disso, o desempenho individual é concebido

8. As pesquisas quantitativas sobre ideologias políticas entre os brasileiros detectam, de maneira geral, baixo nível de consistência ideológica, acompanhado da prevalente tendência a um conservadorismo difuso (Oliveira e Turgeon, 2015). Essa tendência a posicionamentos mais conservadores, que não assumem, contudo, a forma de uma orientação ideológica coesa, pode constituir na verdade uma expressão do convencionalismo pragmático que, como será visto adiante, parece ser predominante na maior parte dos segmentos sociais.

9. As modalidades de individualismo podem tornar determinadas ideologias mais pregnantes ou atraentes, mas não se pode esperar uma relação de um para um. Esses padrões atitudinais podem ter afinidade com diferentes plataformas. As circunstâncias históricas mais amplas e o horizonte de opções oferecidas pela esfera política funcionalmente diferenciada definirão o curso concreto dessas afinidades possíveis. O individualismo comunitário, por exemplo, pode se afinar tanto com plataformas de orientação social-democrática quanto com plataformas autoritárias. Já o individualismo liberal tem afinidade com o liberalismo democrático, mas a rigidez do individualismo econômico torna palatáveis ações repressivas do Estado sobre a sociedade civil.

sob a ótica de um enquadramento estrutural,¹⁰ e se considera o Estado uma instância de mediação das relações de mercado e de criação de redes de proteção social.

Já o individualismo liberal enfatiza a capacidade de autodeterminação. Não que o envolvimento em laços familiares e comunitários seja absolutamente negado. É que, embora atravessados por tais laços, os projetos de vida têm como eixo norteador a trajetória individual. O primado da autodeterminação se projeta sobre o mundo como princípio geral, tendendo, assim, a avaliar a extensão das realizações das pessoas pelo critério exclusivo do mérito. Recusa-se, desse modo, qualquer ascensão do Estado sobre as relações sociais e de competição no mercado.

Uma vez identificadas as dimensões que estruturam o espaço social, pode-se investigar a sua relação com a estrutura de classes. Mais especificamente, será averiguada agora a maneira como as classes socioeconômicas se distribuem no espaço social. Essas classes são definidas de acordo com o esquema de classificação proposto e validado por Santos (2005, p. 38), com base principalmente em informações sobre ocupação e posição na ocupação.¹¹ A tabela 2 apresenta as categorias de classe e a distribuição, entre elas, dos indivíduos na amostra.

TABELA 2
Categorias de classe social

	Frequência
Conta própria	5
Conta própria precário	58
Empregado doméstico	3
Empregado especialista	80
Especialista autoempregado	26
Gerente	11
Grande empregador	14
Inativo	14
Pequeno empregador	17
Supervisor	5
Trabalhador	54
Trabalhador elementar	17
Total	304

Fonte: Ipea (2016).
Elaboração do autor.

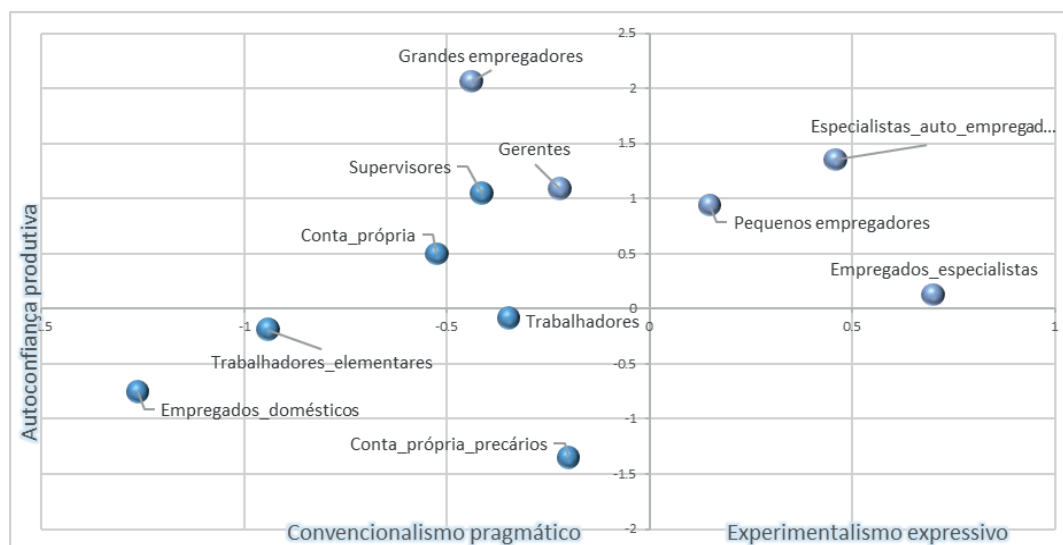
10. Nessa pesquisa, o igualitarismo não significa a minoração da ideia de mérito individual, mas antes uma modulação específica desse argumento. A definição operacional dessa escala, constante no material de instrução da pesquisa, traz o seguinte: "Todos nós vivemos em uma sociedade em que o valor do mérito individual, através do esforço e do talento, está institucionalizado. Portanto, o que tratamos aqui por igualitarismo não é uma concepção totalmente contraposta a argumentos meritocráticos. Na verdade, a meritocracia não é apenas uma fonte de legitimação da desigualdade, mas também um ideal regulador que pode ser mobilizado para condenar vários tipos de iniquidade. No discurso de uma pessoa, a meritocracia pode surgir sempre para justificar o fato de que uns ganham mais do que outros, têm mais prestígio do que outros etc. Outra pessoa, contudo, pode mobilizar a ideia de meritocracia mais para criticar as desigualdades existentes: questionar a desigualdade de oportunidades, de pontos de partida, denunciar discriminações por gênero ou raça, que imprimem desvantagens a despeito do mérito, enfim. O que chamamos de igualitário comporta essa última vertente do argumento meritocrático, quer dizer, pessoas que mobilizam a meritocracia como argumento de crítica. O que rotulamos de meritocracia corresponde à primeira vertente, mais voltada à legitimação das desigualdades existentes, ou seja, discursos em que a meritocracia surge mais como uma explicação para o atual estado de coisas" (Ipea, 2016).

11. Não há espaço aqui para expor e discutir a elaboração do autor. O leitor interessado numa compreensão mais pormenorizada do esquema de classificação pode se dirigir ao trabalho citado e encontrar, na página 38, um quadro que expõe os critérios operacionais para a definição de cada uma das categorias de classe. Do ponto de vista teórico, o esquema mobiliza os critérios já aludidos na primeira página deste texto, buscando adaptar à realidade brasileira do mercado de trabalho a contribuição de pesquisas internacionais, especialmente daquelas desenvolvidas por Erik Olin Wright. A aplicação nesse texto faz duas adaptações da proposta original de Santos (2005): agrega as categorias trabalhadores e trabalhadores qualificados e inclui a categoria inativos. Outra particularidade é que, na presente amostra, não constam trabalhadores por conta própria em atividade agrícola, categoria prevista pelo esquema original de Santos.

Para determinar as posições das classes no espaço social, optou-se pela média da pontuação dos indivíduos dessas classes em cada dimensão. Note-se que a ACP opera uma transformação de variáveis. As dimensões extraídas são variáveis criadas a partir da distribuição conjunta das escalas de atitude, de modo que a cada indivíduo na base de dados corresponde um valor em cada componente extraído. Calculando a pontuação média dos indivíduos de uma classe em determinada dimensão, obtém-se a coordenada que localiza a respectiva classe. O gráfico 1 mostra a disposição das classes no espaço social definido pelas duas primeiras dimensões.

GRÁFICO 1

Espaço da autoconfiança produtiva e dos estilos de vida



Fonte: Ipea (2016).

Elaboração do autor.

Obs.: Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

A distribuição da autoconfiança produtiva retrata uma nítida hierarquia. Quando se considera a relevância dessa dimensão sobre a estruturação do espaço social,¹² revela-se o caráter profundamente hierárquico da sociedade brasileira. Sua relação com as posições de classe tem a ver com o poder econômico, com o exercício de autoridade e controle e, também, com a autonomia que, no caso dos empregados especialistas, está relacionada ao caráter mais intelectual do trabalho. Isso ainda sobreleva a atuação criativa e reduz a tangibilidade da produção e dos resultados, implicando formas mais flexíveis de controle sobre a produção, embora se trate de trabalhadores assalariados.

No que diz respeito aos estilos de vida, nota-se a prevalência do convencionalismo pragmático entre classes com os mais diversos níveis de *status* socioeconômico. Observa-se uma classe média expressiva, em que se destacam os especialistas autoempregados e os empregados especialistas. Ambas as classes se definem por um alto investimento em qualificações escassas e por uma atuação profissional que explora esse recurso incorporado com algum grau de dinamismo, enfatizando valores como a criatividade. Quanto aos pequenos empregadores, deve-se observar que, na amostra, essa classe social conta com grande presença de pessoas com formação superior e mesmo com pós-graduação em suas áreas de atuação no mercado, o

12. Ver proporções de variância na tabela 1.

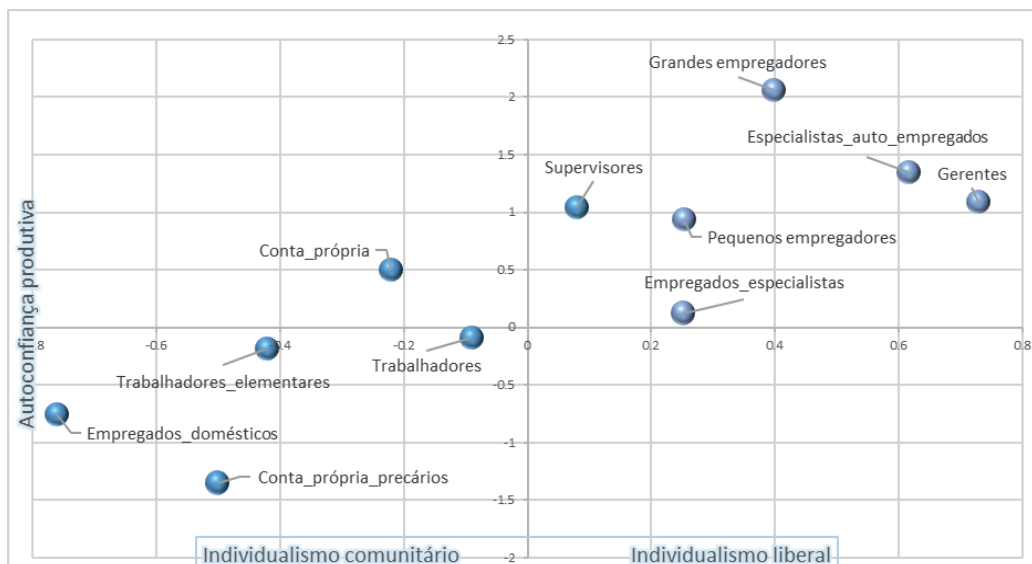
que pode, em semelhança às classes já mencionadas, favorecer um tipo de estilização da vida mais pautado pela expressão idiossincrática.

A classe dos gerentes também é muito marcada pela formação superior e mesmo pela pós-graduação, mas, nesse caso, a ocupação de elevada posição na cadeia de comando de burocracias empresariais mantém mais afinidade com a estilização convencional pragmática, visando à expressão dos valores de sobriedade, comprometimento e objetividade. Esse tipo de estilização da vida também se mostra mais afim a outras classes médias, como supervisores e trabalhadores por conta própria, e, também, à classe mais alta dos grandes empregadores.

Entre as classes trabalhadoras e populares, dada a concomitância com baixa autoconfiança produtiva, pode-se questionar se o convencionalismo pragmático viria para estilizar esses mesmos valores. Ele pode, antes de tudo, ser mais ao sabor de certo senso de objetividade perante a vida, que se impõe àqueles cuja luta econômica pela existência não pode ser dada por vencida. Além disso, o convencionalismo pragmático pode expressar, entre essas classes, valores lúdicos e estéticos que não buscam referência a uma esfera de sentido diferenciada, sendo antes orientados à celebração mundana¹³ da vida. O gráfico 2 mostra a disposição das classes socioeconômicas no espaço social quando se substituem as modalidades de individualismo como eixo horizontal.

GRÁFICO 2

Espaço da autoconfiança produtiva e das modalidades de individualismo



Fonte: Ipea (2016).

Elaboração do autor.

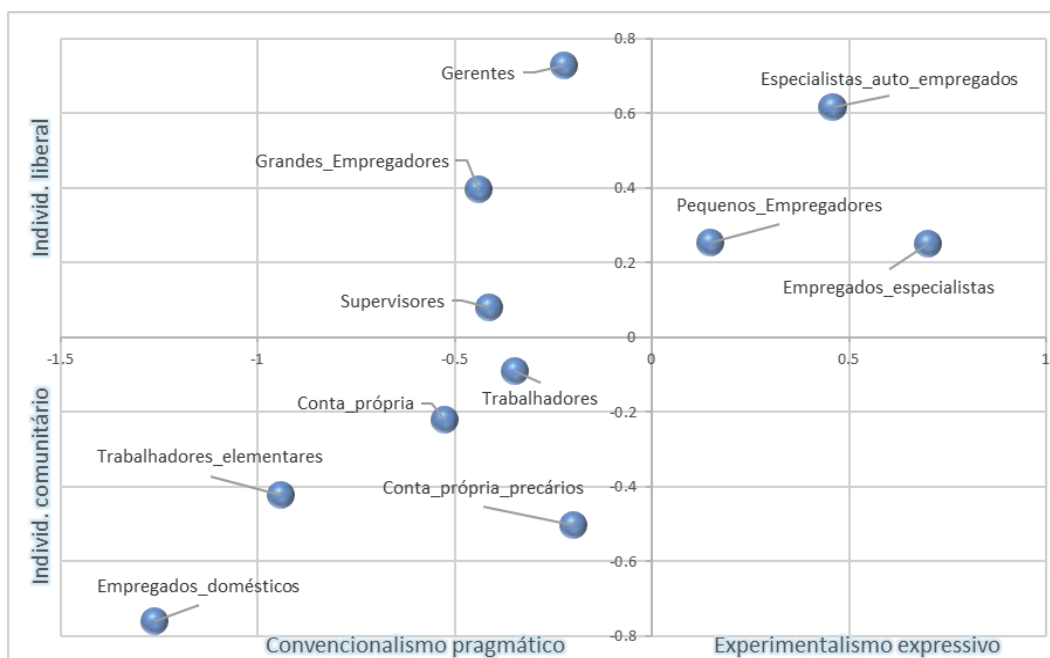
Obs.: Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

13. Max Weber (1982) destaca a ideia de que a esfera estética, quando funcionalmente diferenciada, opera com um tipo de argumento transcendente, sob a ótica de um antagonismo com o domínio "mundano", de maneira geral representado como o império das necessidades. O experimentalismo expressivo, captado pelas escalas de atitude, está fortemente vinculado a esse tipo de ideia sobre a experiência estética. O que se sugere aqui é que, entre as classes trabalhadoras e populares, prevalece antes uma sensibilidade que valoriza uma "ritualística mundana" (Farias, 2016), pautada não pelo antagonismo entre espírito e necessidade, mas por um tipo de transfiguração do imanente que ocorre quando se soergue a própria satisfação das necessidades ao *status* existencial de uma celebração. Para esse tipo de sensibilidade, a fruição estética não ocorre para além do reino das necessidades, mas vinculada a ele. Nesse sentido, tal sensibilidade estética pode ser dita pragmática.

A distribuição das classes pelos quadrantes inferior esquerdo e superior direito mostra um padrão muito nítido. O individualismo liberal é mais comum entre as classes com melhores condições socioeconômicas, em que é maior a autoconfiança produtiva. O individualismo comunitário, por seu turno, é marca das classes menos favorecidas. Destacam-se os trabalhadores por conta própria como única classe em que há tendência ao individualismo comunitário, sendo firme a autoconfiança produtiva. A posição especial dessa classe mostra que essa última modalidade de individualismo não está exclusivamente relacionada a uma orientação geral de proteção, determinada pelo desalento econômico. Pode estar vinculada também a um sentido de apoio mútuo na competição por chances de vida no mundo do trabalho. O gráfico 3 mostra as posições das classes no espaço social definido pelas dimensões do estilo de vida e das modalidades de individualismo.

GRÁFICO 3

Espaço das modalidades de individualismo e dos estilos de vida



Fonte: Ipea (2016).

Elaboração do autor.

Obs.: Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

A rigor, o gráfico não traz informações novas, já que ambas as dimensões já foram abordadas, mas permite uma visão melhor da sua distribuição conjunta. Fica clara a existência de dois segmentos de classes médias e altas, ambos com uma orientação individualista liberal, porém distintos em termos de estilos de vida. As classes trabalhadoras e populares tendem, simultaneamente, ao individualismo comunitário e ao convencionalismo pragmático. O experimentalismo expressivo não funciona propriamente como uma fronteira hierárquica no espaço social, constituindo antes um traço distintivo de classes médias e médias-altas com forte investimento em capital cultural. Por sua vez, para as classes trabalhadoras e populares, o convencionalismo pragmático parece estar sempre em afinidade com o individualismo comunitário, do que se pode depreender uma visão global de mundo especialmente realista. A ideia de um indivíduo plenamente autodeterminado tem menos apelo que a percepção da sua imersão em

laços de dependência mútua. O ideal de uma expressão idiossincrática e transcendente atrai menos que o de uma fruição estética que segue o pulso da vida comum.

À guisa de conclusão, e de sugestão para pesquisas futuras, note-se que, desde a década de 1990, cientistas sociais têm chamado atenção para crescentes dificuldades em relacionar classes sociais ao comportamento político das pessoas. Se isso tem a ver, por um lado, com a complexificação das estruturas de classes e com a emergência de outras fontes de vínculos de pertencimento nas sociedades contemporâneas (Clark, Lipset e Rempel, 1993), por outro lado, a própria maneira de investigar a relação entre posições de classes e esses comportamentos pode carecer de maiores desenvolvimentos. O modo mais convencional de estabelecer essa relação se dá a partir da ideia de interesse objetivo, determinado pela posição que uma pessoa ocupa na distribuição de certos recursos escassos. Por exemplo, a posse de um ativo determina objetivamente um interesse na valorização desse ativo. Ocorre que não é direta a relação entre esse interesse objetivo, que o analista pode deduzir da própria localização de classe, e o comportamento. Antes, tal relação depende de que a pessoa a princípio interessada interprete subjetivamente, à vista dos recursos de que dispõe, o contexto em que está inserida e formule esse interesse como uma finalidade para a ação.

Um fato importante a se notar aqui é que essa interpretação subjetiva não é imediata nem depende apenas da disponibilidade de informações adequadas; é também condicionada por valores e por hábitos (inclusive mentais) que afetam a maneira como as pessoas representam a sociedade e a sua posição dentro dela. Na medida em que as classes sociais estão tipicamente associadas a diferenças nesses modos de representação, seus efeitos sobre comportamentos políticos não se dão unicamente pela de interesses objetivos, racionalmente determináveis. As posições de classe estão associadas a valores e estilos de vida que podem ditar determinados comportamentos, inclusive que contrariem alguns dos interesses objetivos que delas sejam deduzidos. O que este breve estudo sugere para pesquisas futuras é que se dê atenção a esse tipo de fenômeno. Comportamentos que parecem irracionais do ponto de vista do interesse objetivo talvez possam ser satisfatoriamente interpretados caso se observe a relação entre a posição de classe e os valores e estilos de vida.

REFERÊNCIAS

- AMES, B.; SMITH, A. E. Knowing left from right: ideological identification in Brazil, 2002-2006. **Journal of Politics in Latin America**, v. 2, n. 3, p. 3-38, 10 dez. 2010.
- BOURDIEU, P. **Distinction**: a social critique of the judgement of taste. Cambridge: Harvard University Press, 1984.
- CARREIRÃO, Y. de S. Identificação ideológica e voto para presidente. **Opinião Pública**, v. 8, n. 1, 2002.
- CLARK, T. N.; LIPSET, S. M.; REMPEL, M. The declining political significance of social class. **International Sociology**, v. 8, n. 3, p. 293-316, 1 set. 1993.
- FARIAS, E. S. de. Transitividades nos circuitos e cenários das festas espetáculos populares. **Latitude**, v. 10, n. 1, 18 set. 2016.
- GOLDTHORPE, J. H.; MCKNIGHT, A. **The economic basis of social class**. London: London School of Economics, 2004.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Radiografia do Brasil Contemporâneo (RBC)**. Brasília: Ipea, 2016.

OLIVEIRA, C.; TURGEON, M. Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro. **Opinião Pública**, v. 21, n. 3, 2015.

REHBEIN, B. **Classes and milieus in contemporary Brazil**. Brasília: Ipea, 2016.

RENNÓ, L.; TURGEON, M. A psicologia política das classes sociais no Brasil: atributos das atitudes políticas por estratificação e mobilidade social. **Dados**, v. 59, n. 1, p. 11-52, mar. 2016.

SANTOS, J. A. F. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 58, p. 27-45, 2005.

SOUZA, J. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1982.

WRIGHT, E. O. Understanding class: towards an integrated analytical approach. **New Left Review**, n. 60, p. 101-116, 2009.

1 INTRODUÇÃO

Definir um conceito heurísticamente útil de classe social para explicar padrões comportamentais em sociedade, mecanismos de reprodução das desigualdades e diferenças nas oportunidades de vida das pessoas é parte permanente da agenda da ciência social. Por essa longa história, a literatura sobre classes sociais é volumosa, o que resulta em modelos teóricos diferentes, bem como em críticas recíprocas entre os adeptos de cada modelo. Parte das críticas contesta a adoção de medidas unidimensionais de renda, ocupação ou educação como *proxies* para definir classes e sugere adotar fatores propriamente de classe – considerada uma variável irreduzível a outras –, como as identidades e a socialização familiar comum – na determinação das oportunidades de vida (Lareau, 2011; Khan, 2011).

Paradoxalmente, ainda é reduzido o número de testes empíricos para validar modelos teóricos baseados em classes (Grusky e Weeden, 2010), em especial, testes e análises cujo propósito seja identificar a conexão entre identidades e posições de classe como matrizes geradoras de comportamentos semelhantes, em esferas distintas da ação social. A abordagem adotada neste texto é diferente das análises mais frequentes relativas à definição de classes para explicar aspectos da mobilidade e estratificação social nas sociedades.

Neste artigo, damos um passo inicial para testar empiricamente quão apropriado é o conceito de classe social, entendido e operacionalizado de forma multidimensional, para caracterizar o espaço das disposições comportamentais dos indivíduos em relação às diferentes esferas da ação social. Neste estudo, as disposições se restringem ao ativismo cívico, aos hábitos de lazer e às preferências musicais. Embora não seja objeto desta análise exploratória, o projeto mais amplo que vislumbramos é compreender se e como classe social explica aspectos da organização de identidades e estratégias de vida dos brasileiros. Portanto, ainda que não utilizemos diretamente os dados gerados no âmbito do projeto Radiografia do Brasil, a interlocução implícita é, com esse projeto e seus objetivos, identificar as possíveis conexões entre posições de classe e estilos de vida (Bourdieu, 2004).

As diferentes linhagens teóricas aplicam níveis variados de generalidade e precisão ao conceito de classe (Lareau e Conley 2010). O pressuposto mais consolidado na análise sociológica de estratificação social tem sido o de que as desigualdades se relacionam com as posições que os indivíduos ocupam na estrutura produtiva. Por isso, os principais modelos de classe incorporam dimensões referentes às condições de trabalho das pessoas: a distribuição desigual de poderes e direitos sobre os recursos produtivos (ênfase alinhada à tradição marxista) e as situações típicas de trabalho e mercado associadas às ocupações (abordagem da vertente weberiana).

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bapi23art2>

2. Sociólogo. E-mail: <andrepvieira@hotmail.com>.

3. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea. E-mail: <felix.lopez@ipea.gov.br>.

Mesmo os autores neomarxistas abandonaram as noções de classe mais abrangentes – e mais abstratas – do marxismo tradicional, redefinindo-as em termos das relações de propriedade emergentes dos nexos entre controle de ativos, exploração e dominação (Wright, 1996). Ainda assim, os esquemas analíticos propostos por esses autores demarcam classes como grandes agregados de indivíduos ordenados em categorias abrangentes, como empregados especialistas, gerentes, trabalhador típico etc.

A vertente teórica neodurkheimiana argumenta que as práticas sociais se estruturam e se convertem em identidades socialmente significativas em um nível mais específico de interação, o das atividades ocupacionais locais.⁴ A ocupação seria a fonte mais relevante para explicar as estratégias de ação coletiva das pessoas e de matrizes geradoras de atitudes e estilos de vida (Grusky e Weeden, 2001). Por isso, as classes mais amplas deveriam ser redefinidas como microclasses cujas fronteiras são os grupos ocupacionais. Os ganhos heurísticos e empíricos dessa abordagem dependem da capacidade de identificar se essas fronteiras sócio-ocupacionais são visíveis e atuantes. A estratégia abriria espaço para verificar se classes agregadas (por exemplo, classes médias, trabalhadores de colarinho branco, “subclasses” etc.) se dividem em grupamentos diversos que perseguem estratégias próprias de fechamento (*closure*).

Os estudos de classe na sociologia brasileira contemporânea têm sido influenciados pelas linhagens teóricas mencionadas anteriormente, sobretudo as tradições marxistas e weberianas. O conjunto dessa produção pode ser dividido em três grupos, que enfatizam problemas de pesquisas distintos (Bertoncelo, 2014): *i*) os efeitos das posições de classes sobre as oportunidades de vida dos indivíduos e grupos sociais (Ribeiro, 2007; 2011; Carvalhaes e Souza, 2014); *ii*) os modos de existência e reprodução das coletividades de classe (Souza, 2012); e *iii*) a importância das classes como agentes coletivos de contestação e/ou transformação da ordem social vigente (Boito Júnior, 2007).

Os estudos alinhados ao segundo grupo, aos quais nossa análise se vincula, se concentram na formação sociocultural das classes sociais. Estamos interessados em analisar padrões de associação entre as classes, entendidas de modo multidimensional, e os diferentes valores e preferências de consumo por elas reproduzidos.

Tipologias de classe neomarxistas têm sido utilizadas em análises voltadas para a explicação das desigualdades materiais (Santos, 2002) e raciais (Santos, 2005) no país. As posições de classe, tais como definidas nessas tipologias, condicionam a associação entre educação e ganhos de renda e moderam as consequências do *status* racial nas recompensas econômicas. Adicionalmente, os estudos voltados para a desigualdade de gênero sugerem que a estrutura de classe e a segregação ocupacional explicam pouco menos da metade dessa desigualdade (Santos, 2008).

O uso de medidas contínuas de estratificação social, tais como índices socioeconômicos, tem permitido descrever a persistência da desigualdade de oportunidades ao longo da expansão do sistema educacional (Fernandes, 2004; Aguiar, Fernandes e Neves, 2007; Silva, 2003; Ribeiro, 2009). Análises de mobilidade social e ocupacional têm se beneficiado da utilização de grupos de *status* (Pastore, 1979) e esquemas de classe weberianos (Scalon, 1999; Ribeiro e Scalon, 2001; Ribeiro, 2007). A trajetória do programa de pesquisas sobre desigualdades no país aponta para a superação do paradigma da renda no tratamento da desigualdade material e para a adoção de uma abordagem que articule as contribuições da tradição marxista, weberiana e as de estratificação social (Scalon e Santos, 2010).

4. Nessa vertente, postula-se que as evidências empíricas devem considerar tanto como os indivíduos cognitivamente se classificam em termos classistas – e critérios e categorias que utilizam – como verificar as ações visando definir critérios de entrada em grupamentos salientes – sindicatos, exigências de credenciamento profissional etc. (Grusky e Weeden, 2001).

Em que pese o disseminado uso da noção de classe nos estudos anteriormente mencionados, há pelo menos três linhas de argumento que ou desacreditam a noção de classe ou baseiam-nas em entradas (*inputs*), pré-mercado (como educação) ou extramercado (como riqueza herdada) para situar os indivíduos na estrutura social e explicar suas oportunidades de vida e estratégias de ação (Grusky e Weeden, 2010).

Para pós-modernistas e pós-estruturalistas, classe social se tornou um conceito teórico e empiricamente inexpressivo porque filiações identitárias como gênero e raça se tornaram mais proeminentes que as identidades classistas, em face do avançado processo de individualização das sociedades contemporâneas e perda de legitimidade das instituições políticas como partidos e sindicatos, cujos contornos se definem por critérios de classe. Featherstone (1991), Lash (1994), Bauman (1998), Pakulski, (2000; 2005), Grusky e Weeden (2001) e Le Roux *et al.* (2008) corroboram parcialmente essa hipótese.

Uma segunda linha de argumentação, contrária ao conceito sociológico de classe, é que a explicação para as desigualdades e estratégias de vida dos indivíduos observados em modelos quantitativos não decorre da posição ou situação de classe como um grupamento *sui generis* que fornece a matriz geradora das escolhas de indivíduos. Os supostos “efeitos líquidos de classe” seriam, na verdade, gerados inteiramente por processos de seleção, como acesso a escolas de elite (Meyer, 2008; Erikson e Goldthorpe, 1992).

Um terceiro argumento critica a noção de classe por traduzir apenas formas de regulação do emprego (contrato assalariado, de curto prazo etc.), esta, sim, a variável analiticamente crucial para entender interesses, crenças, práticas e cursos de ação dos trabalhadores.

Os modelos sociológicos usuais de classe, por sua vez, se apoiam em mensurações sintéticas, como índices socioeconômicos, que, em larga medida, são pouco sensíveis à diferenciação de grupos sociais, no interior dos quais emergem normas, redes e preferências adaptativas. Escalas socioeconômicas, por exemplo, tipicamente agrupam ocupações com níveis de remuneração e requisitos educacionais similares, mesmo que essas ocupações possam ter culturas bastante distintas e os indivíduos que as integrem apenas raramente interajam entre si (Grusky e Weeden, 2006).

Em função dessas críticas, estratégias multidimensionais de análise da desigualdade, pobreza e mobilidade (originalmente adotadas por economistas) provocaram revisões no debate sociológico sobre classe social. Para Grusky e Weeden (2006; 2010), os esquemas analíticos baseados no conceito de classe podem ser proveitosos se obtiverem êxito em caracterizar o espaço multidimensional das diferenças como um conjunto relativamente pequeno de grupos sociais, cada qual constituindo uma combinação distinta de habilidades (por exemplo, educação, capital humano), condições de trabalho (nível de autoridade, autonomia) e recompensas do trabalho (renda, riqueza). Desse modo, os modelos de classe estariam aptos a resolver os dois problemas da multidimensionalidade: dar sentido à complexidade potencial do espaço multidimensional das diferenças e demonstrar a emergência de uma organização social própria no interior desse espaço, “pacotes pré-embalados”, por assim dizer.

Mas a noção de classe como “pacotes pré-embalados” de condições estruturais que condicionam o comportamento individual requer demonstração empírica. De acordo com Grusky e Weeden (2010), a validação empírica de modelos baseados em classes indicaria que a mensuração capta adequadamente as dimensões combinadas das diferenças e desigualdades.

Ao menos duas questões de pesquisa pedem resposta: *i)* se o espaço das diferenças nas visões de mundo e estratégias de ação é de fato redutível a um número relativamente pequeno de combinações características de níveis de escolaridade, condições de trabalho e renda do trabalho e outras rendas; e *ii)* se esses “pacotes pré-embalados” estão de fato enraizados na divisão do trabalho e correspondem a grandes ou a pequenas classes. Os pressupostos de categorias de classe como conjuntos de condições estruturais, agora construídos como hipóteses sobre o espaço multidimensional das diferenças, poderiam ser testados por meio de modelos de classe latentes confirmatórios.

Esses modelos de classe, com abordagens multidimensionais, ainda estão por ser testados empiricamente no Brasil. Neste texto, realizamos testes empíricos iniciais, com o uso de dados da segunda edição do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS),⁵ de 2012, coletados por meio de entrevistas com 3.791 pessoas distribuídas por 212 municípios, utilizando-se, para tal, amostragem probabilística de domicílios, em três estágios de seleção: unidades primárias – municípios; unidades secundárias – setores censitários; e unidades terciárias – unidades domiciliares. A margem de erro máxima foi de 5% para a região Centro-Oeste, com nível de confiança de 95%.⁶ Os questionários temáticos sobre valores e estrutura social aplicados no âmbito dessa rodada do SIPS compreenderam questões sobre informações sociodemográficas, preferências culturais e percepções e valores sociais. No futuro, essa análise será ampliada com explorações mais detalhadas do SIPS e a incorporação dos dados disponibilizados no projeto Radiografia do Brasil Contemporâneo, que é objeto de análise nesta edição do *Boletim*.

2 MODELO DE ANÁLISE

A estrutura analítica proposta parte da definição de espaço das diferenças como uma distribuição multivariada (no caso deste estudo, escolaridade, ocupação e renda domiciliar *per capita*)⁷ que organiza a estrutura de vantagens e desvantagens sociais. Apoiados pela literatura, entendemos que as três famílias de variáveis representadas no modelo adotado (isto é, escolaridade, condições de trabalho e renda domiciliar *per capita*) constituem os elementos mais importantes na estrutura das diferenciações e desigualdades, embora não os esgotem.

A análise seguiu duas etapas. Na primeira, avaliamos se o modelo de mensuração de classe adotado caracteriza adequadamente a distribuição dos indivíduos ao longo do espaço multidimensional. Na segunda, verificamos se as classes encontradas estão associadas a padrões atitudinais e de preferências adaptáveis (isto é, gostos ou cultura), adicionando covariáveis referentes a preferências musicais, práticas de lazer e atitudes

5. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12661&catid=4&Itemid=2>.

6. Detalhes sobre a metodologia estão disponíveis em: <<https://bit.ly/39lqZhi>>.

7. A variável de escolaridade abrange quatro categorias: analfabeto; ensino fundamental incompleto ou completo; ensino médio incompleto ou completo; e ensino superior incompleto ou completo (incluindo pós-graduação), que assumiram valores de 1 a 4, nessa ordem. Seguindo o esquema de classes proposto por Ribeiro (2007), as ocupações foram recodificadas para: não manual não proprietário urbano; proprietário urbano; proprietário rural; manual não proprietário urbano; e rural, que assumiram valores de 1 a 5, nesta ordem. A renda domiciliar *per capita* foi recortada em faixas equivalentes aos quartis: menos de R\$ 200; de R\$ 200 a R\$ 367; de R\$ 367 a R\$ 600; e mais de R\$ 600, que assumiram valores de 1 a 4, nessa ordem.

sobre mobilidade social e ativismo político.⁸ Para tanto, utilizamos modelos de classe latente, que permitiu identificar *clusters* de indivíduos com perfis similares nas três variáveis socioeconômicas consideradas.⁹

A análise de classes latentes é um recurso estatístico para identificar grupos homogêneos e mutuamente exclusivos no interior de uma população heterogênea. O modelo utilizado visa estratificar as variáveis observadas por uma variável categórica não observada – latente – que elimina a confusão entre as variáveis observadas. Para dar conta da incerteza no pertencimento à classe, o modelo atribui a cada indivíduo uma probabilidade de filiação à classe. Cada classe latente é caracterizada por sua prevalência estimada e pela probabilidade de indivíduos dentro da classe exibirem diferentes atributos socioeconômicos. O modelo de regressão permite incluir covariáveis para prever o pertencimento dos indivíduos às classes latentes (Linzer e Lewis, 2011).

3 RESULTADOS

Começamos a análise estimando modelos de uma a quatro classes latentes, sem a inclusão das covariáveis de regressão.¹⁰ Com base tanto no valor mínimo do AIC – AIC (3 classes) = 15727; AIC (2 classes) = 15889 – quanto no do BIC – BIC (3 classes) = 15916; BIC (2 classes) = 16013 –, o modelo com três classes apresentou o melhor ajuste aos dados.¹¹ O modelo de três classes apresentou duas classes maiores, com indivíduos em situação socioeconômica mais desfavorecida, seguidas de uma classe melhor posicionada socialmente. O modelo com duas classes consistiu em dois grupos fortemente demarcados de acordo com as três variáveis socioeconômicas consideradas (escolaridade, renda e ocupação). Quando as covariáveis foram incluídas, o modelo com três classes teve o menor valor qui-quadrado de qualidade de ajuste¹² ($\chi^2 = 68,27$), indicando o modelo de melhor ajuste também de acordo com esse critério. Portanto, o modelo com três classes foi o mais parcimonioso e, por isso, o escolhido como o mais adequado para a análise.

O gráfico 1 apresenta as probabilidades de que os indivíduos atribuídos a cada uma das três classes estimadas apresentem as características mensuradas pelas variáveis socioeconômicas do modelo. Para interpretar as diferentes categorias das variáveis e as respectivas cores presentes no gráfico, remetemos o leitor à codificação das variáveis apresentada anteriormente. As três classes latentes estimadas indicam a organização dos indivíduos em três grupos com características claramente distintas: a classe 1, mais restrita (5% das observações), é constituída sobretudo por indivíduos com ensino superior incompleto ou completo (em roxo no gráfico, com probabilidade de 83%), do

8. A variável referente às preferências de lazer dos entrevistados teve seis categorias: ir ao cinema; ficar em casa; assistir a filmes em casa; ir à igreja ou à missa; ir ao *shopping*; e assistir à televisão, que assumiram valores de 1 a 6, nessa ordem. A variável relativa às preferências musicais teve também seis categorias: sertanejo; forró; *gospel*; hinos evangélicos; música popular brasileira (MPB) e pagode, que assumiram valores de 1 a 6, nessa ordem. A questão relativa a valores sobre mobilidade social assumiu igualmente seis categorias de resposta: pertencer a uma família rica; ter pais que estudaram; ter estudado; ter perseverança e não desistir nunca; trabalhar duro; e conhecer pessoas influentes ou ter contato com políticos, que assumiram valores de 1 a 6, nessa ordem. As percepções dos entrevistados sobre as formas mais importantes de influenciar o governo (que denominamos ativismo cívico) assumiram três categorias: voto; canais ou instituições oficiais; e protestos, que assumiram valores de 1 a 3, nessa ordem. Para fim de estimação dos modelos, consideramos apenas categorias com mais de 5% de observações.

9. A análise de classe latente foi realizada utilizando o pacote *polCA* no *software* estatístico R (versão 3.4.2) (Linzer e Lewis, 2011), o qual tem uma função homônima que usa o pressuposto de independência local para estimar modelos de regressão de classes latentes para variáveis dependentes politômicas. Consideramos *p*-valor (bicaudal) inferior a 0,05 estatisticamente significante.

10. Os modelos de uma e quatro classes indicaram ajustes piores aos dados. Em virtude do limite de espaço, não os comentamos aqui.

11. O critério de informação de Akaike (Akaike Information Criterion – AIC) e o critério de informação bayesiano (Bayesian Information Criterion – BIC) são medidas de ajuste relativo de modelos estatísticos. Apesar de seguirem pressupostos distintos em relação aos modelos em avaliação, ambas as medidas adotam o máximo da função de verossimilhança como critério estatístico. O modelo considerado com melhor ajuste é aquele que tem os menores valores de AIC e BIC.

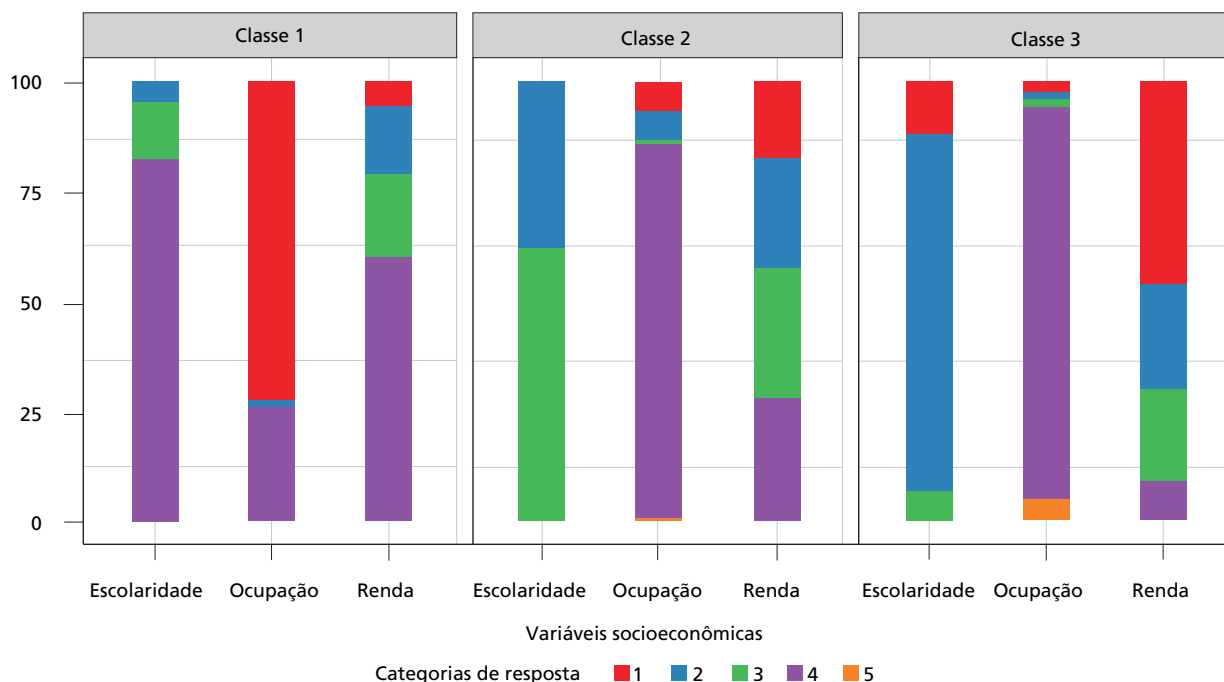
12. O teste de diferenças de qui-quadrado permite testar a qualidade do ajuste de modelos estatísticos concorrentes, utilizando uma estatística de teste com distribuição qui-quadrado, sob a hipótese nula de que o modelo está bem ajustado (no nível de 5%).

último quartil de renda (também em roxo, 61%) e com indivíduos em ocupações não manuais e não proprietárias urbanas (em vermelho, 72%); na classe 2 (42% das observações), estão principalmente os indivíduos com ensino médio incompleto ou completo (em cor verde na barra de escolaridade, com probabilidade de 62%), com presença mais forte nos quartis intermediários de renda (com 29% no terceiro quartil, em verde) e aqueles empregados em ocupações manuais e não proprietários urbanos (em roxo, com 86%); finalmente, a classe 3 (53% das observações) concentra a maior parte dos indivíduos menos escolarizados e do primeiro quartil de renda.

GRÁFICO 1

Probabilidades condicionais das categorias das variáveis socioeconômicas, por classe latente

(Em %)



Fonte: SIPS, 2012.

Elaboração dos autores.

Os resultados do modelo de regressão da variável latente são apresentados na tabela 1. Consideramos p -valor (bicaudal) inferior a 0,05 estatisticamente significativo. Em comparação com a classe 2, as classes 3 e 1 podem ser caracterizadas da forma seguinte: os indivíduos membros da classe 3 – menos escolarizada, de menor renda e com baixo prestígio ocupacional – têm maiores chances de preferirem modos mais “mundanos” de sociabilidade cotidiana – como ir à igreja ou missa ($p < 0,00$) ou assistir à televisão ($p < 0,00$) –, menores chances de preferir músicas associadas à MPB ($p < 0,02$) e menores chances de valorizarem canais institucionais como meio de influenciar o governo ($p < 0,00$). Os membros da classe 1, por sua vez, têm apenas uma diferença estatisticamente significativa em relação à classe 2: têm maiores chances de preferirem MPB ($p < 0,01$).

Os resultados indicam, portanto, a configuração de três grupos distintos no plano das dimensões socioeconômicas, mas de apenas duas grandes classes nas esferas atitudinais (especialmente em ativismo) e de hábitos e preferências culturais (sobretudo de lazer). As classes 1 e 2 distinguem-se da classe 3 de

forma mais pronunciada em virtude de preferências adaptáveis de lazer e de gosto musical que podem ser vinculadas a práticas de consumo da cultura estabelecida – como ir ao cinema ou comprar álbuns de MPB. A classe 3, em pior situação socioeconômica, parece menos propensa a acreditar em canais institucionais – como a apresentação de propostas a agentes públicos, participação de fóruns, sindicatos ou associações e reclamações ou denúncias a órgãos públicos – como meios de influenciar o poder público do que as classes socialmente favorecidas.

TABELA 1

Variáveis atitudinais e preferências de música e lazer associadas ao pertencimento às classes 3 e 1, relativas à classe 2

	Classe 3			Classe 1		
	<i>Log-odds</i> ¹	Erro-padrão	<i>p</i> -valor	<i>Log-odds</i>	Erro-padrão	<i>p</i> -valor
Intercepto	-13,51	0,34	0,00	-2,56	0,75	0,00
Lazer ²						
Ficar em casa	13,86	0,19	0,00	-0,4	0,52	0,45
Filmes em casa	13,44	0,2	0,00	-0,27	0,53	0,62
Igreja ou missa	14,07	0,23	0,00	0,32	0,59	0,59
<i>Shopping</i>	12,87	0,3	0,00	-0,12	0,62	0,85
Televisão	14,37	0,2	0,00	-0,67	0,59	0,28
Música ³						
Forró	0,2	0,29	0,51	0,24	0,49	0,64
<i>Gospel</i>	-0,01	0,25	0,98	-0,41	0,55	0,46
Hinos evangélicos	0,75	0,38	0,07	-0,66	0,87	0,47
MPB	-1,31	0,5	0,02	1,38	0,42	0,01
Pagode	-0,84	0,44	0,08	-0,15	0,68	0,83
Mobilidade ⁴						
Pais que estudaram	0	0,48	1,00	-0,84	1,06	0,44
Ter estudado	-0,02	0,37	0,97	0,2	0,72	0,79
Perseverança	-0,81	0,41	0,07	-0,09	0,78	0,91
Trabalho duro	0,04	0,41	0,92	0,03	0,8	0,97
Capital social	-1,42	0,96	0,16	0,91	0,97	0,36
Ativismo ⁵						
Canais institucionais	-0,51	0,2	0,02	0,38	0,35	0,29
Protestos	-0,98	0,54	0,09	0,04	0,7	0,95

Elaboração dos autores.

Notas: ¹ Os coeficientes são apresentados como logaritmos das chances de pertencimento às classes. Ao longo do texto, utilizamos a sua forma exponenciada, as razões de chances, que são mais intuitivas.

² Categoria de referência de lazer: ir ao cinema.

³ Categoria de referência de música: sertanejo.

⁴ Categoria de referência de mobilidade: pertencer a uma família rica.

⁵ Categoria de referência de ativismo: voto.

Obs.: N = 1428.

O exercício analítico anterior indica que as três classes latentes estimadas com base nas variáveis socioeconômicas utilizadas demonstram disposições diferentes em relação às dimensões de lazer, ativismo e gosto musical. Embora tenha caráter preliminar e natureza ainda exploratória, esse

resultado indica o potencial de um modo alternativo de construção e compreensão dos agrupamentos sociais – de classe – e como eles se associam às práticas de diferentes esferas da ação. Ao evitar, de antemão, associar os grupamentos a um conjunto presumido de disposições comportamentais, as disposições servem como instrumento para melhor compreender como estão construídas as unidades *sui generis* que constituem o espaço social.¹³

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A possibilidade de reunir dados quantitativos e qualitativos sobre a estrutura social e econômica, bem como de percepções, valores e atitudes dos indivíduos, enseja novas possibilidades de contribuir para o debate sobre como as classes sociais estruturam a ação social de indivíduos e condicionam suas estratégias de vida. Este estudo buscou aplicar uma das abordagens relevantes para essa discussão – a análise de classes latentes – no exame da configuração do espaço social brasileiro e das disposições comportamentais dos indivíduos em relação às diferentes dimensões da vida social. Partindo de uma conceituação multidimensional de classe social, foram identificados três grupos sociais fortemente diferenciados por características socioeconômicas, cujo pertencimento contribui para diferentes atitudes e preferências culturais.

Um dos principais méritos da abordagem adotada é permitir que sejam compreendidos, de modo multidimensional, aspectos constitutivos de possíveis classes sociais, sem reduzir a multidimensionalidade a uma escala única (como índices de *status* socioeconômico), que desconsidere características formativas de grupos que podem ser decisivas para a constituição de visões de mundo, como as ocupações. A fecundidade da análise de classes latentes será mais bem explorada em análises subsequentes. Neste exame preliminar, indicamos a existência de três classes latentes a partir de renda, escolaridade e tipo de ocupação e afirmamos que elas apresentam disposições comportamentais distintas em relação ao ativismo cívico, hábitos de lazer e preferências por estilos musicais.

Embora seja um passo inicial, a análise aqui proposta possibilitará incorporar ao debate – teórico e empírico – aspectos tão relevantes quanto rediscutir a dimensão das classes efetivamente existentes, formas alternativas de circunscrevê-las e como estas constituem unidades *sui generis*, geradoras de atitudes, percepções e valores, entre as quais estejam as formas como percebem e interagem com políticas públicas estatais.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, N.; FERNANDES, D.; NEVES, J. A. Mobilidade social feminina. In: AGUIAR, N. (Org.). **Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- BAUMAN, Z. **Work, consumerism and the new poor**. Milton Keynes: Open University Press, 1998.
- BERTONCELO, E. R. E. Classes sociais no Brasil. **Plural**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 8, 2014.

13. Nesses termos é que vemos potencial de explorar também os dados coletados no projeto Radiografia do Brasil com base nessa metodologia.

- BOITO JÚNIOR, A. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Revista de Sociologia e Política**, n. 28, p. 57-73, 2007.
- BOURDIEU, P. **Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2004.
- CARVALHAES, F.; SOUZA, P. Análise de classe e a queda da desigualdade de renda do trabalho no Brasil. **Plural**, v. 21, n. 2, p. 77, 2014.
- ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J. H. **The constant flux**: a study of class mobility in industrial societies. Oxford: Oxford University Press; New York: Clarendon Press, 1992.
- FEATHERSTONE, M. The aestheticization of everyday life. In: FEATHERSTONE, M. (Ed.). **Consumer culture and postmodernism**. London: SAGE Publications Ltd, 1991. p. 65-82.
- FERNANDES, D. C. Race, socioeconomic development and the educational stratification in Brazil. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 22, p. 365-422, 2004.
- GRUSKY, D. B.; WEEDEN, K. A. Decomposition without death: a research agenda for a new class analysis. **Acta Sociologica**, v. 44, n. 3, p. 203-218, set. 2001.
- _____. Does the sociological approach to studying social mobility have a future? In: MORGAN, S. L.; GRUSKY, D. B.; FIELDS, G. S. (Org.). **Mobility and inequality**: frontiers of research in sociology and economics. California: Stanford University Press, 2006.
- _____. Are there social classes? A framework for testing sociology's favorite concept. In: LAREAU, A.; CONLEY, D. (Eds.). **Social class**: how does it work? New York: Russell Sage, 2010. p. 65-89.
- KHAN, S. R. **Privilege**: the making of an adolescent elite at St. Paul's School. Princeton: Princeton University Press, 2011.
- LAREAU, A. **Unequal childhoods**: class, race, and family life. 2nd ed. Berkeley: University of California Press, 2011.
- LAREAU, A.; CONLEY, D. (Eds.). **Social class**: how does it work? New York: Russell Sage, 2010.
- LASH, L. Reflexivity and its doubles. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. (Eds.) **Reflexive modernization**: politics, tradition and aesthetics in the modern social order, Polity Press, Cambridge, 1994.
- LE ROUX, B. *et al.* Class and Cultural Division in the UK. **Sociology**, v. 42, n. 6, p. 1049-1071, dez. 2008.
- LINZER, D. A.; LEWIS, J. polCA: an r package for polytomous variable latent class analysis. **Journal of Statistical Software**, v. 42, n. 10, p. 1-29, 2011.
- MEYER, J. W. The Evolution of Modern Stratification Systems. In: GRUSKY, D. B.; KU, M. C.; SZELÉNYI, S. **Social stratification**: class, race, and gender in sociological perspective. Boulder, Colo: Westview Press, 2008.
- PAKULSKI, J. Class and politics. **Polish Sociological Review**, n. 130, p. 187-192, 2000.
- _____. Fundamentos de uma análise pós-classe. In: WRIGHT, E. O. **Análise de classes**: abordagens. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. p. 167-195.
- PASTORE, J. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz; USP, 1979.
- RIBEIRO, C. A. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**. Bauru: eDusc, 2007.

- _____. **Desigualdade de oportunidades no Brasil**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- _____. Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, n. 54, p. 41-87, 2011.
- RIBEIRO, C. A. C.; SCALON, C. Mobilidade de classe no Brasil em perspectiva comparada. **Revista de Ciências Sociais**, v. 44, n. 1, p. 53-96, 2001.
- SANTOS, J. A. F. **Estrutura de posições de classe no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2002.
- _____. Efeitos de classe na desigualdade racial no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, v. 48, n. 1, p. 21-63, 2005.
- _____. Classe social e desigualdade de gênero no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, v. 55, n. 2, p. 353-402, 2008.
- SCALON, C. **Mobilidade social no Brasil**: padrões e tendências. Rio de Janeiro: Revan; Iuperj, 1999.
- SCALON, C.; SANTOS, J. A. F. Desigualdades, classes e estratificação social. In: MARTINS, C. B. (Coord.). **Horizontes das ciências sociais no Brasil** (Sociologia). Rio de Janeiro: Anpocs, 2010.
- SILVA, N. V. Expansão escolar e estratificação educacional no Brasil. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. (Org.). **Origens e destinos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- SOUZA, J. de. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- WRIGHT, E. O. **Class counts**: comparative studies in class analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- HAGENNARS, J.; HALMAN, L. Searching for ideal types: the potentialities of latent class analysis. **European Sociological Review**, v. 5, n. 1, p. 81-96, 1989.

ENCONTROS BUROCRÁTICOS E SUAS REVERBERAÇÕES SIMBÓLICAS: UMA EXPLORAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DE INTERAÇÃO COTIDIANA COM AGENTES DO ESTADO^{1,2}

Roberto Rocha C. Pires³

"É muito humilhante, você ficar ali, um monte de gente, logo cedo, pra chegar certa hora pra dizerem que o médico não veio"
(Entrevista com E., apresentada no caso 2).

"Eram pessoas que moravam em barraco, como eu estou lhe dizendo (...) Construíram, deram casa, deram apartamento, tá entendendo? Eu acho isso bonito. Eu acho bonito, é um trabalho muito bem feito"
(Entrevista com O., apresentada no caso 5).

1 INTRODUÇÃO

Humilhação, demora, desamparo. Acolhimento e exercício de direitos. Os encontros cotidianos das pessoas com os serviços prestados pelo poder público repercutem em experiências e sentimentos diversos, tal como expressos por aqueles que, no âmbito do projeto Radiografia do Brasil Contemporâneo, relataram seus envolvimento com o Estado e seus agentes.

Este artigo pretende apresentar os resultados iniciais de um estudo em andamento que toma como objeto central os encontros burocráticos. Isto é, os momentos e situações – vividos diretamente pelos sujeitos ou narrados a partir das experiências vividas por outrem – em que pessoas interagem com funcionários do governo – servidores públicos ou aqueles que os representem – em busca de algum benefício, serviço ou atendimento previsto em lei ou diretriz governamental (Kahn, Katz e Gutek, 1976; Goodsell, 1981; Hasenfeld, 1985; Hasenfeld, Rafferty e Zald, 1987).

Encontros burocráticos são eventos que abundam nas trajetórias das pessoas em sociedades modernas, uma vez que, do nascimento à morte, o processo de construção social do sujeito é mediado por operações de registro, ordenamento, classificação e prestação de serviços voluntários (*e.g.*, acesso à saúde) e involuntários (*e.g.*, tributação e segurança pública) desempenhados ordinariamente por agentes estatais.

A esses encontros burocráticos cotidianos podemos atribuir uma eficácia simbólica e representacional com pelo menos duas reverberações. A primeira diz respeito aos efeitos de subjetivação dos encontros burocráticos cotidianos. Tal como nos alertou Hasenfeld (1972), as organizações governamentais são, eminentemente, “processadoras de pessoas” e têm papel-chave na atribuição de *status* público aos seus usuários, com potenciais repercussões no deslocamento ou na estabilização de situações e identidades sociais. Assim, as diferentes experiências de encontro burocrático podem se tornar decisivas na constituição de um sentido de pertença, interferindo nos processos de construção de uma definição pelos próprios sujeitos sobre o valor que têm, o lugar e a posição que ocupam no espaço social.

1. O autor agradece a Marco Natalino, Daniel Avelino e Frederico Barbosa pela leitura e pelos comentários que contribuíram para o aprimoramento deste texto.

2. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bapi23art3>

3. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea.

A segunda reverberação desses encontros, por sua vez, impõe-se sobre as representações e a construção de definições para noções tão abstratas como Estado, políticas públicas e cidadania, as quais passam a adquirir um sentido prático para os diferentes sujeitos, tanto como esfera de exercício de direitos, concessão de favores ou reprodução de desigualdades. Sharma e Gupta (2006) nos relembram de tratar o Estado como um artefato cultural complexo, impossível de ser percebido em sua totalidade – mas que é encontrado e ganha existência concreta de forma fragmentada por meio dos encontros cotidianos com burocratas e suas agências, que lhe dão corpo mediante suas práticas e discursos. Os encontros burocráticos adquirem, assim, uma eficácia representacional na construção de uma imagem do Estado, para além de eventos extraordinários. Assim, esses encontros, e como eles são experimentados, alimentam perspectivas sobre o vínculo (*e.g.*, pertencimento ou desamparo) de um sujeito com a comunidade política na qual se encontra.

Elias (1994) descreveu as ligações entre os indivíduos e o Estado como cadeias de interdependência que provêm recursos materiais e simbólicos aos indivíduos, “interferindo também na identificação que estes indivíduos constroem com um ‘nós’ coletivo”.

Siblot (2006), por sua vez, propõe que os serviços públicos sejam compreendidos como elos dessas cadeias. Assim, os encontros burocráticos que concretizam a provisão de serviços no cotidiano estariam no centro de um processo político-moral que entrelaça as representações que os sujeitos formam sobre as instituições públicas e o reconhecimento social que as instituições públicas formam sobre esses sujeitos.

Nesse sentido, o estudo em andamento vem se orientando por algumas questões. Quais são as principais diferenças nas formas como sujeitos em diferentes situações e trajetórias sociais experimentam cotidianamente o Estado brasileiro? Como essas diferentes formas de experiência afetam a leitura que esses sujeitos fazem sobre a sua situação social e a construção de representações e sentidos para noções tão abstratas como Estado, política pública e cidadania?

A base de dados produzida pelo projeto Radiografia do Brasil Contemporâneo⁴ oferece uma oportunidade única para esse tipo de exploração. São 632 entrevistas biográficas em profundidade, com pessoas residentes em todas as regiões do Brasil e com trajetórias e posições sociais distintas. Para além da caracterização da posição e da trajetória social dos respondentes, as entrevistas foram, em parte, dedicadas a obter relatos sobre suas percepções e relações com distintos serviços públicos oferecidos pelos governos no Brasil, como o Sistema Único de Saúde (SUS), as políticas de educação e segurança pública, além de programas governamentais específicos, como o Programa Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), por exemplo. Assim, dado o seu caráter biográfico, essas entrevistas permitem acesso aos processos de constituição dos vínculos práticos e políticos entre pessoas e instituições da esfera estatal.

O estudo pretende caminhar no sentido da análise sistemática da totalidade das entrevistas produzidas pelo projeto, buscando: *i*) categorizar as diferentes trajetórias e posições sociais dos respondentes, utilizando variáveis, escalas e categorias referentes à segmentação da amostra em termos de classes sociais (isto é, renda, ocupação, escolaridade etc.); *ii*) identificar, a partir das narrativas, as diferentes modalidades de experiência de interação com Estado na provisão de serviços diversos, como saúde, educação, assistência social, segurança pública, moradia etc.; e *iii*) explorar as associações entre as diferentes trajetórias sociais

4. Mais informações sobre o referido projeto podem ser obtidas no artigo introdutório deste BAPI.

e as modalidades de experiência de interação com os agentes e os processos estatais. Acredita-se que os resultados a ser produzidos permitirão uma compreensão empiricamente fundamentada dos diferentes efeitos dos encontros burocráticos cotidianos, amparando reflexões sobre a reorganização e efetividade dos serviços públicos no combate à desigualdade social no Brasil.

Por se tratar de estudo ainda em andamento, este texto se restringe, em um primeiro momento, a apresentar o referencial teórico que dará suporte às reflexões empíricas e, em seguida, relatar os resultados de uma análise exploratória inicial, a partir de uma pequena amostra entre o conjunto das entrevistas disponíveis. Trata-se de uma exploração-piloto, teoricamente orientada, das relações entre trajetórias sociais e experiências de encontro burocrático.

2 ENCONTROS BUROCRÁTICOS E A SOCIOLOGIA DO GUICHÊ⁵

A sociologia do guichê nomeia um conjunto de estudos que começaram a emergir na França a partir de meados da década de 1990. Trata-se de análises que visaram compreender o “Estado em ação” (Jobert e Muller, 1987) e se debruçaram sobre os guichês dos serviços públicos, em áreas tão diversas quanto assistência e seguridade sociais, habitação, imigração, segurança pública, serviços postais, financeiros e cartoriais. Os guichês instanciam fronteiras e liminaridades. São fundamentalmente encontros – físicos ou virtuais e que prescindem do típico balcão/janela – entre cidadãos, usuários ou beneficiários de serviços, de um lado, e funcionários, burocratas e representantes do Estado, de outro.

Para a administração, o guichê é uma abertura para o exterior, espaço da concretização de abstratos desideratos políticos e legais. Para o cidadão, ou usuário dos serviços, o guichê traz a personificação da instituição pública, por meio do qual se desdobrarão diálogos e trocas específicas sobre a sua situação. O guichê produz lugar, visibilidade e escuta. É nele que as situações sociais ganham corpo, rosto e voz. Em função dessas características, o guichê passou a ser reconhecido como local estratégico para a compreensão dos encontros burocráticos.

Aos poucos, a sociologia do guichê começa a ganhar contornos. Ela é tributária da confluência do desdobramento das reformas de modernização do serviço público, implementadas a partir do final da década de 1980, com os aportes teóricos da sociologia da administração francesa (Crozier, 1963; Friedberg, 1972; Thoenig, 1973; Crozier e Friedberg, 1977; Dupuy e Thoenig, 1983) e do interacionismo simbólico norte-americano (Goffman, 1961; Herbert, 1969; Hughes, 1971). Uma das vertentes dessa literatura, inaugurada a partir do trabalho de Dubois (1999), passou a se distinguir pela incorporação de *insights*, conceitos e abordagens da sociologia crítica de Pierre Bourdieu. Os trabalhos que se sucederam começaram a dar corpo ao que poderíamos chamar de um interacionismo crítico, no qual os encontros burocráticos nos guichês passaram a ser explorados como dispositivos de governo, de regulação de populações administradas e dominação social (Dubois, 1999; Siblot, 2006; Spire, 2008).

Seguindo os passos de Bourdieu (1972), segundo o qual a verdade da interação nunca reside inteiramente dentro da própria interação, os autores dessa vertente passaram a insistir na restituição das interações no guichê ao conjunto das relações sociais dentro das quais elas se inserem. Isto é, em reflexões apoiadas na análise dos efeitos das características sociais dos usuários e dos burocratas sobre as relações que se formam entre eles. Assim, os encontros no guichê passaram a ser entendidos como influenciados por relações de classe e produtores de efeitos sociais sobre os usuários dos serviços, atuando como uma forma de violência simbólica e resultando na reprodução de desigualdades.

5. Esta seção é baseada em Pires (2017), em que se apresenta uma revisão sistemática da literatura francesa em torno da sociologia do guichê.

O trabalho pioneiro de Dubois (1999) enfatizou a natureza estruturalmente assimétrica dos encontros burocráticos, sublinhando as implicações políticas e morais sobre os usuários dos serviços e dando maior centralidade às reflexões sobre poder e dominação. Segundo o autor, em um contexto de assimetria, as interações supostamente administrativas que se desenrolam no guichê adquirem um caráter normativo, pois “a mera aplicação de categorias administrativas se torna uma atribuição de *status*, e a apreensão da relação administrativa equivale a uma reapreensão das normas da vida social” (Dubois, 1999, p. 138, tradução nossa).

Entre os trabalhos da sociologia do guichê, no entanto, é Siblot (2006) que oferece os referenciais mais adequados para se pensar os efeitos dos encontros burocráticos sobre as representações sociais que as pessoas constroem sobre si e sobre o Estado e suas políticas públicas. Por meio do estudo de trajetórias biográficas individuais e familiares de usuários de diferentes serviços, residentes em um mesmo bairro popular da periferia parisiense, a autora argumenta que as diferentes relações estabelecidas com as instituições públicas prestadoras de serviços podem ser decisivas na constituição de um sentido de lugar social para esses indivíduos. A razão disso é que essas relações têm desdobramentos tanto materiais quanto simbólicos para uma leitura que os usuários fazem sobre a sua localização no espaço social. Na seção seguinte, buscaremos aproximar as reflexões e conclusões das análises de Siblot (2006) com as entrevistas produzidas no âmbito do projeto Radiografia do Brasil Contemporâneo.

3 TRAJETÓRIAS E POSIÇÕES SOCIAIS E AS REPRESENTAÇÕES DOS ENCONTROS BUROCRÁTICOS NA RADIOGRAFIA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

A partir da análise das trajetórias biográficas dos usuários de serviços, Siblot (2006) identificou, entre uma diversidade de situações analisadas, quatro formas mais comuns que operavam a construção de vínculos práticos e políticos entre usuários e instituições provedoras dos serviços. A seguir, vamos relacionar essas quatro formas observadas pela autora (descritas em cada uma das subseções seguintes) com amostras ilustrativas do material produzido por meio de entrevistas para o caso brasileiro.

3.1 Distanciamento e despeito

A primeira forma de vínculo se refere a uma relação distanciada da administração, tipicamente estabelecida por famílias situadas mais próximas à classe média (seja logo abaixo ou logo acima). Enquanto, em alguns desses casos, a experiência de distanciamento adquire um tom eufemístico e benevolente, em outros casos, o distanciamento toma forma de um despeito em relação aos serviços assistenciais oferecidos pelo sistema público, alimentando um desprezo social em relação aos estratos mais precários que deles se utilizam (Siblot, 2006).

Os dois casos que serão apresentados dizem respeito a pessoas em situações próximas à classe média:⁶ um pequeno empresário e uma ascendente à dita nova classe média. Os casos parecem indicar que a condição de proximidade com a classe média pode estar associada a um esforço de distanciamento e independência em relação às ofertas públicas, as quais são descritas como decadentes, deprimentes e indignas.

6. A categorização dos entrevistados em termos de classe social empregada neste estudo se baseou nas escalas construídas pela equipe do projeto Radiografia do Brasil Contemporâneo e em elementos encontrados nas próprias entrevistas (como autotclassificação, situação de renda, moradia etc.).

Caso 1

H. é sócio de um pequeno estúdio de fotografia no centro da cidade. Teve uma trajetória estável e não marcada por carências ou precariedades. Começou a trabalhar aos 18 anos, na banca de revistas do pai, para juntar dinheiro, pois desejava ser músico. Posteriormente, estudou jornalismo, embora não tenha concluído o curso.

Entrevistador: “Como é a sua relação com o SUS?”

Entrevistado: “Minha relação com o SUS é quase zero. Minha vida inteira tive plano de saúde. Até que meu avô faleceu e não pagou mais o plano. Aí eu comecei a pagar. No começo do estúdio, que a gente teve de investir grana, eu parei de pagar. Quando fui fazer cirurgia, tinha trocado o plano de saúde, e aí eu ia ter de, talvez, fazer no SUS com o mesmo médico que me operou, porque ele é diretor do hospital (...). Mas ele preferiu esperar seis meses para fazer a cirurgia do que fazer no SUS. Não pela cirurgia em si. Mas pelo pós-operatório, que seria numa cama de hospital melhor, com ar-condicionado, alimentação melhor, do que no hospital público.”

Entrevistador: “Como é que você avalia o SUS?”

Entrevistado: “Eu avalio como um local deprimente, sem qualquer condição de você ir para lá e ser atendido honestamente.”

(...)

Entrevistador: “Como é que você avalia o Pronatec?”

Entrevistado: “Eu acho que é bom. Mas é como se rebaixasse o cara negro e pobre, ou branco e pobre, a só ter um curso técnico. Ele se satisfaria com aquilo e não iria querer fazer uma faculdade. Acho legal, mas acho que ainda é como se fosse mais uma muleta. Você vai chegar até aqui, daqui você não passa.”

Caso 2

E. teve uma infância pobre e uma história de vida sofrida e repleta de idas e vindas em casas de parentes e cônjuges. Quando entrevistada, em função do trabalho como frentista e cabelereira, percebia-se em um momento de ascensão, podendo morar em um bairro tradicional e movimentado da cidade, próximo à rodoviária e aos seus locais de trabalho. Além da pesada rotina, é frequentadora assídua da sua igreja.

Entrevistador: “Em relação ao SUS, o sistema de saúde, você o utiliza?”

Entrevistado: “Não.”

Entrevistador: “Você tem plano [de saúde]?”

Entrevistado: “Não, não tenho plano. Simplesmente, quando acontece alguma coisa, eu levo no médico, num médico qualquer, consulto e pronto.”

Entrevistador: “Então você não usa o SUS?”

Entrevistado: “Não.”

Entrevistador: “Mas por quê?”

Entrevistado: “Porque eu não tenho tempo pra ficar em fila [tom de riso], e eu acho muito demorado, eu acho humilhante... sério, sem brincadeira nenhuma... assim... quem sou eu na fila do SUS? [Tom de riso.] Mas eu acho muito humilhante, tem gente que chega logo cedo, começa não sei que horas, fora que eu não tenho tempo pra isso. Fora essa humilhação, é muito ‘demoroso’.”

Entrevistador: “O que seria esse constrangimento?”

Entrevistado: “Tipo, você chega lá e são tantas fichas, nossa, você não pode nem questionar nada, porque, né? Acontece que são tantas fichas. É muito humilhante, você ficar ali, um monte de gente, logo cedo, pra chegar certa hora pra dizerem que o médico não veio. Entendeu? Não, não, não. É muito humilhante.”

O caso 1 envolve o relato de uma pessoa que, em virtude da capacidade de acessar recursos por meio do trabalho ou da família, possui opções e procura evitar sempre que possível a situação de beneficiário do serviço público, como o fez no caso da cirurgia. A situação de beneficiário é associada a um rebaixamento ou algo limitador, como expresso em sua avaliação sobre o Pronatec. Já o caso 2 aponta para uma trajetória de ascensão por meio do esforço próprio e do trabalho. Aqui, sendo as opções não tão fartas como no caso anterior (E. não possui plano de saúde nem apoio financeiro de familiares), o esforço de se distanciar e se diferenciar das ofertas públicas se torna ainda mais saliente. O encontro burocrático é descrito e sentido como algo humilhante, devido às filas e à excessiva demora impostas pelo serviço. Assim, precisa ser evitado, ainda que isso repercuta em custos adicionais. Isto é, o desejo de se distanciar e se perceber em uma situação distinta daquela associada ao público das ofertas públicas parece ser grande o suficiente para compensar os eventuais custos e riscos.

3.2 Rebaixamento e decadência social

A segunda forma por meio da qual os vínculos práticos e políticos são construídos, segundo Siblot (2006), envolve as famílias antes estáveis mas que se encontram em vias de desestabilização. Para tais famílias, a relação com serviços e políticas públicas equivale à revelação ou consolidação de um sentimento de perda e rebaixamento. Os relatos de dificuldades na interação com as agências e as decepções delas decorrentes se associam, de acordo com a autora, a uma experiência de queda e decadência social, traduzindo-se em uma desconfiança em relação às instituições e às políticas públicas do cuidado social.

A situação que será relatada no caso 3 se destaca em relação aos casos anteriores por se tratar de uma trajetória descendente a partir de uma posição de classe média. Nesse caso, o reconhecimento de uma tendência à vulnerabilidade e à precarização ainda esbarra em uma postura de buscar o distanciamento da condição de beneficiário. Mesmo problematizando a desigualdade e as relações de classe no país, o entrevistado busca evitar a sua entrada na categoria usuário/beneficiário. Porém, nesse caso, para além de ser algo limitador ou humilhante, a condição de beneficiário de políticas públicas encontra-se fortemente associada à perda de dignidade e autonomia e à confirmação da queda.

Caso 3

I. é jornalista. Já trabalhou como repórter em redações de grandes jornais, mas no momento vive de pequenos bicos e trabalhos esporádicos de consultoria em comunicação. Apesar do ampliado capital cultural pessoal e familiar (suas irmãs são professoras de história, e a família tem orgulho da sua coleção

de livros e discos), vive uma situação econômica bastante instável. Divorciado e pai de um adolescente, recebe ajudas ocasionais de familiares para poder se manter.

Entrevistador: “Você já foi beneficiado por alguns desses programas [listados anteriormente]?”

Entrevistado: “Não, nunca, mas eu acho que há um fosso, um abismo tão grande entre as classes, né? Assim, quem tá lá em cima não sabe como é que é a vida dessas pessoas. E tratam de uma forma que... nossa... dá vergonha. Então, há sim a necessidade dessa assistência, de tratar as pessoas de forma digna, né? Com saúde, com educação. A gente viu aí vários vídeos de como os médicos... alguns médicos, não vou dizer que é a classe toda... mas a gente vê como eles tratam o povo, né? Como se não fosse nada, né? A gente vê muita coisa, mas eu acho que sim, acho que tem que ter [assistência], se tiver falha, se tiver alguma coisa, aí conserta.”

Entrevistador: “Por que não recorrer a programas sociais, como o Minha Casa Minha Vida, já que você não possui uma casa própria? Isso te ajudaria?”

Entrevistado: “Como eu disse, o dinheiro não é o mais importante, cara. Quero o suficiente para me organizar. Estou bem aqui, navego sozinho no mundo, estou acostumado aqui.”

Os três casos apresentados parecem ilustrar – algo que ainda precisa ser explorado em maior profundidade – que trajetórias associadas à classe média (estabilidade, ascensão ou decadência) carregam elementos pertinentes às duas primeiras formas de vinculação identificadas por Siblot (2006): distanciamento, despeito e desprezo às ofertas públicas, uma vez que representariam situações de desconforto, limitação, humilhação e declínio social. Além disso, esses três casos suscitam a hipótese, já desenvolvida em outros estudos,⁷ de que pessoas com esse tipo de trajetória social e que não utilizam cotidianamente os serviços públicos tendem a desenvolver uma avaliação mais negativa deles, em comparação com usuários recorrentes, como veremos a seguir.

3.3 Estabilidade, *expertise* e demanda por serviços públicos

Há ainda uma terceira forma de construção de vínculos que toca as famílias pobres em situação estável, ainda que eventualmente submetidas a maiores riscos e vulnerabilidades. Como observou Siblot (2006), famílias com esse tipo de trajetória e posição social tendem a desenvolver um uso positivo dos encontros burocráticos. A partir do uso recorrente dos serviços e benefícios públicos, elas adquirem uma *expertise* na condução das relações administrativas, demonstrando habilidade de recorrer aos recursos materiais e simbólicos de que necessitam para o seu bem-estar, especialmente como forma de evitar as ameaças eminentes de empobrecimento e precarização.

7. Tal como concluíram Piola *et al.* (2011, p. 86-87), “na opinião de 28,9% dos entrevistados no Brasil, os serviços públicos de saúde prestados pelo SUS são muito bons ou bons. Proporção semelhante dos entrevistados (28,5%) opinou que esses serviços são ruins ou muito ruins, enquanto 42,6% os consideraram regulares. Contudo, observa-se que existem diferenças quando se compara a percepção sobre os serviços públicos de saúde prestados pelo SUS, de maneira geral, entre os entrevistados que relataram ter utilizado ou acompanhado alguém de sua família na utilização de pelo menos um dos serviços pesquisados e aqueles que declararam não ter utilizado serviços do SUS. Entre os primeiros, ou seja, aqueles que tiveram alguma experiência com os serviços do SUS nos últimos doze meses, a proporção de opiniões de que os serviços são muito bons ou bons foi maior (30,4%) do que entre os segundos (19,2%). Por outro lado, a proporção de opiniões de que os serviços prestados pelos SUS são ruins ou muito ruins foi maior entre os entrevistados que não tiveram experiência com algum dos serviços pesquisados (34,3%), em comparação com aqueles que tiveram (27,6%). Não obstante, em ambos os grupos predominam as avaliações dos serviços como regulares”.

Caso 4

C. tem 33 anos. É casada pela segunda vez e mãe de quatro filhas. Mora com os pais e mais um irmão em uma residência própria. Filha de mãe empregada doméstica e pai auxiliar de pedreiro, C. trabalhava, no momento da entrevista, como profissional do sexo num salão de massagem, o que é para ela uma fonte de angústia e ao mesmo tempo da renda de que ela precisa para sustentar as quatro filhas, já que o marido se encontrava desempregado.

Entrevistador: “Você conhece o Bolsa Família?”

Entrevistado: “Conheço. Eu recebo. Eu ganhei o Minha Casa Minha Vida.”

Entrevistador: “O que você acha desses programas assistenciais?”

Entrevistado: “Eu acho ótimo, né? É bom. Gostei. Vivo em uma das [unidades do] Minha Casa Minha Vida, pelo menos foi um jeito bom de empregar o dinheiro do povo, já que é do povo mesmo, né? E dizer assim, ‘que o povo não quer mais trabalhar porque vive de Bolsa Família’, é mentira. Porque ninguém vive com duzentos reais, com trezentos reais, não tem nada a ver, é um jeito de ajudar, e eu acho bom. Favorece muito a população pobre. Eu acho que ainda precisava de mais, favorecer mais porque dinheiro do povo guardado eles têm pra isso.”

Entrevistador: “E nesses programas, você foi bem atendida?”

Entrevistado: “Fui bem atendida. Não vou mentir, não, teve tanta burocracia, não. Na minha parte, não. Foi tranquilo.”

Como ilustra o caso 4, uma trajetória de relativa estabilidade na pobreza (casa própria, pais empregados etc.), apesar dos riscos e das vulnerabilidades enfrentadas, vai ao encontro de uma vinculação positiva com as políticas de serviços públicos. A percepção é que há um bom uso do dinheiro do povo, isto é, o devido retorno em termos de recursos de estabilização e proteção contra as adversidades da vida. Essa representação sobre as políticas e as ações do Estado vem acompanhada também do relato da experiência do encontro burocrático como algo tranquilo e sem maiores intercorrências.

3.4 Situações de precariedade e usos positivos

Finalmente, a última forma de construção de vínculo identificada por Siblot (2006) em seu estudo diz respeito às famílias em situações de precariedade, para as quais os recursos de interconhecimento e a ajuda mútua se tornam cruciais nas relações com a administração. As trajetórias de estabilização fora da precariedade revelam, ao mesmo tempo, uma forte experiência de constrangimento em relação à administração e o domínio desse constrangimento graças à desenvoltura pessoal no trato com os agentes administrativos, devido a laços localmente estabelecidos.

No caso apresentado a seguir, percebe-se também a construção de uma vinculação positiva. Os serviços e as políticas públicas aqui são representados como promotores de dignidade e respeito para usuários e beneficiários. Essa representação específica da ação pública vem, igualmente, acompanhada da percepção do encontro burocrático como algo não problemático e até digno de agradecimento (a Deus e às pessoas encontradas nesse percurso).

Caso 5

O. é uma senhora negra, viúva, mãe de três filhos, dos quais duas adolescentes, ambas grávidas. Mora de aluguel numa casa simples. Viveu durante dez anos na casa de uma família de classe média, onde trabalhava. No momento da entrevista, encontrava-se desempregada. Contou que há meses deixa currículos para trabalhos domésticos, de limpeza e em fábricas, mas sem sucesso. Tem vivido de bicos, faxinas e às vezes diarista, mas de maneira bem inconstante. Confessou que em momentos mais críticos sai para pedir esmola nas casas. Ela não conta com nenhum familiar na cidade onde vive.

Entrevistador: “Você acha que programas como o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida ajudaram a resgatar a dignidade das pessoas?”

Entrevistado: “Ajudaram, sim... Eu acho que sim, e muito. Muito!”

Entrevistador: “Por que você acha que isso ajudou as pessoas a se sentirem mais respeitadas?”

Entrevistado: “Porque eram pessoas que... Eram pessoas que moravam em barraco, como eu tô lhe dizendo, tinha pessoas em barraco ali no satélite. Construíram, deram casa, deram apartamento, tá entendendo? Eu acho isso bonito. Eu acho bonito, é um trabalho muito bem feito. Tá entendendo? Pra sociedade. Quem diria que uma pessoa podia ter um Bolsa Família, um apartamento bem bonitinho pra morar? Dois quartos, sala, cozinha e banheiro. De primeira. Isso não existia.”

Entrevistador: “Nesses programas que você usa, como o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida, o próprio SUS, você foi bem atendida, foi bem tratada pelos funcionários?”

Entrevistado: “Graças a Deus, mesmo porque esse Bolsa Família veio numa hora... Eu nunca tinha recebido, sempre quem recebia eram os avós deles [dos filhos], então, depois que eu ‘peguei eles’, foi tudo cortado. Então eu fui correr atrás de algum benefício pra mim. Pra eles, né? Porque eu digo pra mim, mas é pra dentro de casa. Então, assim, graças a Deus, encontrei pessoas...”

Entrevistador: “Que lhe atenderam bem?”

Entrevistado: “Graças a Deus.”

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como Siblot (2006) fez questão de ressaltar, não se trata de apresentar aqui uma tipologia exaustiva das relações entre usuários de serviços e agentes da sua administração, mas de demonstrar, por meio de situações concretas e experiências de vida, a importância do entrelaçamento entre as formas de vinculação e significação de experiências de encontro burocrático e a trajetória e o posicionamento social dos indivíduos e suas famílias. O domínio dos procedimentos administrativos e a experiência das relações com instituições que fornecem direitos podem ser entendidos e utilizados como recursos para manutenção de uma posição estável ou ascendente. Em contrapartida, a sensação de ter que “pedir esmolas” às instituições ou de se submeter às suas condições (*e.g.*, espera, desconforto, baixa qualidade) alimenta um sentimento de rebaixamento que leva a distanciar o governo e os serviços públicos como pertencentes ao mundo dos outros, podendo ser traduzido de forma mais geral por ressentimento em relação às instituições e às políticas.

Em suma, como afirma Siblot (2006), o esforço analítico requerido é o de trazer à luz os sentidos práticos do Estado e das suas políticas públicas, construídos diariamente por usuários em suas interações

com agentes representantes das instituições. Esses sentidos práticos começam a ser visibilizados por meio da análise minuciosa de como valores e representações políticas e morais implícitas e não verbalizadas passam a se associar com instituições públicas e seus modos de operação. As formas de vinculação com políticas e serviços públicos revelam não apenas maneiras de se relacionar com o poder institucional mas, também, com o meio social. Ambas as maneiras “são constitutivas da percepção da posição ocupada nas relações sociais: a hierarquia entre grupos ou classes sociais e a relação com o poder institucional aparecem, assim, fortemente vinculadas” (Siblot, 2006, p. 15).

Por se tratar de estudo ainda em andamento, não é possível tirarmos conclusões fortes. Os resultados iniciais da análise, no entanto, têm indicado que as hipóteses relacionadas a trajetórias e posições sociais com as representações construídas a partir das experiências de encontros burocráticos se apresentam como profícuas. Um mapeamento mais aprofundado e sistemático das trajetórias e das experiências de encontros burocráticos poderá render elementos importantes para reflexões sobre os efeitos dessas confluências sobre o sentido de valor e localização social dos sujeitos, assim como sobre as representações que constroem sobre o Estado e suas políticas públicas. Trata-se de questão que integra a agenda de pesquisa desenvolvida pela Diest/Ipea nos últimos anos, centrada na compreensão dos riscos de reprodução de desigualdades em processos de implementação de políticas públicas (Pires, 2019).

REFERÊNCIAS

- BLUMER, H. **Symbolic interactionism: perspective and method**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1969.
- BOURDIEU, P. **Esquisse d’une théorie de la pratique**. Genebra: Librairie Droz, 1972.
- CROZIER, M. **Le phénomène bureaucratique**. Paris: Seuil, 1963.
- CROZIER, M.; FRIEDBERG, E. **L’acteur et le système**. Paris: Seuil, 1977.
- DUBOIS, V. **La vie au guichet: relation administrative et traitement de la misère**. Paris: Economica, 1999.
- DUPUY, F.; THOENIG, J.-C. **Sociologie de l’administration française**. Paris: Armand Colin, 1983.
- ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.
- FRIEDBERG, E. **L’analyse sociologique des organisations**. Paris: GREP, 1972.
- GOFFMAN, E. **Encounters: two studies in the sociology of interaction**. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1961.
- GOODSELL, C. T. **The public encounter: where state and citizen meet**. Bloomington: Indiana University Press, 1981.
- HASENFELD, Y. People processing organizations: an exchange approach. **American Sociological Review**, v. 37, n. 3, p. 256-263, 1972.
- _____. Citizens’ encounters with welfare state bureaucracies. **Social Service Review**, v. 59, n. 4, p. 622-635, Dec. 1985.
- HASENFELD, Y.; RAFFERTY, J. A.; ZALD, M. N. The welfare state, citizenship, and bureaucratic encounters. **Annual Review of Sociology**, v. 13, n. 1, p. 387-415, 1987.

- HUGHES, E. **The sociological eye**: selected papers. New Brunswick: Transaction Books, 1971.
- JOBERT, B.; MULLER, P. **L'Etat en action, politiques publiques et corporatismes**. Paris: PUF, 1987.
- KAHN, R.; KATZ, D.; GUTEK, B. Bureaucratic encounters – an evaluation of government services. **The Journal of Applied Behavioral Science**, v. 12, n. 2, p. 178-198, 1976.
- PIOLA, S. *et al.* SIPS saúde: percepção social sobre a saúde no Brasil. In: SCHIAVINATTO, F. (Org.). **Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS)**. Brasília: Ipea, 2011. p. 79-103.
- PIRES, R. R. C. Sociologia do guichê e implementação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 81, p. 5-24, 2017.
- _____. **Implementando desigualdades**: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.
- SHARMA, A.; GUPTA, A. **The anthropology of the state**: a reader. Malden: Blackwell Publishing, 2006.
- SIBLOT, Y. **Faire valoir ses droits au quotidien**: les services publics dans les quartier populaire. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 2006.
- SPIRE, A. **Accueillir ou reconduire**: enquête sur les guichets de l'immigration. Paris: Raisons d'Agir, 2008.
- THOENIG, J.-C. **L'ère des technocrates**. Paris: Éditions d'Organisation, 1973.

1 INTRODUÇÃO

No que tange à redistribuição de recursos entre os cidadãos, o sistema de proteção social no Brasil apresenta uma marcada tendência em prol da redistribuição intraclases, em contraposição à redistribuição progressiva típica de Estados com níveis de bem-estar mais elevados. Em outras palavras, as transferências do Estado brasileiro têm como efeito a estabilização do sistema de estratificação social, reproduzindo as desigualdades herdadas. Já nos anos 1970, Titmuss (1975, p. 26) apontava que os repasses do seguro social brasileiro funcionavam como multiplicadores dissimulados de desigualdade, transferindo recursos dos pobres para os ricos. Ainda hoje, de acordo com Medeiros e Souza (2015), o conjunto de aposentadorias, pensões e benefícios sociais segue tendo efeito regressivo sobre a renda. Como consequência, embora tenhamos um sistema de proteção social antigo, constitucionalmente universalista e administrativamente sofisticado, somos ainda uma das nações mais desiguais do planeta.

Políticas de transferência condicionada de renda para o estrato mais pobre da população, tradicionalmente excluído da cidadania, representam uma alteração do papel redistributivo do Estado, tornando-o mais progressivo. Políticas de transferência de renda focalizada nos pobres, entretanto, não possuem, em geral, o mesmo grau de apoio que políticas sociais de acesso geral (universalistas), e tendem a gerar coalizões de suporte mais frágeis. A longo prazo, isso pode reduzir o potencial alcance redistributivo dessas políticas.

Essas coalizões de suporte, por sua vez, são ancoradas em percepções sociais sobre a pobreza e o papel do Estado. As percepções sobre políticas redistributivas e seus beneficiários tornam-se, portanto, tema de elevado interesse para a compreensão das dinâmicas de produção, reprodução e mitigação das desigualdades.

Desse modo, o objetivo deste artigo é apresentar como os cidadãos das mais diversas classes percebem o Programa Bolsa Família e, em especial, o Bolsa Família – isto é, o componente de redistribuição direta contido no programa. Como demonstra a análise empreendida na base de dados da pesquisa Radiografia do Brasil Contemporâneo, uma série de normas, valores e cognições acerca da pobreza e da redistribuição se revela por quem fala do programa. Ao descortinar as percepções sobre pobreza e redistribuição da população brasileira, procurou-se auxiliar na compreensão das preferências distributivas da população e das condições de legitimação da cidadania social no país.

2 POLÍTICAS SELETIVAS E APOIO À REDISTRIBUIÇÃO ENTRE AS CLASSES

O Programa Bolsa Família é bem avaliado pelos especialistas por seu baixo custo, sua eficiência alocativa comparativamente alta e seu impacto relevante na redução da pobreza, da desnutrição, da mortalidade infantil e do abandono escolar, sem que se observe efeito relevante sobre as taxas de ocupação (Rasella *et al.*, 2013; Soares, Ribas e Osório, 2010; Silva, Brandão e Dalt, 2009; Segall-Corrêa *et al.*, 2008).

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bapi23art4>

2. Especialista em gestão pública e gestão governamental na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea.

Em contrapartida, são comuns as críticas ao programa por parte da mídia, dos congressistas, das elites econômicas e da população em geral (Marques, 2010; Britto e Soares, 2010; Reis, 2018; Castro *et al.*, 2009). De fato, apesar da profusão de estudos sobre os seus efeitos e a sua lógica de funcionamento, carecemos de estudos que aprofundem nossa compreensão sobre o Bolsa Família do ponto de vista da sua legitimação pública. Temos, de um lado, análises de dados com representatividade nacional, baseados em pesquisas de opinião, e, por outro, estudos qualitativos em profundidade, mas sem representatividade nacional, centrados em grupos sociais, fontes documentais ou territórios específicos. Espera-se com este artigo auxiliar a preencher essa lacuna.

Em desenvolvimento recente às suas pesquisas sobre o processo de modernização periférica do Brasil e da construção de um regime de subcidadania no país, Souza (2017) sugere que a crítica ao Bolsa Família se assenta no ódio de classe, nutrido pelas classes médias e altas (e também pela classe trabalhadora não pobre), por aqueles que não conseguem obter seu autossustento por meio do trabalho. Em suma, segmentos significativos dessas classes adjudicariam aos pobres a responsabilidade por seu próprio infortúnio e buscariam não só distinguir-se deles como distanciar-se física e socialmente. Por sua vez, Hancock (2004) argumenta, a partir do caso do estigma de “rainhas do bem-estar” imputado às mulheres pobres e negras que recebem benefícios assistenciais nos Estados Unidos, que é a identidade pública deteriorada dessas beneficiárias que engendra uma política da repugnância, separando “elas” do “nós”, criando uma distância social que se reverte em uma preferência geral pela não redistribuição de excedentes econômicos a esse grupo estigmatizado.

Em ambos os casos, o estigma atribuído tradicionalmente ao público-alvo da política é imputado ao programa em si. Como consequência, o programa tende a receber menor apoio público, podendo sofrer de problemas de financiamento, cobertura e sustentabilidade como política de Estado. Como apontou Titmuss (2000), políticas sociais seletivas tendem a gerar uma cisão entre os beneficiários e o “resto”, entre “eles” e “nós”, criando cidadãos de segunda classe, estigmatizados como dependentes. Assim, a focalização corre o risco de fomentar um sentido de falha pessoal como causa da pobreza e um estigma de fardo público aos que dessas políticas se beneficiam, infligindo um senso de inferioridade e envolvendo seus usuários em humilhante perda de *status*, dignidade e respeito próprio. Corre-se, ainda, o risco de repetir os padrões históricos de má qualidade e discriminação nos serviços públicos voltados para os pobres.

A abordagem teórica adotada propõe que a compreensão dos processos de legitimação ou não das políticas focalizadas está na noção de pobreza merecedora (Titmuss, 2000; Swaan, 1988; Oorschot, 2000; Larsen, 2008). Quando os beneficiários não são considerados merecedores, o apoio público às medidas se enfraquece, criando-se o chamado paradoxo da redistribuição (Korpi e Palme, 1998), por meio do qual uma política focalizada, aritmeticamente mais eficaz na redistribuição de recursos, engendra um grau menor de solidariedade social que políticas universais menos redistributivas e que beneficiam também trabalhadores não pobres e as classes médias e, a médio prazo, reduzem o efeito redistributivo promovido pelo Estado. Nesse sentido, compreender os processos de legitimação pública e os padrões de solidariedade social a eles associados é essencial para que se possa estimar o potencial redistributivo a longo prazo das políticas.

3 MÉTODO

O material empírico que serve de subsídio à análise advém de 172 entrevistas em profundidade e de *surveys* nacionais (Ipea, 2013). Em conjunto, essas pesquisas permitem traçar um retrato representativo

das percepções da população sobre pobreza, desigualdade e políticas redistributivas, e, assim, observar como a posição de classe e outras variáveis relevantes condicionam as percepções das pessoas.

Com base em técnicas clássicas de análise de discurso e de conteúdo, as falas foram codificadas com auxílio de um *software* de análise qualitativa de dados. Quanto às variáveis independentes, os entrevistados foram, com base nas entrevistas e no questionário socioeconômico aplicado, classificados como trabalhadores pobres (46 entrevistas), trabalhadores não pobres (60), classe média (59) e classe alta (7). Buscou-se representar na amostra a distribuição da população por classes sociocupacionais, nos termos propostos por Santos (2005),³ bem como garantir heterogeneidade em termos de gênero, raça/cor, região e ciclo geracional.

A principal estratégia de análise utilizada foi a matriz de intersecção, para revelar quais tópicos aparecem regularmente juntos, formando uma matriz discursiva, e quais matrizes discursivas são significativamente mais presentes entre cada classe. Isso inverte a lógica das entrevistas como casos discretos e compreensíveis apenas dentro do contexto de diálogo como um todo. As entrevistas são entendidas antes como oportunidades de expressão de experiências, representações, cognições, argumentos, julgamentos de valor etc. que são socialmente construídas e, portanto, não pertencem ao sujeito que as enuncia mais do que aos ambientes de socialização por meio dos quais foram internalizadas como história social subjetivamente incorporada (Bourdieu, 1989). Assim, o significado dos discursos proferidos encontra-se não apenas na articulação subjetiva, durante o contexto da entrevista, entre uma miríade de temáticas que, como um todo, compõe o “caso” daquela pessoa, mas também na expressão, por múltiplos casos-sujeitos, de experiências e/ou representações coletivas. Essas experiências e representações significativas, ao não se encontrarem igualmente distribuídas pelo corpo social, concentrando-se em determinados grupos, revelam um mapa desigual de significados atribuído à redistribuição de recursos aos mais pobres. É a esse mapa que nos referiremos nos resultados.

4 RESULTADOS

A análise textual foi restrita às falas sobre o Programa Bolsa Família e os seus conteúdos. Na fala dos 172 entrevistados, nota-se que elogios e críticas são por vezes mobilizados pelas mesmas pessoas (41 casos). Isso nos impele a suplantarmos um certo reducionismo, que busca identificar opiniões e atitudes como simplesmente positivas ou negativas. Além disso, os elogios muitas vezes tomam a forma de uma crítica justamente aos críticos do programa; outras vezes ressalta-se que a ajuda garante uma espécie de inclusão social via aumento do poder de compra, espelhando os achados de Rêgo e Pinzani (2013) acerca dos efeitos do dinheiro sobre a autonomia dos beneficiários. Ainda assim, cabe notar que a transferência de renda é considerada particularmente positiva quando abre a possibilidade para usos “meritórios” do dinheiro – por exemplo, com alimentação dos filhos ou compra de material escolar – e crucialmente quando o beneficiário em si é considerado merecedor do auxílio público.

A esse respeito, o tópico do trabalho para os capazes surge como dominante. Consideremos o seguinte paradoxo: segundo dados de *survey* com representatividade nacional (Lavinhas *et. al.*, 2012), 66% dos brasileiros julgam que o governo é o principal responsável pelo bem-estar dos pobres e para 69% o benefício concedido pelo Programa Bolsa Família é insuficiente para retirar alguém da pobreza. Não obstante, apenas 42% pensam que se deve aumentar o valor do benefício. Como

3. A terminologia de Santos trabalha com mais classes do que o nosso esquema. Para nós, a classe alta é representada no esquema de Santos pelos grandes empregadores; a classe média inclui gerentes, especialistas e pequenos empregadores; do restante, os pobres são os trabalhadores domésticos, os com trabalhos elementares e os com própria precários.

explicar essa aparente contradição? Acreditariam os brasileiros que o programa é muito caro, e o país não tem condições de pagá-lo? O principal motivo para explicar esse resultado contraditório é que para 67% das pessoas o Programa Bolsa Família gera acomodação e desestímulo ao trabalho. Desse modo, 43% afirmam que o valor do benefício deve permanecer baixo exatamente para que as famílias não se tornem dependentes. Reforçando essa análise, para 71% das pessoas apenas adultos que trabalhem ou estejam procurando emprego devem receber a bolsa.

Essas percepções têm clara clivagem de classe. Uma análise simples dos dados de *survey* (Lavinias *et. al.*, 2012) aponta que os não pobres são significativamente mais propensos a:

- atribuir aos pobres a responsabilidade por seu próprio bem-estar;
- achar que o valor do benefício é suficiente para se retirar alguém da pobreza;
- defender que o benefício não seja aumentado;
- dizer que o Bolsa Família não precisaria existir caso todos cuidassem de si; e
- concordar com a inclusão de uma condicionalidade vinculada à busca ativa por trabalho.

Ademais, ao separarmos os não pobres em dois grupos, trabalhadores não pobres e classe média, excluindo os poucos entrevistados de classe alta,⁴ vemos que é a classe média que, comparada aos demais grupos, mais defende que o valor da bolsa é alto, mas que não tira ninguém da pobreza e que não deve ser aumentado sob risco de criar dependência nas pessoas. No mesmo sentido, a classe média é mais propensa a responsabilizar os pobres por sua situação e a preferir ações sociais de igrejas, organizações não governamentais (ONGs), famílias e empresas para resolver o problema da pobreza *vis-à-vis* ação governamental.

É notável como a questão do trabalho mobiliza fortemente os discursos sobre o Bolsa Família. Por exemplo, uma entrevistada crítica do programa cita uma parábola cuja mensagem moral é que se deve jogar do penhasco a vaca que garante o sustento nutricional de uma família pobre, para que ela seja compelida a buscar trabalho e, assim, alcançar a prosperidade. Ainda que extremada, essa analogia revela o núcleo cognitivo e valorativo da retórica da dependência,⁵ que sugere, desde o século XVIII, que os pobres beneficiados por transferências de renda se tornarão dependentes do governo e não buscarão, portanto, sair de sua situação. Um total de 53 entrevistados mobilizou a retórica da dependência espontaneamente, por vezes citando diretamente o dito “ensinar a pescar” e, frequentemente, propondo alterações no desenho do programa.

O tipo de alteração proposto, entretanto, não passou pela lógica do *laissez-faire*. A ação mais citada foi a oferta de trabalho pelo governo, isto é, a instituição de um sistema de garantia de emprego, que é particularmente popular entre trabalhadores não pobres. A oferta de qualificação profissional para os beneficiários também é popular, com entrevistados de classe média e trabalhadores não pobres propondo,

4. A pesquisa de Lavinias *et al.* (2012) infelizmente não inclui a ocupação do entrevistado, seu patrimônio ou informações sobre a composição familiar, de modo que a variável classe foi construída com base nas variáveis rendimento do trabalho e escolaridade, excluindo-se aqueles que não trabalham da análise. Como essa seleção pode resultar num viés de gênero da análise, foi verificado, caso a caso, se ela poderia influenciar nas respostas antes de apresentar qualquer correlação no texto. A classe média foi definida como aqueles que possuem diploma superior e/ou que ganham entre R\$ 4 mil e R\$ 15 mil por mês (as duas variáveis são altamente correlacionadas, por isso não foi possível distinguir analiticamente entre detentores de capital cultural e capital econômico). Os trabalhadores não pobres são aqueles sem ensino superior, com renda do trabalho inferior a R\$ 4 mil e que não são beneficiários do Bolsa Família. Os pobres são, para os fins desta análise, os beneficiários. Para uma discussão sobre a definição de uma classe pobre pela própria ação do Estado de bem-estar, ver Parijs (1987).

5. Ver Hirschman, 1991.

por vezes, que essa qualificação seja centrada no treinamento para ocupações elementares e de baixa remuneração, como atendentes, auxiliares de cozinha etc.

Frequente também é a menção à necessidade de uma maior fiscalização dos beneficiários. Nesse ponto, a questão da cidadania social e da cidadania política se entrelaçam. Mais de um terço dos entrevistados critica espontaneamente o programa por vinculá-lo a algum tipo de corrupção, *lato sensu*. O tipo de corrupção mencionado seguiu um padrão de classe, ainda que os dados sejam insuficientes para afirmar a representatividade desse padrão. Os pobres são os que menos expressam essa crítica, e quando o fazem tendem a indicar o lócus do problema nas elites políticas. Os trabalhadores não pobres tendem a identificar o problema como corrupção administrativa, isto é, praticada pela burocracia municipal. A classe média, por sua vez, é a que mais mobiliza essa crítica, quase sempre lançando a culpa sobre os beneficiários, responsabilizados por ocultar sua renda, não seguir corretamente as condicionalidades ou ter algum outro tipo de comportamento antiético. Dito isso, é importante notar que essa percepção não se resume a esse grupo: 82% dos brasileiros acreditam que o Bolsa Família inclui pessoas que não precisam do benefício.

Como os pobres são percebidos, particularmente pela classe média, como dependentes do governo e tendentes a práticas corruptas, não é surpreendente que o programa seja entendido por 23 entrevistados como nada mais que uma compra de votos disfarçada, e que, portanto, o direito ao voto dos pobres seja questionado. Nas últimas eleições presidenciais esse questionamento foi elevado ao nível de discussão pública, e as entrevistas permitiram averiguar a penetração dessa percepção entre a população. Esse ponto de vista embasa, amiúde, uma crítica ao sistema eleitoral como um todo, visto como vítima de uma espécie de “neocoronelismo” em que a própria criação da dependência pelo programa criaria, propositalmente, um público cativo de eleitores. As noções de paternalismo, “neocoronelismo” ou voto de cabresto, por sua vez, são associadas à transformação no padrão eleitoral dos habitantes do Semiárido, em particular, e dos nordestinos, em geral. Note-se, a esse respeito, que não foi citada por nenhum entrevistado a ideia de que os pobres votam em candidatos que defendam seus interesses, ou de que isso seria uma prática normal em ambiente democrático.

Conforme Marshall (1950, p. 34), é exatamente a dinâmica expansiva da cidadania que faz com que a instituição do sufrágio universal eleve a demanda das classes inferiores da condição de súplica às classes dominantes à de demanda política, preferência eleitoral e, eventualmente, a de direito social. Não obstante seu tom otimista, a citada obra deixa claro, também, como o *status* de cidadania, igualitarista, entra em guerra com a estratificação econômica em classes. A forma como se institui uma política social define a correlação de forças de apoio e oposição a ela: se os seus beneficiários são minoria na população e, ainda por cima, historicamente vítimas de preconceito, fica comprometida a sustentação política da cidadania social. A atual situação do Brasil, analisada pelo prisma das entrevistas da pesquisa Radiografia do Brasil Contemporâneo, por sua vez, nos faz crer que esse comprometimento tende mesmo a retroalimentar um processo de erosão da legitimidade da própria cidadania política, além de servir como fonte de manipulação de estereótipos sociais capazes de brechar a expansão do direito social.

Novamente, é a retórica da dependência que fornece a chave para a conexão entre percepções sobre a cidadania social e a cidadania política. Seu eixo crítico, ou pseudocrítico, gira em torno do trabalho como valor moral ausente entre os pobres, dando margem a discursos sobre uma cultura da pobreza em que o locutor do discurso, via de regra de classe média, busca distanciar-se daqueles a quem se adjudica toda sorte de vícios e comportamentos antiéticos. É importante notar, entretanto, que trabalhadores não pobres e mesmo trabalhadores pobres também erguem, e por vezes com ainda maior ênfase, essa fronteira

simbólica entre “nós” e “eles”, revelando uma disposição à distinção social que perpassa o tecido social como um todo.

De fato, a análise das 172 entrevistas revela que a população raramente conecta o Programa Bolsa Família à ideia de garantia de direitos. Nesse sentido particular, o termo direito só foi proferido nominalmente por uma entrevistada de classe média, e com conotação negativa. Em nenhum momento, esse ou outro termo foi utilizado para relatar ou mesmo supor uma experiência de contato entre o cidadão e o Estado em que o primeiro se coloca como sujeito de direitos reivindicáveis perante o segundo. Os relatos de contato entre beneficiários e a burocracia de rua, por sua vez, sempre seguiram uma lógica de interação negocial assimétrica, em que os pobres buscavam convencer, com maior ou menor sucesso, os representantes do Estado do mérito de sua solicitação. Ademais, 41 entrevistados, quase todos beneficiários ou ex-beneficiários, demonstraram não compreender as regras do programa, ou seja, porque as pessoas recebem ou deixam de receber o Bolsa Família. Em ao menos um caso, o entrevistado expressou desespero ante a situação.

Note-se, por fim, que, se o discurso do direito não encontra eco no programa, 35 pessoas se referiram a ele, sempre com conotação positiva, como uma ajuda, notavelmente conectando essa noção à de mitigação da pobreza e da fome. A ideia de ajuda é particularmente comum entre os pobres, que a mobilizam para expressar duas percepções: *i)* que o benefício é uma iniciativa positiva, que faz diferença nas suas vidas e na vida de seus filhos; e *ii)* que o benefício é, afinal, insuficiente para suprir suas necessidades básicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresenta os primeiros resultados de uma pesquisa em andamento que, ao final, terá analisado as percepções sobre o Bolsa Família a partir de quatrocentas entrevistas em profundidade. A análise até aqui empreendida indica que o programa não é percebido como um direito de cidadania – ou, ao menos, que essa questão não passa espontaneamente pela cabeça das pessoas, que tendem a entendê-lo como uma ajuda. A fala sobre esse mecanismo de transferência de recursos mobiliza uma retórica crítica à condição de cidadania social, política e mesmo civil de seus beneficiários, imputando a eles o estigma de pobres não merecedores. Essas críticas, bem como as percepções da população sobre pobreza, desigualdade social, política social e preferências distributivas revelam uma clara correlação com a classe social do entrevistado, sem que, por isso, deixem de ser comuns a todas as classes o recurso aos julgamentos de mérito como forma de regulação da redistribuição entre classes.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. Le mort saisit le vif: as relações entre a história reificada e a história incorporada. *In*: _____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BRITTO, T.; SOARES, F. V. Bolsa Família e renda básica de cidadania: um passo em falso. *In*: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE BASIC INCOME EARTH NETWORK (BIEN), 13., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: BIEN, 2010.
- CASTRO, H. C. de O. de *et al.* Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. **Opinião Pública**, v. 15, n. 2, p. 333-355, 2009.

HANCOCK, A.-M. **The politics of disgust: the public identity of the welfare queen**. New York: New York University Press, 2004.

HIRSCHMAN, A. O. **The rhetoric of reaction**. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Sistema de indicadores de percepção social: módulos de “assistência social” e “valores e estrutura social”**. Brasília: Ipea, 2013.

KORPI, W.; PALME, J. The paradox of redistribution and strategies of equality: welfare state institutions, inequality, and poverty in the Western countries. **American Sociological Review**, v. 63, n. 5, p. 661-687, 1998.

LARSEN, C. A. The institutional logic of welfare attitudes: how welfare regimes influence public support. **Comparative Political Studies**, v. 41, n. 2, p. 145-168, 2008.

LAVINAS, L. *et al.* **Medindo o grau de aversão à desigualdade da população brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia; Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

MARQUES, A. C. S. A deliberação a longo prazo no espaço de visibilidade mediada: o Bolsa-Família na mídia impressa e televisiva. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 7, n. 2, p. 273-285, 2010.

MARSHALL, T. H. **Citizenship and social class**. Cambridge: Cambridge University Press, 1950. v. 11.

MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. F. State transfers, taxes and income inequality in Brazil. **Brazilian Political Science Review**, v. 9, n. 2, p. 3-29, 2015.

OORSCHOT, W. van. Who should get what, and why? On deservingness criteria and the conditionality of solidarity among the public. **Policy e Politics**, v. 28, n. 1, p. 33-48, 2000.

PARIJS, P. van. A revolution in class theory. **Politics e Society**, v. 15, n. 4, p. 453-482, 1987.

RASELLA, D. *et al.* Effect of a conditional cash transfer programme on childhood mortality: a nationwide analysis of Brazilian municipalities. **The Lancet**, v. 382, n. 9886 p. 57-64, 2013.

RÊGO, W. D. L.; PINZANI, A. Liberdade, dinheiro e autonomia: o caso da Bolsa Família. **Política e Trabalho**, n. 38, 2013.

REIS, E. **Changes and continuities in perceptions of poverty and inequality among brazilian elites**. London: London School of Economics and Political Science, Feb. 2018.

SANTOS, J. A. F. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, p. 27-45, 2005.

SEGALL-CORRÊA, A. M. *et al.* Transferência de renda e segurança alimentar no Brasil: análise dos dados nacionais. **Revista de Nutrição**, v. 21, p. 39-51, 2008.

SILVA, A. P.; BRANDÃO, A.; DALT, S. Educação e pobreza: o impacto das condicionalidades do programa Bolsa Família. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 4, n. 8, 2009.

SOARES, F.; RIBAS, R. P. V.; OSÓRIO, R. G. Evaluating the impact of Brazil's Bolsa Familia: cash transfer programs in comparative perspective. **Latin American Research Review**, v. 45, n. 2, p. 73-190, 2010.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Lisboa: Leya, 2017.

SWAAN, A. de. **In care of the state: health care, education, and welfare in Europe and the USA in the modern era**. Oxford: Oxford University Press, 1988.

TITMUS, R. **Social policy**. Sri Lanka: The Open University, 1975.

_____. Universalism versus selection. *In*: PIERSON, C.; CASTLES, F. G.; NAUMANN, I. K. **The welfare state reader**. Cambridge: Polity Press, 2000. p. 42-50.

1 INTRODUÇÃO

Como os brasileiros explicam ou justificam o elevado nível de desigualdade social que é parte da história e da autoimagem do país? De que modo percepções sociais – cognições, valores e avaliações compartilhadas – interagem com o acesso efetivo a bens e serviços em sociedades com altos níveis de desigualdade material e simbólica que normativamente valorizam princípios de igualdade? A desigualdade social, objeto canônico de estudo nas ciências sociais, merece esforços mais sistemáticos para que também se capte a produção subjetiva de sentido – individual ou coletivo – a ela associada.

Embora as análises quantitativas sobre a evolução e as variações da distribuição dos estoques de riqueza da sociedade constituam informação disseminada e relevante para os decisores em políticas públicas, a construção subjetiva de sentidos é essencial para embasar propostas reformistas cuja adesão social e probabilidades de implementação aumentam se ancoradas em convicções e representações arraigadas das pessoas (Bowles e Gintis, 1998). O modo como uma sociedade percebe e explica suas desigualdades contribui, ainda, para se pensar em estratégias visando reconstruir narrativas cujo propósito seja ampliar o reconhecimento social dos contingentes excluídos – passo indispensável para sociedades inclusivas e bem-sucedidas (Lamont, 2009, p. 151).

Para discutir as questões enunciadas, utilizei os dados coletados e disponibilizados no projeto Radiografia do Brasil Contemporâneo, descrito na introdução deste *Boletim*. As entrevistas realizadas no âmbito desse projeto reconstruíram a história individual para verificar em que medida a trajetória de vida cria uma estrutura de percepções e sentidos, escolhas e estratégias que se distribui e se conecta em diferentes dimensões da vida. Os questionários que orientaram as entrevistas estão divididos em *corpus* temáticos específicos e, neste texto, analiso os fragmentos que tratam da desigualdade.

A metodologia qualitativa baseada na *grounded theory* utilizou os fragmentos de texto extraídos das 632 entrevistas, que tratavam diretamente da seguinte questão: como você vê a desigualdade no Brasil? Quais são as causas/razões da desigualdade? Rastreei e analisei também fragmentos textuais que se conectaram a essas questões, por meio de buscas baseadas nas questões e em palavras-chave a elas associadas. No total, 365 entrevistas ou incluíram explicitamente a questão ou forneciam respostas significativas diretamente associadas ao tema. Em seguida, apliquei a codificação aberta aos fragmentos de interesse, sem recorrer a categorias predefinidas. Posteriormente, explorei as amostras teóricas definidas por cada uma das categorias (Charmaz, 2006), analisando as categorias emergentes até que novas propriedades e características para definir seus contornos se esgotassem (Glaser e Strauss, 1991). Em complemento à interpretação dos

1. O autor agradece o financiamento concedido pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), registrado no processo 88881.172542/2018-01, para pós-doutorado no David Rockefeller Center for Latin American Studies, Universidade de Harvard, de 2018 a 2019. O autor também agradece as sugestões feitas por Marco Natalino e Mário Luis Grangeia. Este texto resume seções de análise de artigo mais amplo em fase de avaliação.

2. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bapi23art5>

3. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea. E-mail: <felix.lopez@ipea.gov.br>.

resultados, realizei adiante uma análise lexicográfica que fornece recursos heurísticos adicionais sobre os enquadramentos das explicações para a desigualdade.⁴ Com um *corpus* textual robusto, apliquei dois métodos de análise: uma classificação hierárquica descendente (CHD), que Reinert (1983; 1990) desenvolveu; e uma análise fatorial de correspondência (AFC). Em ambos os métodos são construídas classes de vocabulários correlacionados com base em segmentos de texto definidos a partir dos fragmentos codificados (no *software* Atlas.ti, v. 8).

2 TEORIA

Goffman (1986) forneceu inúmeros exemplos de como as pessoas, ao atribuírem sentido a qualquer situação social vivenciada, a enquadram em contextos mais amplos, rotulando-a e identificando-a. Ao fazê-lo, revelam esquemas perceptivos mais abrangentes, por meio dos quais enxergam a sociedade e avaliam como o mundo social funciona (Young Junior, 2003; Small, Harding e Lamont, 2010; Young Junior, 2010). O sociólogo canadense adota uma perspectiva situacional que pressupõe variação contextual nas respostas individuais, mas reconhece que a precedência ontológica das experiências construídas e dos repertórios em que se enquadram é do coletivo, da sociedade (Goffman, 1986).

Os enquadramentos se organizam em repertórios que fundamentam os meios, recursos e possíveis estratégias para navegar socialmente nessas situações (Small, Harding e Lamont, 2020), e são mediados por valores, ideais e fins desejáveis decorrentes das disposições geradas pelo *habitus* (Bourdieu, 1987; 1999; Vaisey, 2010). Enquadramentos e repertórios são os dois conceitos que utilizo para compreender os argumentos aos quais as pessoas recorrem quando confrontadas a explicar as razões da alta desigualdade no Brasil. Embora não integre a análise empírica deste artigo, é parte da perspectiva aqui adotada a premissa de que processos culturais representam uma dimensão própria nas explicações sobre desigualdade, ao lado das explicações econômicas e sociais (Lamont, Beljean e Clair, 2014).

A construção intersubjetiva de sentido se define na interação com as experiências práticas vivenciadas pelas pessoas e os constrangimentos próprios decorrentes de suas posições no espaço social. Como fenômeno estruturante da organização da sociedade brasileira, aspectos da desigualdade podem ser concebidos também como um processo cultural, porque se situam no nível da construção de significado e constituem categorias de classificação compartilhadas, sem necessariamente se conectar a fins racionais ou conscientes (Lamont, Beljean e Clair, 2014). Tais significados operam de modo relativamente independente dos agentes dominantes em uma relação, pois estão também nos próprios subordinados, excluídos etc. Por fim, esses processos se conectam com a distribuição material e não material de recursos, esta última associada às demandas por dignidade e reconhecimento (Fukuyama, 2018).

4. Essa classificação gerou dezessete escalas de atitudes, atribuídas de forma independente por três pesquisadores – treinados em ciências sociais – a cada entrevistado. As atribuições se basearam na leitura integral de cada entrevista e tiveram a consistência verificada por coeficientes de correlação intraclasse (Ipea, no prelo). Realizou-se uma análise fatorial de correspondência (AFC) que cruza o vocabulário e as classes de palavras para gerar uma representação gráfica no plano cartesiano, cujo valor heurístico é indicar sobretudo a dominância léxica de alguns termos dentro de possíveis enquadramentos (Salviati, 2017). A análise vale-se do uso de lemas, que são as palavras sem suas variantes e com a sua frequência de ocorrência – por exemplo, escravos, escravidão e escravatura são formas diferentes do mesmo lema escravo (Salviati, 2017).

3 PRINCIPAIS EXPLICAÇÕES PARA A DESIGUALDADE

Nesta seção, sintetizo os cinco principais enquadramentos sobre a razões da desigualdade no Brasil, com base nas categorias gerais emergentes na análise das entrevistas.⁵

3.1 Enquadramento 1: a desigualdade se explica por nosso passado

Este enquadramento associa a desigualdade atual à herança institucional e cultural do passado remoto. A cultura dos colonizadores portugueses ou nascida da escravidão é a raiz das práticas e valores que, hoje, geram as desigualdades. É assim que a associação entre conceitos sociológicos como colonização de exploração e patrimonialismo compõe o léxico das explicações das mazelas brasileiras atuais, neste caso, herdadas dos portugueses.

No subenquadramento da escravidão, a desigualdade se explica pela naturalização da própria hierarquia e pela aceitação do alto grau de exploração observada entre classes. A indiferença social com os pobres – mas também com a pobreza, a relação vertical com a política – nasceu desta ótica da escravidão. O iberismo e o escravismo são dois enquadramentos díspares, com conteúdos distintos, mas entram no rol das narrativas que recorrem ao passado institucional, por assim dizer.

O argumento menciona também o legado de uma cultura colonial cujo agente não é nominado, mas sustenta no presente o “jeitinho brasileiro”, a lógica das vantagens não meritocráticas, as práticas de corrupção. Do passado nasce a cultura de apropriação privada do coletivo, e nesta chave de leitura se conectam passado e presente pela noção de patrimonialismo e corrupção, que discuto adiante. Em suma, a cultura do colonizador foi transmitida e reproduzida nas instituições políticas e se manifesta nas atuais práticas de corrupção, que é a razão última da desigualdade, mas se explica pela cultura herdada.

3.2 Enquadramento 2: a desigualdade é culpa do(s) (agentes do) Estado, da corrupção política e da má gestão das políticas públicas

O fenômeno da desigualdade é aqui predominantemente associado e explicado pela corrupção política dos agentes do Estado, os políticos ou governantes. O argumento é que a corrupção política drena recursos públicos, que, de outra forma, irrigariam serviços, qualificando as políticas e atenuando as desigualdades. A variação do argumento é relacionar a desigualdade às remunerações e aos benefícios materiais do cargo político, percebido como via complementar para apropriação indevida de recursos públicos.

Um aspecto dessa explicação é que nem sempre sua cadeia argumentativa é explicitada, porque é frequente ao entrevistado presumir que mencionar o termo corrupção encerra toda a cadeia causal que resulta na desigualdade. A corrupção está nas esferas política e administrativa do setor público. O setor privado – corporações privadas, empresas, bancos etc. – não consta no repertório. O Estado é a arena da corrupção, em que atuam os políticos, e o emaranhado de agências que executam má gestão. Esta não tem relação necessária com a corrupção, mas frequentemente é sim um componente adicional das explicações sobre desigualdade, uma vez que a crítica é sobre a execução das políticas, e não ao seu formato e a eventuais incentivos ineficientes.

5. Os enquadramentos mais gerais apresentados nesta seção resultaram de uma agregação de categorias mais específicas. A “cultura engendrada pelo Estado” agrega as justificativas passado, povo e cultura. A “ineficiência dos agentes do Estado” reúne as categorias políticos, Estado e corrupção. A categoria “limitações estruturais” reúne os argumentos que falam nas diferenças/estruturas de classes, diferenças de renda, exploração e (falta de) oportunidades. A “natureza dos indivíduos” agrupa menções a ambição da elite, preguiça dos pobres e demais atributos associados às pessoas. O “acesso desigual à educação” constitui, em si, uma categoria. Há uma categoria adicional, “multidimensional”, para as menções gerais que indicam que a desigualdade é constituída por muitos fatores, e a categoria outros, que inclui explicações adicionais, por exemplo, a questão racial.

Em outros termos, imagina-se que seria suficiente prover bons serviços se as políticas fossem implementadas de modo eficiente. Nesta chave, a desigualdade se resolve como desdobramento natural da boa gestão, o que sugere ser possível ao poder público entregar políticas mais equânimes sem alterar o seu formato institucional. Daí a importância das menções a políticas públicas e políticas sociais, aliadas à boa gestão, como aspecto central para atenuar a desigualdade.

Desse modo, quatro dimensões estão imbricadas: políticos, corrupção, Estado/governo e gestão pública. As mazelas do Estado, em particular o alto nível de corrupção, frequentemente se conectam à herança colonial/imperial. Aqui entram os termos vulgares – por exemplo, “jeitinho brasileiro” – ou os conceitos canônicos do pensamento político brasileiro, sobretudo patrimonialismo, cuja difusão entre os entrevistados foi mencionada no enquadramento 1.

3.3 Enquadramento 3: a desigualdade existe por falta de oportunidades educacionais

A escolaridade ocupa espaço relevante nas formulações sobre razões das desigualdades, e revela a congruência entre a evidência empírica fornecida pelos estudos de mobilidade social e a experiência prática dos cidadãos no mercado de trabalho. Oportunidades desiguais na educação afetam as chances das pessoas e geram trajetórias diferenciadas de mobilidade individual. Educação e desigualdade são frequentemente relacionadas na perspectiva da empregabilidade: a educação é o meio para ampliar as oportunidades de emprego e renda.⁶

A desigualdade educacional não tem relação com a noção de meritocracia, aliás ausente do repertório mobilizado para se falar das desigualdades. Em lugar de mencionar meritocracia, o que se diz é que as pessoas não aproveitam oportunidades de vida, abandonam a escola por desleixo e correlatos. Entretanto, esse aspecto do esforço/iniciativa individual alude a algo distinto das diferenças de esforço e competência em oportunidades relativamente bem distribuídas.

O par desigualdade e educação se associa, ainda, aos repertórios sobre corrupção, pois a falta de oportunidades educacionais e a reduzida qualidade das políticas nessa área manifestam uma escassez de recursos públicos em consequência dos desvios para a corrupção política. A conexão é de segunda ordem: a deficiência na qualidade da educação explica a desigualdade, mas a deficiência resulta da corrupção.

Reis (2004, p. 48) revelou que para o estrato mais alto, em meados dos anos 1990, a ênfase na educação – canal de correção das desigualdades – era “coerente com a visão da elite que considera reformas distributivas não necessárias e não desejáveis” pois a “ampla provisão de oportunidades educacionais é percebida como uma estratégia que não penaliza os setores ou classes mais favorecidos”. Ademais, a ênfase condiz com a concepção de que igualdade é igualdade de oportunidades, não de resultados.

3.4 Enquadramento 4: fatores estruturais do sistema econômico

A secular concentração de riqueza no Brasil cultivou um espaço nos repertórios da desigualdade, associando-a à estrutura do sistema econômico. A tautologia frequente – “somos desiguais porque uns têm muito e muitos têm pouco” ou “é a má distribuição de renda” – revela pouco, exceto pela omissão direta da elite econômica. Não restou claro em que medida se considera que a apropriação desigual da renda é uma estratégia da elite, mas a despersonalização das menções – quando não a remissão ao passado – desculpa

6. Infrequentes são os enquadramentos sobre a educação concebida como recurso para formar consciência crítica ou meio de autorrealização.

as elites da responsabilidade de manter estruturas desiguais de seu interesse. Tal avaliação, contudo, não implica menor apoio das pessoas à redistribuição. Um argumento menos frequente, associado a um perfil com alto capital escolar e/ou politicamente engajado, relaciona desigualdade ao sistema tributário e aos interesses da elite econômica.

A divisão de classes é um enquadramento adicional ao repertório das explicações mais estruturais – em oposição às explicações individuais para a desigualdade. Argumenta-se sobre os efeitos negativos da herança patrimonial para reproduzir desigualdades, bem como os obstáculos à mobilidade ascendente e a desigualdade intrínseca do sistema capitalista. Em suma, a desigualdade é parte de uma sociedade fundada na divisão de classes, origem dos empecilhos à mobilidade ascendente dos mais pobres⁷ e das restrições de oportunidades daí decorrentes. Embora sejam mais raras as menções às estratégias de apropriação por parte da elite econômica – e à regressividade do sistema tributário –, a natureza desigual do capitalismo e os interesses diversos de classe constituem também tópicos dos enquadramentos.

3.5 Enquadramento 5: atributos individuais – ambição e indiferença da elite e preguiça ou comodismo dos pobres

As categorias aqui reunidas relacionam a desigualdade a vícios e virtudes de indivíduos, sem associá-la aos aspectos estruturais mencionados anteriormente. Pelo lado da elite, são citadas a ganância, a ambição e a indiferença pela sorte dos demais. Quanto aos pobres, fala-se na incapacidade de aproveitar oportunidades, notadamente educacionais, ou do comodismo, outra forma de indicar a preguiça.

A elite é um termo genérico e raramente é identificado – exceto a elite política –, e não representa um lugar de destaque, o que condiz com a ausência notável da elite financeira, da elite empresarial e das corporações nos discursos. As menções à elite ou aos ricos existem, mas esses não aparecem como vilões na intensidade com que se mencionam os políticos. Dizer que “os ricos” utilizam seu poder econômico para “reproduzir a estrutura social” (118115), que “não se importam com o destino dos pobres” (126102), quando não os “humilham” (101102), sugere uma forma de enquadrar a desigualdade pela ambição ou insensibilidade com os mais pobres e, nesses termos, apela-se para (falta de) valores solidários e comunitários. Argumentos com feição mais estrutural associam os atributos comportamentais dos ricos à “insensibilidade e ganância desse nosso sistema, que sempre faz a gente querer mais” e “esquecer o outro” (101130), que é uma forma distinta de mencionar “o egoísmo, essa mentalidade capitalista de querer mais e mais (...) e não se preocupar com a sorte dos demais” (106115).⁸ O argumento ressalta a frágil “consciência social” (De Swaan, 1988) percebida em relação aos membros da elite, que não se sentiriam corresponsáveis pela desigualdade.⁹ Entretanto, o argumento tem conotação mais geral, ao se notar que “o homem é, em si, muito egoísta, quanto mais tem, mais quer, (...) abraça a fortuna e não quer dividir com ninguém, não olha para o lado para ver se há alguém com dificuldades” (117118).¹⁰

7. Preconceitos de classe parecem ser um componente relevante neste enquadramento, mas não os analiso. Um ponto a explorar é a alegada invisibilidade de classe, preconceito de classe. Em parte, são os fragmentos que falam também da escravidão.

8. O *survey* de Reis (2005) com as elites constatou que apenas 5% dos respondentes identificam características da elite – egoísmo, autoritarismo etc. – como razões para o fracasso das políticas sociais.

9. O que Reis (2005) efetivamente disse ocorrer entre integrantes das elites políticas, empresariais, burocráticas e militares.

10. As numerações entre parênteses correspondem à identificação de cada entrevistado, portanto, as falas extraídas provêm de diferentes pessoas.

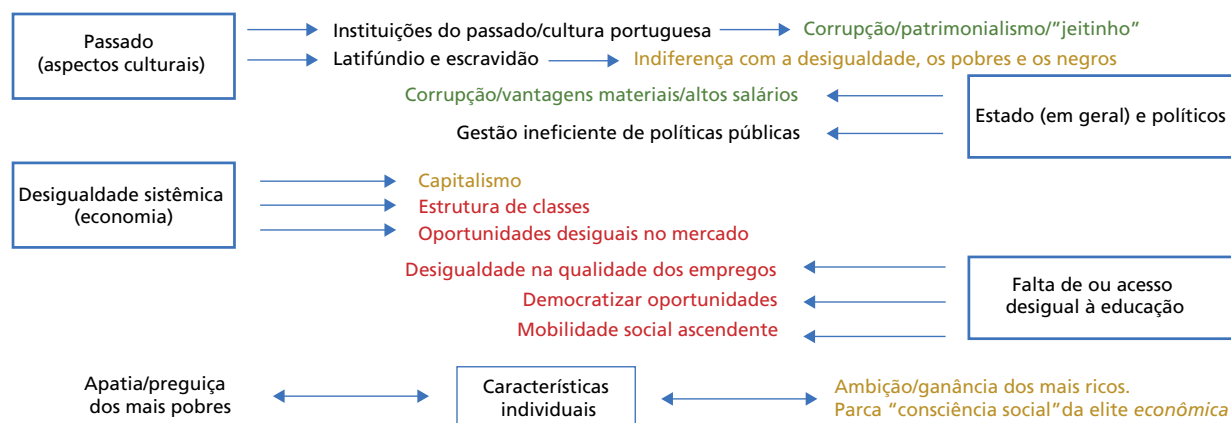
Em sentido contrário, a desigualdade se justifica não por egoísmo, ambição e ganância dos ricos, mas por traços comportamentais dos pobres, que “se acomodam”,¹¹ não “fazem por onde” (117123/104121), “não querem nada com nada” (118110), “não vão atrás de emprego” (102122) ou “desperdiçam oportunidades” até que “não conseguem mais sair [da pobreza]”. Diz-se, ainda, que os mais pobres se apoiam “nas vantagens que o governo dá para ter filhos” ou no comodismo que resulta das políticas sociais e tira dos pobres “a vontade de crescer” (118102). A imagem hiperbólica dos “ricos morrendo de trabalhar e pobres na calçada conversando” (104127), “os que estão lá em cima lutaram” (116114), sintetiza, embora pelo exagero, o contraste. Ao contrário dos ricos, cujos atributos negativos são por vezes universalizados (e justificados) como algo da natureza humana e, portanto, pertencente a “nós”, os atributos negativos adjudicados aos pobres são, em geral, compreendidos como resultado de características específicas a “eles”.¹² Tais repertórios, e seus respectivos enquadramentos, revivem, de certa forma, a noção de “cultura da pobreza”, que culpa os pobres por seus problemas, e que ganhou formulação acadêmica na sociologia dos anos 1960 (Ryan, 1976; Bell *et al.*, 2015; Small, Harding e Lamont, 2010).

A figura 1 sintetiza as conexões entre enquadramentos e repertórios. Os *boxes* apresentam os principais enquadramentos, e os textos, os principais repertórios dos enquadramentos. Cores iguais indicam a associação discursiva entre repertórios. As conexões entre alguns enquadramentos e repertórios constituem *schemas* explicativos do mundo social das desigualdades e, como tais, “atuam para conectar um conjunto de estímulos, seus vários atributos, e a relação entre eles” (Massey, 2007, p. 9; Fiske, 2009).

As mazelas geradas, por exemplo, pela escravidão ou pelo patrimonialismo português se manifestam na atual indiferença com os pobres e na invisibilidade da miséria aos olhos dos ricos, e em uma estrutura de classes desigual que se desdobra em alta desigualdade de oportunidades. Esta última, por sua vez, vincula-se ao acesso à educação de qualidade, considerada um mecanismo central de correção das desigualdades. O menosprezo contemporâneo pelas virtudes republicanas, que se manifestam na apropriação privada do patrimônio público por parte dos políticos, conecta-se ao espírito patrimonial dos portugueses.

FIGURA 1

Enquadramentos e repertórios discursivos de brasileiros sobre a desigualdade no país



Elaboração do autor.

Obs.: Repertórios com as mesmas cores frequentemente são articulados nos argumentos do *corpus* textual analisado.

11. Acomodação é o termo que costumeiramente antecede a crítica velada ou explícita ao programa de transferência direta de renda mínima denominado Bolsa Família.

12. Agradeço a Marco Natalino por sugerir essa interpretação.

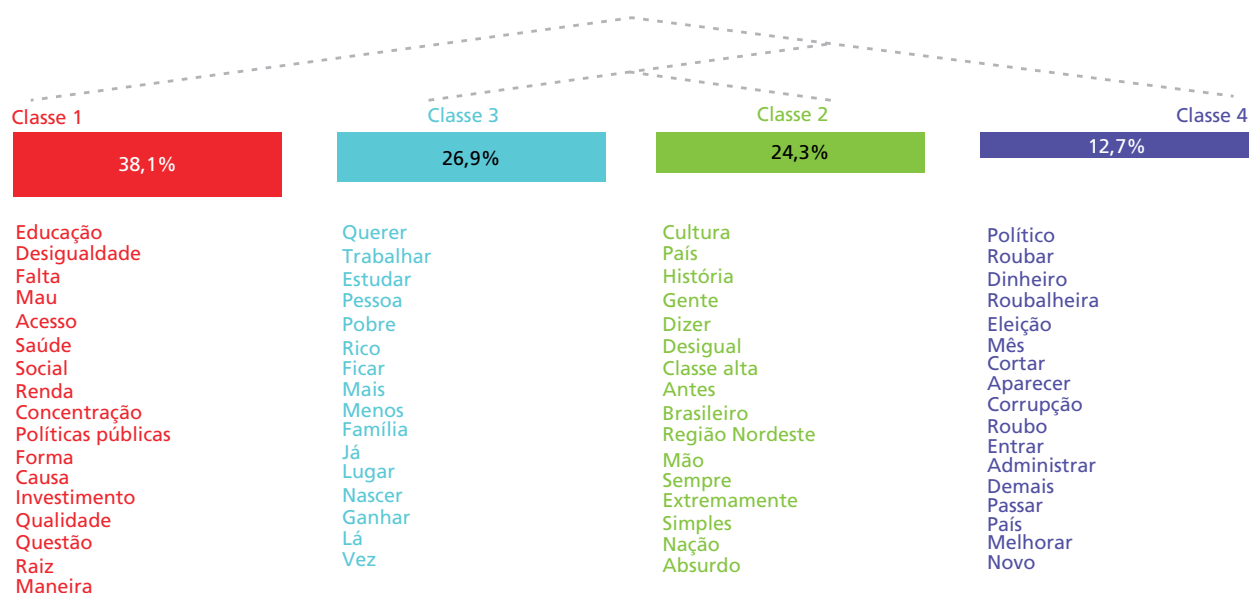
A corrupção se associa ao setor público e a um Estado dominado por parlamentares corruptos. Os argumentos dirigem sempre a corrupção ao público, sem menção relevante ao papel possível das corporações privadas, *lobbies* empresariais, bancos e agentes econômicos do setor privado. A proeminência dos agentes do Estado para explicar o fenômeno da desigualdade os torna simultaneamente a causa e o instrumento de mudança, pois o Estado é concebido como a autoridade legítima para exercer a redistribuição.

4 VALIDAÇÃO LEXICOMÉTRICA¹³

O filograma (figura 2) mostra que o *corpus* textual analisado formou quatro classes: classe 1 com 38% dos segmentos; classe 2 com 27% dos segmentos; classe 3 com 24%; e classe 4 com 13%. O número de classes e as palavras presentes nos filogramas se mostram com os principais enquadramentos propostos no corpo deste artigo. A classe 1 ressalta termos do enquadramento sobre educação; a classe 2 reúne o que defini como atributos dos indivíduos; a classe 3 evidencia o enquadramento relativo à conexão entre desigualdades e nosso passado remoto; e a classe 4 menciona aspectos relativos à política, aos políticos, ao governo e à corrupção.

FIGURA 2

Filograma com grupos léxicos das quatro principais classes de palavras da CHD



Fonte: Iramuteq.

A figura 3 apresenta uma AFC realizada por meio da CHD e as palavras associadas a cada uma das quatro classes mencionadas, que apontam a representação gráfica dos dados e indicam visualmente a proximidade entre classes ou palavras. De modo resumido, trata-se dos cálculos de correlação qui-quadrado

13. A exploração do *corpus* textual ocorreu após a análise dos enquadramentos e narrativas, para evitar indução interpretativa a partir dos resultados do Iramuteq. A análise de CHD explora quais segmentos de texto apresentam vocabulário semelhante entre si e diferente dos demais, com base no teste do qui-quadrado. O pressuposto é que a proximidade léxica das palavras para tratar de respostas a questões comuns equivale a sistemas de representação similar (Salvati, 2017; Reinert, 1990). Para operar os cálculos e agrupar as palavras, o método reduz cada palavra ao seu lema, ou seja, retira o gênero e o número de adjetivos e substantivos, bem como a conjugação dos verbos [3]. Ao reduzir estas variações da linguagem, amplia-se a capacidade de construir representações gráficas que analisem *clusters* de palavras em seus respectivos contextos de associação (Chartier e Meunier, 2011) [4]. Tais *clusters* podem, em alguma medida, corresponder às matrizes discursivas ou representações sociais sobre o fenômeno em tela.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS À LUZ DE OUTRAS ANÁLISES

O artigo sintetizou os cinco enquadramentos distintos do repertório que a amostra de brasileiros aqui explorada utiliza para explicar a desigualdade na sociedade brasileira. Esses enquadramentos reafirmam achados de pesquisas anteriores, mas também revelam aspectos que ensejam nova interpretação sobre o peso da tradição/passado e o papel reservado ao Estado como agente de reprodução ou transformação das estruturas de desigualdade.

Como apontado em outras pesquisas, o passado é uma categoria central para explicar o presente, e o Estado, a instituição mais importante para esclarecer os mecanismos por trás das desigualdades, o que revive a importante tradição estadocêntrica nas percepções que os brasileiros têm para explicar mazelas da sociedade. Há mais de quinze anos, um *survey* sobre percepções da pobreza e da desigualdade no Brasil, do ponto de vista das elites – políticas, econômicas, burocráticas, intelectuais e militares (Reis, 2005) –, encontrou resultados com notável congruência com os aqui apresentados:

- o reconhecimento consolidado de que a desigualdade no país é relevante e pervasiva;¹⁴
- a admissão do papel crucial da educação como causa e meio de superação das desigualdades;¹⁵
- a relevância do passado para explicar a desigualdade persistente no Brasil; e
- a importância conferida a escolhas, virtudes e vícios dos agentes do Estado para compreender o problema no país.

Ao se comparar as análises realizadas no passado, há duas ausências importantes. A primeira é a menção à reforma agrária como política redistributiva. Aspectos da concentração da terra são evocados apenas em referência à desigualdade originária na distribuição das capitâncias hereditárias. Por sua vez, não é contraditório que a percepção sobre a ineficiência estatal na execução de políticas aliada à corrupção sistêmica retire legitimidade do Estado como agente crível de redistribuição. Resulta daí que é baixa a confiança dos cidadãos, incluída a elite, em arcar com mais custos para resolver a desigualdade. No entanto, a descrença nos canais estatais para redistribuir não significa a recusa em apoiar a redistribuição com a participação de recursos da elite. Em outros termos: eu não renuncio aos recursos se não estiver seguro de que eles chegarão de fato aos pobres, em vez de se perderem no labirinto kafkaniano da burocracia pública ou da corrupção. A percepção sobre a eficiência dos instrumentos de redistribuição é um preditor importante da disposição dos indivíduos em ceder recursos a outrem (Lavinias, 2014). Essa legitimidade é o que falta ao Estado brasileiro, embora seja este, também, o agente único capaz de operar a redistribuição.

O Estado, não o mercado, é considerado o instrumento e o agente indutor de igualdade. Esta avaliação é condizente com *surveys* recentes que demonstram forte apoio às políticas redistributivas (Lavinias, 2014; Oxfam, 2017). Este apoio enseja a seguinte interpretação: além da consciência social

14. Para Reis (2005, p. 29, tradução nossa), “quanta consciência existe sobre pobreza e desigualdade no Brasil? A noção de uma dívida social pendente está realmente arraigada? A julgar pelo discurso das elites, há uma ampla discussão e consciência da magnitude de ambos os problemas. Quase todo mundo entrevistado em profundidade citou estatísticas e taxas que coincidiram bastante com os índices oficiais. Além disso, a maioria dos entrevistados conhecia bem o *ranking* do Brasil em comparação com outros países do Terceiro Mundo e muitos chamaram a atenção para o fato de que vários indicadores sociais classificam o país em posições inferiores às sociedades mais pobres”.

15. Embora Reis (2005, p. 20, tradução nossa) discuta “superar a pobreza”, para a socióloga, “a evidência de nosso estudo de caso e de outras pesquisas é que as elites brasileiras, em maior medida do que os brasileiros típicos, valorizam a educação porque ela representa a igualdade de oportunidades – uma norma fundamental na cultura política brasileira. Em outros casos, a educação é apoiada em bases mais instrumentais: que ela pode aumentar ou mudar a consciência das pessoas ainda prejudicadas pelas formas ‘tradicionais’ de pensar; promover o empreendedorismo; ou fornecer habilidades vocacionais e técnicas específicas. Como observamos, não era muito comum os entrevistados sugerirem fortes laços causais entre a educação para os pobres, a qualidade da força de trabalho e as taxas de crescimento econômico nacional”.

do problema, há o senso de corresponsabilidade, mas pela via estatal. O apoio de 71% ao aumento de impostos para pessoas muito ricas desfaz, como lembra Oxfam (2017), a concepção de que há uma posição por princípio anti-impostos na sociedade, embora existam variações entre classes (ponto não analisado neste texto resumido).

A inércia da história e os mecanismos de reprodução cultural estruturam a compreensão da desigualdade, mas a inércia não se traduz em resignação ao *status quo*. Nas entrevistas, o papel secundário da meritocracia para explicar as desigualdades é revelador da importância conferida aos obstáculos estruturais às chances de ascensão das pessoas pobres e sua relação com as desigualdades instituídas. O argumento está claro nos entrevistados que enxergam a herança familiar, social e econômica como um mecanismo crucial de transmissão das desigualdades.

Do ponto de vista aplicado, as entrevistas indicam enquadramentos e repertórios sobre a desigualdade que podem se conectar entre si: passado e presente vinculados por vícios de um Estado ineficiente e corrupto, que é, ao mesmo tempo, um canal necessário para operar uma desejável redistribuição, por políticas de educação, inclusive, como meio de atenuar uma desigualdade que, aos olhos de todos, é inaceitável.

REFERÊNCIAS

- BELL, M. *et al.* Beyond the culture of poverty. In: STONE, J. *et al.* (Ed.). **The Wiley Blackwell encyclopedia of race, ethnicity, and nationalism**. Hoboken: John Wiley and Sons, 2015.
- BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- _____. **Distinction**: a social critique of the judgment of taste. London: Routledge, 1999. p. 169-225.
- BOWLES, S.; GINTIS, H. **Recasting egalitarianism**: new rules for communities, states and markets. London: Verso, 1998.
- CHARMAZ, K. **Constructing grounded theory**: a practical guide through qualitative analysis. London: Sage, 2006.
- CHARTIER, J.-F.; MEUNIER, J.-G. Text mining methods for social representation analysis in large corpora. **Papers on Social Representations**, v. 20, p. 1-37, 2001.
- DE SWAAN, A. **In care of the state**: health care, education and welfare in Europe and the USA in the modern era. New York: Oxford University Press, 1988.
- FISKE, S. **Social beings**: core motives in social psychology. New Jersey: Wiley Publishers, 2009.
- FUKUYAMA, F. **Identity politics**: contemporary identity politics and the struggle for recognition. Nova York: Farrar, Strauss e Giroux, 2018.
- GLASER, B.; STRAUSS, A. **The discovery of grounded theory**: strategies for qualitative research. New York: Aldine Publishing Company, 1991.
- GOFFMAN, E. **Frame analysis**: an essay on the organization of the experience. Boston: Northeastern University Press, 1986.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Radiografia do Brasil contemporâneo**. Ipea, no prelo. (Relatório de Pesquisa).

LAMONT, M. Responses to racism, health, and social inclusion as a dimension of successful societies. *In*: HALL, P.; LAMONT, M. (Ed.). **Successful societies**: how institutions and culture affect health. New York: Cambridge University Press, 2009. p. 151-168.

LAMONT, M.; BELJEAN, S.; CLAIR, M. What is missing? Cultural processes and causal pathways to inequality. **Socio-Economic Review**, v. 12, n. 3, p. 573-608, 2014.

LAVINAS, L. (Coord.). **Percepções sobre desigualdade e pobreza**: o que pensam os brasileiros da política social? Rio de Janeiro: Letra e Imagem/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2014.

MASSEY, D. **Categorically unequal**. New York: Russell Sage Foundation, 2007.

OXFAM. **Nós e as desigualdades**: percepções sobre desigualdades no Brasil. São Paulo: Oxfam/Datafolha, 2017. (Nota Informativa). Disponível em: <<https://bit.ly/2yQgtCq>>. Acesso em: 12 maio 2020.

REINERT, M. Une méthode de classification descendante hiérarchique. **Cahiers de l'Analyse des Données**, n. 3, p. 187-198, 1983.

_____. Alceste une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurelia De Gerard De Nerval. **Bulletin de Méthodologie Sociologique**, v. 26, n. 1, p. 24-54, 1990.

REIS, E. A desigualdade na visão das elites e do povo brasileiro. *In*: SCALON, C. (Org.). **Imagens da desigualdade**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

_____. Perceptions of poverty and inequality among Brazilian elites. *In*: REIS, E.; MOORE, M. (Ed.). **Elite perceptions on poverty and inequality**. London: Zed Books, 2005.

RYAN, W. **Blaming the victim**. Rev. Ed. New York: Vintage Books, 1976.

SALVIATI, M. E. **Manual do Aplicativo Iramuteq**: versão 0.7 Alpha 2 e R versão 3.2.3. Planaltina: Iramuteq, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3fHG0mO>>. Acesso em: 12 maio 2020.

SMALL, M.; HARDING, D. J.; LAMONT, M. Reconsidering culture and poverty. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 629, n. 1, p. 6-27, 2010.

VAISEY, S. What people want: rethinking poverty, culture and educational attainment. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 629, p. 75-101, May 2010.

YOUNG JUNIOR, A. **The minds of marginalized black men**: making sense of mobility, opportunity, and life chances. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2003.

_____. New life for an old concept: frame analysis and the reinvigoration of studies in culture and poverty. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 629, p. 53-74, May 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DE SWAAN, A. Elite perceptions of the poor: reflections on a comparative research. *In*: REIS, E.; MOORE, M. (Ed.). **Elite perceptions on poverty and inequality**. London: Zed Books, 2005.

- GRAHAM, R. **Clientelism and politics in Brazil's 19th century**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- GUEST, G.; BUNCE, A.; JOHNSON, L. How many interviews are enough? An experiment with data saturation and variability. **Field Methods**, v. 18, n. 1, p. 59-82, 2006.
- HUNT, M. The individual, society, or both? A comparison of black, latino, and white beliefs about the causes of poverty. **Social Forces**, v. 75, n. 1, p. 293-322, Sept. 1996.
- LAMONT, M.; SMALL, M. How culture matters: enriching our understanding of poverty. In: LIN, A.; HARRIS, D. (Ed.). **The colors of poverty: why racial and ethnic disparities persist**. New York: Russell Sage Foundation, 2008. p. 76-102.
- LAMONT, M.; SWIDLER, A. Methodological pluralism and the possibilities and limits of interviewing. **Qualitative Sociology**, v. 37, n. 2, p. 153-171, 2014.
- MASON, M. Sample size and saturation in Ph.D studies using qualitative reviews. **Qualitative Social Research**, v. 11, n. 3, Sept. 2010.
- MOORE, M.; HOSSAIN, N. Elites, poverty e public policy: from structure to strategy. In: REIS, E. *Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, p. 143-152, 2000.
- REIS, E.; MOORE, M. (Ed.). **Elite perceptions on poverty and inequality**. London: Zed Books, 2005.
- SCALON, C.; CANO, I. The Brazilian way of dealing with inequality. In: COSTA, S. *et al.* (Ed.). **The plurality of modernity: decentering sociology**. Munique: Rainner Hamp, 2006. p. 116-137.
- SMITH, C. **Moral, believing animals: human personhood and culture**. New York: Oxford University Press, 2003.
-

1 O PODER DA MÍDIA, EM TESE

O objetivo deste artigo é investigar, a partir dos dados de entrevistas da pesquisa Radiografia do Brasil Contemporâneo, as atitudes dos brasileiros diante da mídia, em especial da mídia corporativa mais tradicional. Pergunta-se em que medida as pessoas assumem – se é que assumem – atitudes com base, sobretudo, nas informações que obtêm da mídia.³ Dito de forma invertida, questiona-se até que ponto pessoas que podem ser distinguidas socialmente como ralé, batalhadoras e classe média reagem ou não criticamente aos conteúdos apresentados pela mídia e percebem as intenções e os interesses que orientam o enquadramento da informação.⁴

A discussão incide sobre um debate teórico crucial e recorrente. Desde as primeiras pesquisas em comunicação até as mais atuais, que enfocam os efeitos das mídias sociais sobre o comportamento coletivo, pergunta-se até que ponto a mídia contribui mais para orientar, informar e formar cidadãos ou para produzir atitudes de “efeito manada”, de caráter passional, e não racional ou, no mínimo, para esvaziar e desmobilizar posturas mais reflexivas e questionadoras ao *status quo*.

Um enquadramento recente desse debate é dado por Souza (2017). Em seu esquema argumentativo, o autor explica que os consumidores de informação tomam contato com as notícias por meio dos grandes grupos de comunicação, principalmente o Grupo Globo. Diante deles, permanecem “bestializados”, prostrados e completamente indefesos, alvo fácil da indução que esses veículos fazem para que assumam opiniões e atitudes que contrariam seus próprios interesses.

Combinando-se a falta de pluralidade de informações com a privatização cartelizada da esfera pública, a mídia seria capaz de cevar o conservadorismo na sociedade brasileira sem sofrer maiores contrapontos em sua narrativa. Souza (2017) ainda aponta que o processo de manipulação midiática para ser completo precisa que os veículos se apresentem como neutros, isentos de outros interesses que não o de prestar um serviço de informação ao cidadão. Em suma, são essas as teses em questão que serão confrontadas com os dados extraídos do projeto Radiografia.

2 ITINERÁRIO METODOLÓGICO

A partir dos questionários aplicados pelo projeto Radiografia do Brasil Contemporâneo, o imenso corpo de dados textuais coligidos das entrevistas foi submetido a um processo de filtragem por meio do *software* Atlas.ti. A mineração de dados usou como palavras-chave *mídia* e *imprensa*, que estavam

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bapi23art6>

2. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea.

3. Conceitua-se aqui o termo *mídia* como o conjunto dos meios de comunicação especificamente voltados a produzir e transmitir conteúdos, sejam eles de caráter informativo, publicitário ou de entretenimento – televisão, rádio, impressos (jornais e revistas vendidos em banca ou enviados a assinantes), cinema, *outdoors* e luminosos e internet. Quando se usa o termo *meios de comunicação* está se referindo a um universo mais abrangente, que inclui desde o telefone e os aparelhos de comunicação por transmissão de rádio às cartas. Na pesquisa do projeto Radiografia do Brasil Contemporâneo, foi perguntado especificamente aos entrevistados sobre os meios de consumo de informação, quais sejam, TV, rádio, impressos e internet. Convenciona-se usar a expressão corrente *a mídia*, no singular, para expressar esse conjunto de meios, ressaltando o caráter bastante diverso de cada uma delas.

4. A conceituação de ralé, batalhadoras e classe média segue as definições de Souza (2017).

presentes nas perguntas que foram submetidas aos entrevistados. Dessa mineração, então, surgiram as percepções sobre a mídia.⁵

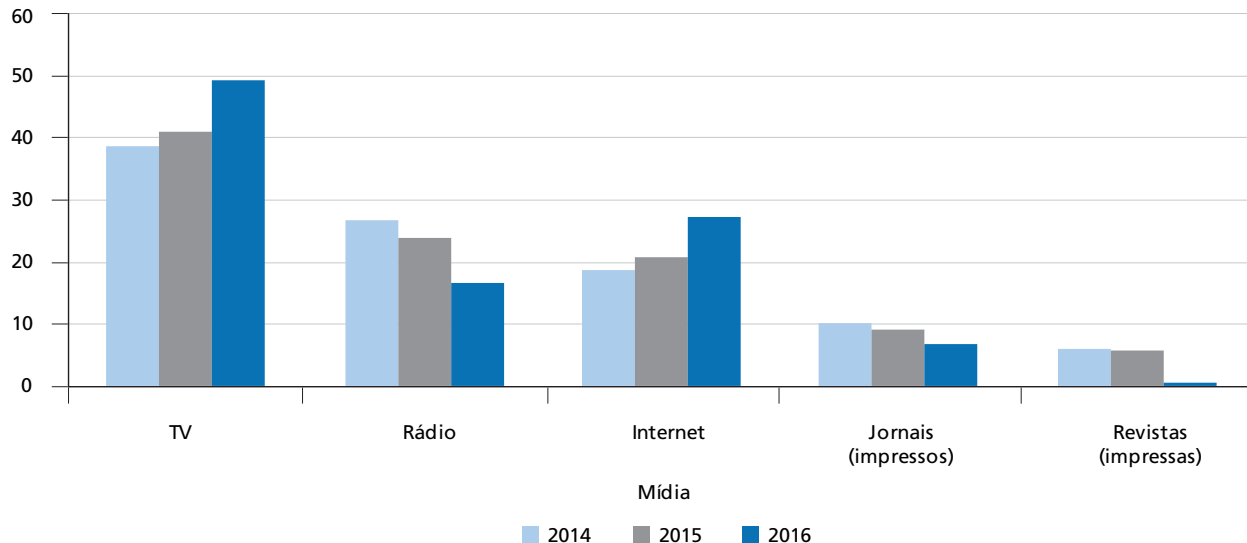
Este artigo busca responder se as pessoas reagem ou não criticamente ao que recebem da mídia, supondo parcialidades e interesses. Para comparar os dados qualitativos do projeto Radiografia com informações quantitativas sobre mídia e consumo de informações, foram utilizados os dados presentes em três edições da Pesquisa Brasileira de Mídia, que afere hábitos de consumo de informação dos brasileiros (Brasil, 2014; 2015; 2016). Ao longo do artigo, foram reproduzidas falas de entrevistados que sejam elucidativas de raciocínios conexos – não necessariamente de comportamentos típicos ou homogêneos.

3 COMO OS BRASILEIROS VEEM E REAGEM À MÍDIA?

3.1 A ralé e a mídia

A pesquisa revela uma importância significativa dos maiores conglomerados de comunicação e da mídia televisiva nos hábitos de consumo de informação dos brasileiros. Ao mesmo tempo, evidencia-se um avanço acelerado da internet e a drástica redução do consumo do rádio e dos jornais e revistas impressos. Em linhas gerais, esses dados coincidem com os de pesquisas sobre hábitos de consumo da informação, conforme o gráfico 1.⁶

GRÁFICO 1
Brasil: hábitos de consumo de informação
(Em %)



Fonte: Brasil (2014; 2015; 2016).

5. As entrevistas estão todas protegidas pela condição de anonimato, sendo por isso apenas assinaladas pelo número do entrevistado.

6. O gráfico mostra justamente a predominância do meio TV, o crescimento da internet e o declínio do rádio, jornais e principalmente das revistas impressas. É importante ressaltar que as pesquisas citadas ainda captam o crescimento da TV a cabo, até 2016, mas não seu declínio acelerado e recente diante dos serviços de *streaming*. Ressalte-se que esse declínio não necessariamente se reflete em um recuo muito grande das assinaturas de TV a cabo, tendo em vista que a contratação de internet banda larga ainda se dá, preferencialmente, por pacotes que incluem TV a cabo e telefone fixo.

O consumo de informações é crescente conforme a renda. Assim, a ralé é quem menos comenta a influência da mídia. A TV aberta é a mídia a que essa classe mais tem acesso, dada a óbvia dificuldade de se adquirir informação e entretenimento pagos. O entrevistado 104108 afirma que seu consumo se restringe “à televisão mesmo. Jornal na TV. E, às vezes, de vez em quando, eu assisto a essas coisas da internet, com minhas colegas lá no trabalho. Aí vejo notícias, esse tipo de coisa”.⁷

O ambiente familiar, o trabalho, a escola e a igreja são os principais espaços de socialização para a ralé, de onde lhe chega a informação, já processada. Embora as entrevistas não possam oferecer indicações estatísticas do fenômeno, é uma cogitação plausível, a ser aferida em outros estudos, que a ralé delegue a esses espaços e às pessoas com as quais tenha relações de maior confiança um filtro informativo que orienta suas conclusões sobre política e políticas públicas. O indicativo é que não apenas a renda e o tempo sejam fatores restritivos à ralé, mas também que a rede de confiança pessoal fale mais alto que a mídia.

Portanto, entre a ralé, não há indícios de que a narrativa midiática tenha como efeito direto, líquido e certo a própria “bestialização”.

3.2 Os batalhadores e a mídia

Os batalhadores têm maior exposição à mídia, mas demonstram uma relação bastante pragmática e seletiva. Também se evidencia uma presença ainda grande da TV, mas com um avanço significativo da internet em seus hábitos de consumo, o que não ocorre com a ralé.

Ainda assim, o consumo de informação não se mostra acrítico, bestializado. Ao contrário, há sensações de desconfiança e mal-estar com a mídia. Os batalhadores escolhem seus programas preferidos, aqueles que estejam adequados, antes de mais nada, às suas rotinas diárias de trabalho e afazeres domésticos, e rejeitam outros, com base na percepção de que estariam consumindo seu tempo de forma inútil.

A título de exemplo, a entrevistada 102107 conta que se informa sobretudo pela TV, mas

só durante a semana, de noite, que eu vejo (...) Jornal nem tô assistindo, eles falam de política demais, e eu não tenho paciência. Essa coisa de Lava Jato, essa palhaçada... Tô cansada de ser enganada... Todo o dia, a mesma coisa... Internet, [só] de vez em quando, (...) entro naquele *face* e vejo lá na roça, tem um negócio que passa só coisa da roça.

O entrevistado 104117 revela que sua fonte exclusiva de informações é um único telejornal e, ainda assim, “acompanho enquanto *tô* fazendo hambúguer.”

A pesquisa já capta o avanço do consumo da internet e o desaparecimento quase total da mídia jornal impresso entre batalhadores. Diz a entrevistada 102120: “o que eu não olho, praticamente, é jornal, jornal de papel.”

A entrevistada 110105 revela hábitos de consumo da informação ainda mais relacionados à internet: “não, na TV, não. Nem leio, nem vejo. É na internet. Jornal, geralmente, é muito raro, só quando eu tô comendo alguma coisa e a TV tá ligada”.

Entre batalhadores aparece a percepção de que o mundo da informação é cada vez mais “movediço”, exigindo cautela com as informações, pois não há filtro seguro proporcionado pelas próprias mídias.

A desconfiança com a mídia TV é recorrente entre os batalhadores. O mesmo entrevistado 103102 garante: “dependendo da informação, a que eu menos confio é na mídia, acredita? O jornalismo, eu

7. As entrevistas estão transcritas conforme a gravação natural das falas, sem modificação de eventuais incorreções gramaticais.

acho muito comprado, (...) [os] ideais do jornalismo, porque ele sabe da verdade, e às vezes não passa a verdade.” A entrevistada 103125, por sua vez, afirma: “a TV é muito manipuladora (...) programa de TV, por exemplo, o Jornal Nacional já deixei de assistir, porque eu não acredito muito na Globo, acredito que ela manipula. Eu assisto pouquíssimos programas de TV.”

A tese da manipulação, portanto, encontra eco na percepção de batalhadores, mas isso não tem como efeito automático a bestialização desse público, e sim sua contestação ao conteúdo e o confronto com outras fontes de informações.

O entrevistado 118117 diz: “a gente sempre faz avaliações, (...) ver o que é ou não confiável. O jornalismo hoje em dia tá deixando de ser sério.”

Mais uma vez, a exposição às mídias não significa consumo acrítico de notícias e formação de uma opinião bestializada. Ao contrário, a exposição à mídia e a absorção de seu conteúdo ocorrem de forma seletiva, pragmática e, no caso dos batalhadores, em um arco perceptivo que vai da desconfiança à execração.

3.3 A classe média e a mídia

A classe média, em seus segmentos médio e médio alto, apresenta grande número de opiniões sobre a mídia colhidas pelo projeto Radiografia. Seu maior poder aquisitivo permite acesso a mais veículos que a ralé e os batalhadores. Somado a isso, o tempo livre, relativamente maior em relação às outras classes, significa mais exposição à mídia, ou seja, um consumo de informações superior.

A entrevistada 110114, descrevendo sua dieta de informação,⁸ exemplifica uma superexposição à mídia: “jornal, rádio... o rádio, eu já acordo... e a Globo (...) E as redes sociais, né. Eu mexo muito no computador, vejo muita coisa através do computador. E à televisão eu assisto, vejo o jornal, ouço... é assim que eu procuro me manter informada.”

Há, contudo, posturas mais seletivas, como a relatada pela entrevistada 114109: “Pra falar a verdade, tem três anos que eu não sei mais o que é novela, jornal, nada”. Portanto, mesmo no segmento de maior exposição midiática, isso não significa necessariamente consumo acrítico de informação. Ao contrário, está presente uma percepção incisiva de que há distorções flagrantes nas coberturas jornalísticas. Essa classe coleciona mais exemplos de informações contraditórias que soam estranhas, por serem errôneas, ou mesmo absurdas, por serem deliberadamente distorcidas.

Essas contradições levam a atitudes diferentes, mas complementares. A primeira delas é desconfiar das fontes e valorizar, se não a checagem, pelo menos a pluralidade de informações. Outra atitude é de crítica aberta a tentativas de manipulação. A opção pela pluralidade fica clara na fala do entrevistado 128103.

Cara, geralmente eu leio uma notícia e procuro outra fonte pra ver se aquela notícia está correta. As pessoas que fazem a notícia (...) Então, dizer que um jornalista é completamente isento, que ele não coloca ali a opinião dele, é difícil. (...) Eu procuro (...) ver dois, três jornais na televisão e tentar ler dois ou três periódicos.

O entrevistado 114107 é mais taxativo ao dizer: “Matéria? Tu compra a matéria”, indicando que, para uma parcela da classe média, a imprensa perdeu definitivamente a aura de imparcialidade.

8. O conceito de dieta de informação remonta a Wurman (1991).

Na classe média e média alta, a atitude de crítica aberta assume ares de um suposto conhecimento de causa. É uma maneira de se mostrar imune ou pelo menos precavido aos interesses mesquinhos e mal disfarçados que interferem na cobertura jornalística.

Em suma, a classe média não está satisfeita com a mídia que tem à disposição. Os sinais de desencantamento e, em alguns casos, de inconformismo e revolta são evidentes. Por sua maior exposição a esse consumo de informações, o repertório de histórias para contar a esse respeito também é maior e mais ácido.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa Radiografia do Brasil Contemporâneo, debruçados sobre as atitudes diante da mídia e dos hábitos de consumo de informação dos brasileiros da ralé, batalhadores e classe média, contrariam frontalmente a tese de Souza (2017) sobre a mídia. Embora não faça referência a ela, o autor parte de pressupostos que são característicos de uma antiga teoria da comunicação, apelidada de teoria da agulha hipodérmica, segundo a qual uma mensagem bombardeada é automaticamente inoculada nas pessoas que a recebem de forma passiva, sem gerar qualquer efeito colateral. A tese já há muito foi testada e refutada por inúmeras pesquisas (Azevedo, 2004). Este artigo se inclui em mais uma dessas refutações.

O cerne do descompasso entre a tese e a observação empírica não está no fato de que a mídia não seja, realmente, um aparato bastante viesado por determinados interesses e tenha um poder assimétrico diante do leitor, ouvinte e telespectador. Essa dominância pode fragilizar a democracia quando é usada para induzir organizações do Estado e setores da opinião pública a comportamentos oportunistas de conluio com uma narrativa midiática que favoreça grupos que disputam espaço na estrutura de poder do país.

Conforme atestado pela pesquisa da organização Repórteres sem Fronteira e do Intervozes,⁹ a mídia no Brasil ostenta o maior número de indicadores de alto risco para a democracia, em uma comparação com outros dez países.

O que os dados compilados indicam, todavia, é que dessa condição da mídia não decorre uma atitude de total passividade, conformismo e bestialização das classes em geral. Não se discute que tais comportamentos possam existir. O que se põe em dúvida é que eles conformem um padrão. Fosse assim, as classes não teriam clivagens, confrontos e arrependimentos, que de fato são corriqueiros.

As pessoas reagem de forma pragmática e seletiva ao bombardeio de informações e regurgitam, em vez de engolir, muito do que consideram deturpações travestidas de notícia que são oferecidas pela mídia. Ocorrem reações que vão desde o desapontamento com a falta de qualidade da informação oferecida pelo cartel midiático, cansaço com a saturação de determinadas pautas e vieses até críticas contundentes a esses conteúdos. Em alguns casos, verificam-se mesmo situações de boicote a algum veículo de comunicação.

A mídia tradicional se encontra, conforme aponta a Pesquisa Brasileira de Mídia, em franca decadência na sua relação de confiança com o público. O quadro de crise de inúmeros veículos reflete uma mudança acelerada nos hábitos de consumo de informação dos brasileiros, orientada não apenas por novas tecnologias – em especial, a popularização da internet –, mas também pela própria transformação da maneira como os brasileiros passaram a produzir, reproduzir e reagir às informações.

9. Disponível em: <<https://bit.ly/2RKzRa9>>.

Pode-se até aventar a hipótese, que não é objeto deste artigo, de que a oligopolização da mídia nacional, dada a falta de regulação, ao ter produzido um *deficit* de pluralidade de sua cobertura, de pouco respeito ao contraditório – salvo como formalidade –, e sua tradição de criminalização da política transformaram-se em um feitiço que se voltou contra o próprio feiticeiro.

Uma mídia cujo principal atributo deveria ser sua credibilidade é fustigada por novas formas de comunicação muito mais bombásticas e interativas, que em nada devem ao padrão de programas policiais e de auditório, agora transpostos para o universo da política. Não se pode dizer, no entanto, que o povo assiste a tudo bestializado. O provérbio de Abraham Lincoln que diz que se pode enganar muitos por algum tempo e poucos por muito tempo, mas não a todos por todo o tempo parece uma interpretação mais adequada do que se extrai dos dados do projeto Radiografia.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. A. Agendamento da política. In: RUBIM, A. A. C. (Org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **Pesquisa brasileira de mídia 2014**: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2RHKSc6>>.

_____. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **Pesquisa brasileira de mídia 2015**: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/3chUYsa>>.

_____. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **Pesquisa brasileira de mídia 2016**: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2016.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

WURMAN, R. S. **Ansiedade de informação**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADORNO, T. W. **The culture industry**: selected essays on mass culture. London: Routledge, 2001. Disponível em: <http://www.imagomundi.com.br/filo/adorno_culture_industry.pdf>.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRA; INTERVOZES. **Media ownership monitor**. [s.l.]: Repórteres sem Fronteira, Intervozes, 2018. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/destaques/concentracao/>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

SOUZA, J. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

_____. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

_____. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015.

A MERITOCRACIA E A REPRODUÇÃO DA DESIGUALDADE: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE TRAJETÓRIAS SOCIAIS DE AGENTES DO CAMPO JURÍDICO¹

Mariana Garcia²

1 INTRODUÇÃO

Este texto resume alguns resultados de pesquisa que almejam comparar trajetórias sociais de bacharéis em direito pertencentes a classes e frações de classe distintas, com o intuito de examinar as formas de reprodução de desigualdades ocupacionais no interior do campo jurídico. Trata-se de investigar os fundamentos sociais do secular recrutamento elitista do Poder Judiciário, cuja forma de seleção beneficia amplamente os setores privilegiados da sociedade brasileira, que acabam por monopolizar os cargos mais cobiçados e rentáveis da burocracia estatal.

Esse recrutamento, que outrora ocorria pela reprodução familiar, hoje se legitima por meio da justificativa meritocrática. De um lado, identificam-se agentes da classe média e média alta, herdeiros de um volumoso capital econômico, cultural e social – que, inicialmente, conseguem ocupar as vagas das universidades mais prestigiadas e, na sequência, os cargos mais cobiçados do Poder Judiciário ou da advocacia privada. De outro lado, agentes originários de famílias da fração superior da classe trabalhadora, sejam entendidos como batalhadores ou nova classe trabalhadora, que percorrem uma trajetória de escolaridade superior menos prestigiosa e vem ocupar posições consideradas subordinadas no campo jurídico.³ Esses novos trabalhadores do direito fazem parte da geração de brasileiros que passou a ingressar no ensino superior com a recente ampliação do acesso à universidade, tendo sido beneficiários tanto de políticas públicas inclusivas – como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) – quanto do aumento das vagas em universidades públicas e das cotas.

2 METODOLOGIA

Este texto investiga os fundamentos sociais do sucesso na luta pelos recursos estatais, especificamente no que toca ao acesso ao Judiciário, e, ao mesmo tempo, busca entender a lógica social que condiciona a reprodução das desigualdades no campo jurídico. Além disso, pretende contribuir para compreender as potencialidades, limitações e ambivalências das políticas de inclusão universitária dos jovens brasileiros e demonstrar como se dá o processo de reprodução das desigualdades sociais entre agentes que adquirem o mesmo capital cultural objetivado via diploma universitário.

O material empírico utilizado para este estudo é fruto da participação na pesquisa Radiografia do Brasil Contemporâneo, realizada pelo Ipea entre 2015 e 2016, que teve como objetivo central “o mapeamento geral das classes sociais e seus ambientes, bem como a reconstrução crítica das inclinações práticas que as compõem” (Ipea, 2016a). Naquela oportunidade foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bapi23art7>

2. Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea.

3. Para este estudo, utilizamos a definição de Bourdieu (2011, p. 212) que compreende que o “campo jurídico é o lugar de concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito, quer dizer, a boa distribuição (*nomos*) ou a boa ordem, na qual se defrontam agentes investidos de competência ao mesmo tempo social e técnica que consiste essencialmente em interpretar (de maneira mais ou menos livre ou autorizada) um *corpus* de textos que consagram a visão legítima, justa, do mundo social”.

que abarcou 632 entrevistas em profundidade, multitemáticas e de abrangência nacional visando ao “exame de narrativas individuais de acordo com esquemas objetivos de socialização” (Ipea, 2016b). As entrevistas foram acompanhadas por um questionário socioeconômico, com pessoas de várias classes sociais, moradores de áreas urbanas de todas as macrorregiões do país. A abordagem teórico-metodológica que embasou o estudo prezou pela captura das diversas dimensões que compõem a vida e a trajetória social dos agentes. Na esteira dessa expectativa, a pesquisa permitiu o estudo combinado de narrativas individuais e processos objetivos de socialização, abarcando os principais fatores responsáveis por demarcar padrões comportamentais semelhantes, bem como a reconstrução compreensiva das inclinações e dos seus contextos de produção e reprodução. Por fim, cabe salientar que a pesquisa Radiografia do Brasil Contemporâneo abordou três eixos temáticos principais: *i)* a relação entre socialização familiar e desempenho escolar; *ii)* a consequente inserção no mercado de trabalho; e *iii)* as variações em função da origem de classe.

Inicialmente, realizamos a análise de todas as entrevistas dos 45 agentes do campo jurídico coletadas na pesquisa, em busca de regularidades e pontos relevantes de comparação entre as trajetórias sociais. Na sequência, selecionamos as entrevistas de agentes dos dois polos do campo que nos interessaram primordialmente: as narrativas dos agentes da elite do campo jurídico, especificamente daqueles que ocupam as posições mais rentáveis econômica e simbolicamente; e as narrativas de agentes da fração de classe dos assim chamados batalhadores (Souza, 2010), que ocupavam posições subalternas no campo e, sobretudo, alcançaram o diploma de bacharel em razão dos programas de financiamento estudantil. Selecionamos, portanto, entrevistas de agentes que apresentaram trajetórias típicas em um dos polos, excluindo as entrevistas de agentes que ocupavam posições médias no campo. Finalmente, realizamos a análise qualitativa nas entrevistas selecionadas, tendo como foco a comparação entre os relatos no que toca à dimensão da formação universitária, do aprendizado da profissão e da transição entre a escola e o trabalho.

3 DISPUTA E ACESSO AOS RECURSOS ESTATAIS

No campo jurídico, encontram-se agentes de diferentes classes sociais, que mobilizam distintas estratégias na disputa por recursos escassos, tanto na tentativa de angariar clientes quanto na de ingressar em carreiras da burocracia do Judiciário. O acesso aos cargos mais rentáveis e de maior prestígio das instituições do campo jurídico é disputado por agentes que possuem determinadas precondições, ligadas à condição de classe. A partir de trajetórias sociais específicas, é possível entender os fundamentos sociais do acesso às ocupações estatais que possuem maior renda total na média das declarações de Imposto de Renda: titular de cartório; procurador ou promotor do Ministério Público; e juiz (Souza, 2016). Não obstante o grande número de agentes da nova classe trabalhadora que ingressou no campo jurídico, o núcleo dos cargos estatais mais rentáveis segue sendo disputado por agentes específicos, pertencentes aos estratos dominantes da sociedade brasileira. Tudo isso gera alguns questionamentos. Afinal, o acesso aos cargos públicos não está disponível a todos? Não depende apenas do esforço pessoal? Como se dá a disputa no campo jurídico? Quais os fundamentos sociais do recrutamento das instituições jurídicas?

Partimos, aqui também, das noções de Pierre Bourdieu acerca do Estado e sobre as relações entre o campo político, administrativo (burocrático) e jurídico. Para o autor francês, o Estado é uma fonte de recursos materiais e simbólicos, em torno do qual ocorre uma luta contínua, travada por agentes interessados no acesso e no controle desses recursos. A tradicional separação entre Estado e sociedade civil é substituída pela “ideia de um *continuum* que é uma distribuição contínua do acesso aos recursos coletivos, públicos, materiais ou simbólicos, aos quais se associa o nome ‘Estado’”, e “essa distribuição seria,

como todas as distribuições em todos os universos sociais, fundamento e objeto de lutas permanentes” (Bourdieu, 2014, p. 70). Em suma, o acesso privilegiado aos recursos estatais confere a determinados agentes vantagens econômicas e simbólicas: garante os desejados salários e demais benefícios que são pagos às funções do primeiro escalão estatal; e assegura, também, a possibilidade de falar em nome do Estado, em nome do universal, do oficial, quer dizer, de exercer o poder simbólico acumulado ao longo do processo de construção do Estado e perpetuado por meio de uma socialização de classe específica.

4 TRAJETÓRIAS SOCIAIS

Como se dá o acesso aos cargos públicos? Qual a relação das classes sociais com os recursos estatais? No que toca ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo, temos acompanhado a construção de um relativo consenso no sentido da constatação de que o poder econômico necessário para se eleger, por meio do voto, os representantes políticos constitui um desafio à democracia, pois acabam eleitos apenas aqueles que conseguiram mobilizar vultosas quantias, doadas por grandes corporações, que posteriormente cobram dos representantes políticos a defesa de seus próprios interesses ou das corporações que representam (Cervi *et al.*, 2015). A outra forma de acesso aos cargos dos poderes estatais, que em tese não padeceria desses problemas, é aquela que se dá por meio de concurso público, forma utilizada por excelência no Poder Judiciário. O concurso, nessa perspectiva, teria por função garantir a justiça do recrutamento estatal, fundada na ideia de meritocracia. Será que é possível concordar com essa narrativa de legitimação?

É que o sucesso ou o fracasso nas disputas em questão vai depender de variáveis na trajetória social, que influenciarão decisivamente a posição que certo agente ocupará nesse campo. A preparação para os concursos mais cobiçados exige condições bem definidas, que só estão disponíveis, em regra, aos agentes da alta classe média. É dessa forma que conseguem acessar os recursos materiais e simbólicos disponíveis no contexto do Poder Judiciário, fato que é legitimado pela narrativa da meritocracia, que produz a ilusão de que, diante dos concursos públicos, tais cargos estão disponíveis para todos, independentemente da condição de classe, e que são recrutados apenas os mais “preparados”, “dedicados” ou “talentosos”.

A avaliação do material empírico permite notar que os agentes da classe média estudaram em escolas privadas e, em geral, acessaram a universidade pública, ao passo que os agentes da classe dos batalhadores estudaram em escolas públicas e acessaram, em geral, a universidade privada. Enquanto os agentes da classe média puderam fazer estágios voluntários (“pagar para trabalhar”), os batalhadores necessitaram trabalhar, em diversos tipos de empregos, para pagar a mensalidade ou o financiamento que lhes garantiria o pagamento da mensalidade da universidade privada. Com isso, a rotina desses agentes é bastante diferente (mais ou menos tempo de estudo, uso de carro próprio ou transporte público etc.), o que pode ser relevante no destino social de cada um.

O acesso à universidade – pública ou privada – já será condicionado pela formação escolar e pela rotina durante esse período. Para além das diferenças de qualidade entre as escolas – privadas ou públicas –, encontramos diferentes experiências de escolarização, que têm a ver, principalmente, com o tempo livre, tempo de dedicação exclusiva ou de combinação escola-trabalho. Nas trajetórias dos batalhadores, o início da vida laboral ocorreu ainda durante o ensino médio, entre as idades de 14 e 16 anos. Disso decorre, geralmente, a necessidade de estudar à noite.

Um dos entrevistados é o caçula de quatro irmãos, o único da família que teve acesso ao ensino superior. Começou a trabalhar com 15 anos, como assistente administrativo, quando passou a estudar

de noite. Depois de concluir o ensino médio, conseguiu um emprego de *office boy* em um escritório de advocacia, substituindo o seu irmão mais velho que atuava na mesma função. A vontade de fazer uma faculdade já existia e, após algum tempo trabalhando, encantado com o escritório de advocacia, resolveu tentar ingressar no ensino superior. Segundo conta, sequer tentou uma universidade pública. Entrou em uma universidade privada e após um ano pagando a mensalidade, com o auxílio da mãe, obteve o FIES.

Essa foi uma regularidade encontrada. Outro entrevistado começou a trabalhar aos 14 anos, também como *office boy* de um escritório de advocacia, no qual, hoje, aos 24 anos, recém-formado, é advogado contratado. Seu pai era vendedor de uma loja de roupa masculina e conseguiu o emprego para o filho com um advogado notável que era seu cliente. Aos 16 anos, esse entrevistado passou a trabalhar em turno integral e, conseqüentemente, a estudar de noite. Por essa razão, e também pela clara percepção de que seu ensino médio havia sido fraco, também sequer tentou ingressar na universidade pública.

A aprovação no concurso público é uma realidade distante para os batalhadores do campo jurídico. Em diversas narrativas os entrevistados manifestaram tal desejo, mas as dificuldades em relação a tempo e dinheiro para fazer os cursinhos preparatórios são fatores que atrapalharam a empreitada.

Alguns entrevistados, no entanto, decidem enfrentar o desafio, de modo que acabam constituindo um mercado importante para os serviços de cursos preparatórios. A própria publicidade dessas instituições capta com precisão a ideologia que rege a condução da vida da classe dos batalhadores. Por um lado, apelam para a promessa de sucesso;⁴ e, por outro, utilizam depoimentos de vencedores, que, em geral, se assemelham a testemunhos pentecostais, preconizando a constante renovação da fé e da ética do trabalho duro. Salvo exceções, o trabalhador desse perfil provavelmente não será aprovado em nenhum concurso, pois as estruturas objetivas do cotidiano de alguém que não estuda para trabalhar, mas trabalha para ter a chance de estudar (Souza, 2010, p. 77) dificultam o desenvolvimento das precondições para o sucesso nesse tipo de disputa, por exemplo, a organização de um tempo próprio para o estudo: “é como se as portas do universo escolar se abrissem pela metade ou pelo menos uma pequena fresta pela qual as classes dominadas podem dar uma pequena espiada” (*op. cit.*, p. 79).

Outro ponto relevante diz respeito ao grande número de bacharéis que alcançam o diploma por meio do ensino universitário privado, mas na sequência não conseguem ser aprovados na prova da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), de modo a habilitar-se para o exercício de serviços jurídicos.⁵ Há atualmente um enorme contingente de bacharéis, que constituem uma espécie de “exército de reserva minimamente escolarizado para o trabalho precário” (Souza, 2010, p. 63), e que encontram acomodação profissional nesse tipo de trabalho em grandes escritórios de advocacia. Trata-se de um caso típico do desencontro “entre qualificações e ocupações” (Comin e Barbosa, 2011, p. 76). Os batalhadores do campo jurídico, após investirem tempo e dinheiro na formação acadêmica, podem acabar numa espécie de limbo, porque “por mais que as dinâmicas do mercado de trabalho e do sistema educacional estejam entrelaçadas de muitas maneiras, o curso de cada uma obedece a diferentes lógicas e temporalidades” (*idem, ibidem*).

4. “O sucesso espera por você” é o *slogan* de um dos maiores cursinhos do Brasil.

5. Conforme os dados apresentados pelo relatório Exame de Ordem em Números, v. 3, produzido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e pela unidade de assessoria técnica da Fundação Getúlio Vargas, FGV Projetos, em 2016, os examinandos provenientes de instituições de ensino superior privadas responderam por 93% dos inscritos. A taxa de aprovação média desses examinandos, no entanto, foi de 18%, ou seja, muito inferior à verificada no tocante às instituições de ensino superior públicas que alcançaram um índice de 40% de aprovação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das trajetórias dos agentes que chegaram aos cargos mais rentáveis do campo jurídico permite investigarmos de perto as diferenças sutis entre as classes e as frações de classe, que refletem na reprodução das desigualdades. Entre os relatos analisados, não consta nenhum caso no qual o agente tenha começado a trabalhar ainda na época da escola, como é comum no caso dos batalhadores. Os estágios na área de formação são em regra a primeira experiência laboral. O estágio, entretanto, é buscado não por qualquer necessidade financeira – o sustento compete aos pais durante a faculdade – e, sim, a partir da ideia de que ele é uma dimensão importante do próprio aprendizado da profissão. Os sujeitos da alta classe média, em suas palavras, “pagam para trabalhar”. Fazem estágios voluntários, em busca de aprendizado, pois o sustento é garantido pelos pais, no mínimo, até o final da formação universitária. Ademais, por vezes esses estágios são obtidos por meio de relações pessoais e familiares (capital social).

Esses agentes, portanto, gozam de vantagens na disputa por recursos escassos, isto é, possuem recursos herdados que lhes possibilitam a dedicação exclusiva à formação acadêmica e a busca dos objetivos profissionais, o que pode ser decisivo em suas trajetórias. Além das dádivas que recebem – uma sala para trabalhar, por exemplo, evitando assim que o iniciante na carreira tenha que arcar com aluguel –, os agentes da elite do campo jurídico geralmente possuem também capital social, o que contribui para o bom andamento de suas carreiras, abrindo portas por meio de indicações, contatos etc.

Como dissemos, o recrutamento dos agentes das carreiras jurídicas mais rentáveis ocorre por meio de concursos públicos. As pesquisas empíricas que têm sido realizadas sobre o assunto demonstram que os sujeitos que obtêm sucesso nas disputas pertencem à classe média, sobretudo a partir da análise da renda e das ocupações dos pais (Werneck Vianna *et al.*, 1997). O que nos interessa é estudar quais são as vantagens que a classe média possui e como ela traduz essas vantagens do ponto de vista das estratégias de reprodução dos capitais.

A preparação para os concursos mais disputados exige condições específicas, e a presença dessas condições nos casos de sucesso é uma regularidade descoberta no estudo. O treinamento para as provas que garantem o acesso às ocupações mais rentáveis – econômica e simbolicamente – do campo jurídico exige um intenso esforço, uma rotina específica, que pode se prolongar por anos. O que parece claro é que a própria possibilidade de realizar este esforço depende de pressupostos objetivos relativos à posição de classe do agente.

Para além da socialização primária e das disposições para o sucesso escolar, que posteriormente redundarão no acesso às melhores universidades e a possibilidade de dedicação exclusiva à formação acadêmica pelos agentes da alta classe média, o elemento que se apresenta fundamental durante a corrida pelos concursos públicos é o capital tempo livre, isto é, a chance de colocar em suspenso, por algum tempo, a necessidade de autossustento, por meio do suporte familiar. Em síntese, a possibilidade de se dedicar exclusivamente ao treinamento para as provas, tendo em vista o privilégio de poder abdicar de remuneração laboral. Trata-se de um capital que permite investir num cargo futuro que em princípio é incerto, não está garantido.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- _____. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989-1992). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- CERVI, E. U. *et al.* Dinheiro, profissão e partido: a vitória na eleição para deputado federal no Brasil em 2010. **Revista Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, Brasília, jan./abr., 2015.
- COMIN, Á. A.; BARBOSA, R. J. Trabalhar para estudar. Sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil. **Revista Novos Estudos Cebrap**, n. 91, p. 75-95, 2011.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Radiografia do Brasil Contemporâneo**. Brasília: Ipea, 2016a.
- _____. **Relatório parcial** – Radiografia do Brasil Contemporâneo. Brasília: Ipea, 2016b.
- SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- SOUZA, P. H. G. F. de. **A desigualdade vista do topo**: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, 2016.
- WERNECK VIANNA, L. *et al.* **Corpo e alma da magistratura brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ADORNO, S. **Os aprendizes do poder**: o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ALMEIDA, F. de. **A nobreza togada**: as elites jurídicas e a política da justiça no Brasil. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- CARVALHO, J. M. de. **A construção da ordem**: a política imperial. Brasília: Editora UnB, 1981.
- ENGELMANN, F. **Diversificação no espaço jurídico das lutas pela definição do direito no Rio Grande do Sul**. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.
- SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

1 INTRODUÇÃO

Como desempregados, estratificados por perfis educativos, mobilizam repertórios de acesso a empregos? Dedicado a esse questionamento, este artigo analisa os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) e as entrevistas desenvolvidas pela pesquisa Radiografia do Brasil Contemporâneo. Assegurando as condições de comparabilidade, uma categoria oficial³ que define aqueles em situação de desemprego – indivíduos em idade ativa, sem trabalho, que tomaram medidas recentes para lograr o ingresso em ocupações – servirá como um mínimo denominador comum. Desse modo, esta investigação assume um objetivo duplo: verificar quais repertórios de acesso a empregos são evocados como mais importantes e de que forma os indivíduos significam tais práticas.

A primeira iniciativa se pauta pela elaboração de medidas descritivas, bem como pela estimativa de parâmetros para a população total. Com esse intento, faço uso da PNAD Contínua em sua divulgação trimestral, observando as principais providências de procura por trabalhos entre o quarto trimestre de 2015⁴ e o quarto trimestre de 2018. Em seguida, detenho-me no quarto trimestre de 2018, verificando as frequências para cada nível educativo. É importante ressaltar que o período foi atravessado por uma grave crise econômica, que abarcou, segundo o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos da Fundação Getúlio Vargas (CODACE/FGV), o ínterim entre o segundo trimestre de 2014 e o quarto trimestre de 2016.

Já a segunda iniciativa aborda a dimensão biográfico-subjetiva do desemprego (Guimarães, 2002), e novamente os níveis educativos servirão para estratificar os desempregados. Para tanto, examino a forma com que a exclusão laboral e as tentativas de inserção ocupacional são experimentadas e significadas pelos indivíduos no decorrer de suas trajetórias. Assim, desenvolvo uma abordagem lexical, produzindo classes vocabulares reportadas ao banco de dados da pesquisa Radiografia do Brasil Contemporâneo, para em seguida apresentar uma análise mais detida das falas, a partir da codificação das entrevistas.

2 PROCURA POR EMPREGOS NA PNAD CONTÍNUA

A PNAD Contínua capta qual providência de procura por trabalhos, entre uma série de medidas listadas, foi considerada a prioritária no mês de referência. Desse modo, os dados evidenciam como os indivíduos mapeiam, em um contexto de crise e fechamento de postos de trabalho, seguido por uma lenta recuperação econômica, suas oportunidades de inserção ocupacional.

Entre os últimos trimestres de 2015 e 2018, a opção pelo contato direto com o empregador expressou uma tendência positiva praticamente constante, saltando de 70% para 79,7%. Este crescimento foi balanceado, sobretudo, pelos decréscimos no engajamento em agências de emprego (públicas e privadas) e sindicatos, de 8,6% para 4,7%; na utilização de anúncios de trabalho em jornais e revistas, de 5,5% para

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bapi23art8>

2. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

3. Definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em consonância com pesquisas no âmbito internacional.

4. No quarto trimestre de 2015, foram feitas alterações metodológicas a respeito das providências de procura laboral, o que me levou a iniciar a série histórica nesse período.

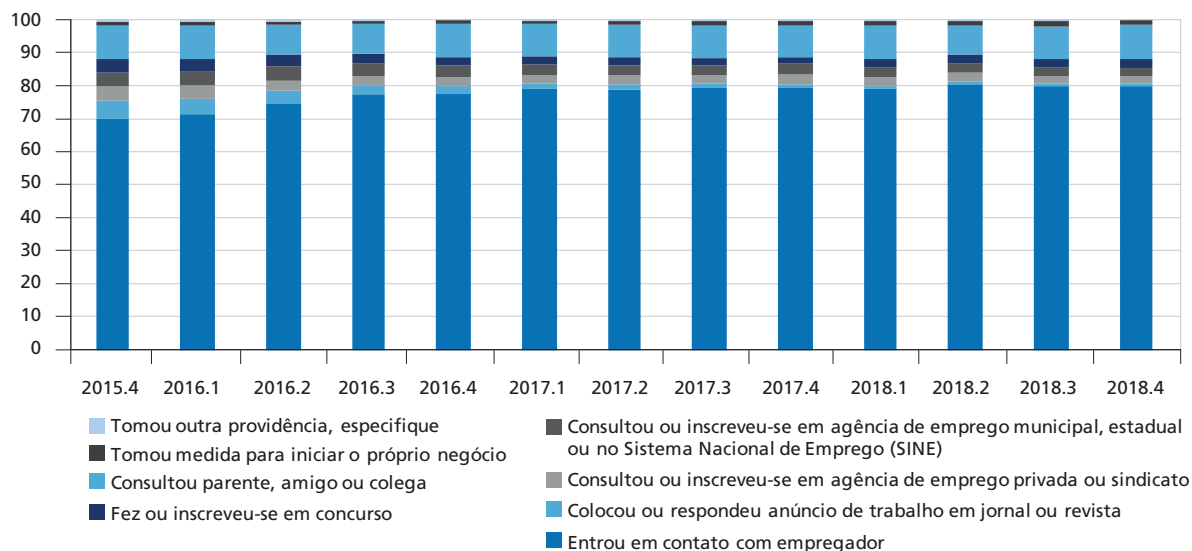
0,8%; e na inscrição e realização de concursos públicos, de 4,2% para 2,5%. Já a consulta por parentes, amigos ou colegas se manteve praticamente inalterada, variando entre 10,3% e 10,5% no íterim.

De maneira geral, os dados revelam o fortalecimento dos repertórios informais de procura laboral durante a recessão econômica, em detrimento dos vínculos institucionais, com frequências notadamente baixas. Em uma tendência já apontada por Ramos, Lobo e Anze (2015, p. 43), os trabalhadores tendem a recorrer ao seu “universo próximo” na procura por empregos, comportamento que se fortaleceu com a crise.

GRÁFICO 1

Brasil: principal providência para a procura por empregos (2015-2018)

(Em %)



Fonte: PNAD Contínua.

Elaboração do autor.

Ao nos debruçarmos sobre o quarto trimestre de 2018, chama a atenção que, em todos os níveis de escolaridade, o contato direto com o empregador despontou como a providência mais importante de obtenção de trabalhos, indo de 71,8% para indivíduos sem ensino fundamental⁵ até 84% para indivíduos com ensino médio completo. Todavia, o maior registro de contato com parentes, amigos ou colegas ocorreu para os indivíduos com baixa escolaridade, destacando-se os 22,2% para os respondentes sem ensino fundamental, em oposição a apenas 4,6% dos indivíduos com ensino superior completo. Já a inscrição em concursos, embora com frequência relativa reduzida, encontrou maior respaldo nos indivíduos com ensino superior (13,7%), em contraste ao grau quase nulo de respostas nos outros níveis de escolaridade. Finalmente, o engajamento em agências de emprego (públicas e privadas) e sindicatos variou entre 3,6% (ensino superior completo) e 5,1% (ensino médio completo).

Cabe ressaltar que o teste qui-quadrado constatou uma associação significativa entre o perfil educativo e as providências de procura ($p < 0,05$), ainda que essa associação tenha sido considerada de baixa intensidade, tal como revelado pelo V de Cramer (0,185).

5. Para todos os procedimentos metodológicos, utilizarei os seguintes níveis educativos: indivíduos sem ensino fundamental, indivíduos com ensino fundamental completo, indivíduos com ensino médio completo e indivíduos com ensino superior completo.

3 ANÁLISE LEXICAL DAS ENTREVISTAS

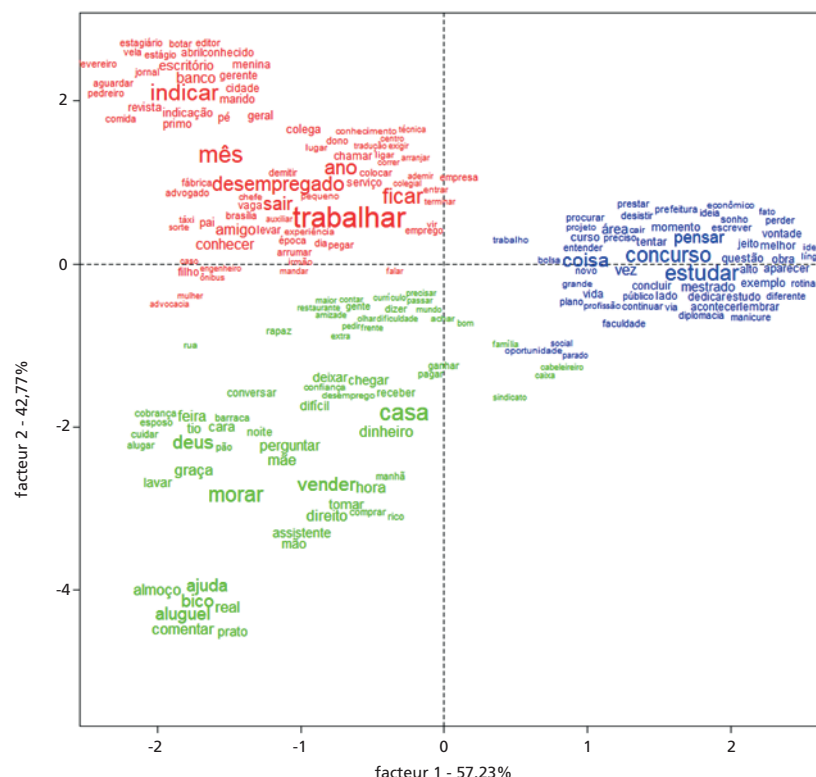
A partir daqui, debruço-me sobre o banco de dados da pesquisa Radiografia do Brasil Contemporâneo, composta por 625 entrevistas em profundidade desenvolvidas com moradores de cidades brasileiras de médio e grande porte. Como empreitada inicial, as entrevistas foram alvo de uma busca por radicais-chave (“empreg”, “trabalh” e “ocup”), o que permitiu a seleção de 74 entrevistas que relataram, com uma oferta satisfatória de dados, a mobilização de providências para a obtenção de empregos no decurso das biografias.

Em seguida, os trechos das falas compuseram um *corpus* próprio, adaptado ao *software* Iramuteq. Como técnica de análise, optei pela classificação hierárquica descendente (CHD), também conhecida como método de Reinert. Voltada à criação de classes lexicais, a CHD cruza os vocabulários em suas formas reduzidas⁶ por meio de repetidos testes qui-quadrado, agrupando os segmentos de texto a partir das frequências e correlações entre as palavras.

Por conseguinte, o *corpus* foi dividido em 553 segmentos de texto, com o aproveitamento de 84,09%, e anotaram-se 2.680 formas vocabulares, atingindo 18.800 ocorrências. A CHD apartou dois grupamentos de classe: de um lado, as classes 1 (33,1% dos segmentos de texto) e 2 (18,7%); de outro, a classe 3 (48,2%).

A seguir, a figura 1 apresenta uma análise fatorial de correspondência (AFC), que insere em um plano fatorial as classes, separadas por cores, e as palavras que lhes dão substrato.

FIGURA 1
AFC para os repertórios de acesso a empregos



Fonte: Radiografia do Brasil Contemporâneo.

Elaboração do autor.

Obs.: Figura reproduzida em baixa resolução e cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

6. Ou seja, a partir de suas raízes.

Logo de início, chama atenção que a classe 3 (azul) reporta-se fundamentalmente a repertórios de investimento educativo, vinculados ao engajamento em cursos e concursos públicos. Traduzindo uma dedicação pessoal de longa duração, são anotados vocabulários que expressam o planejamento do cotidiano, conjugando rotinas de estudo e de participação institucional. Pelo teste qui-quadrado, é possível cruzar os níveis educativos dos interlocutores com as classes vocabulares, o que denota, para a classe 3, uma associação significativa ($p < 0,05$) com o ensino superior completo.

Enquanto isso, as classes 1 (vermelho) e 2 (verde), como integrantes de uma mesma ramificação, denotam repertórios mais imediatos e instáveis de procura por trabalhos. Assim, a classe 2 ilustra medidas emergenciais de inclusão laboral, a partir de “bicos” e do trabalho autônomo, corriqueiramente iniciado sem muitos recursos. Também chamam a atenção vocabulários que revelam o baixo proveito de necessidades básicas, ressaltando a alimentação e a busca por ajuda. Ainda que nessa classe seja possível observar o auxílio de pessoas próximas, como os amigos que ajudam na distribuição de currículos, é na classe 1 que a mobilização de contatos ganha maior ênfase. Além da mudança no ambiente de trabalho (diferenciando a feira e a rua dos escritórios e das fábricas), esta classe abarca vocabulários direcionados à indicação de empregos, à importância dos conhecidos, à busca por estágios e à facilitação no acesso a vagas. É importante notar que, enquanto a classe 2 apresenta uma associação significativa com o ensino fundamental incompleto, a classe 1 evidenciou um perfil mais disperso.⁷

4 CATEGORIZAÇÃO DOS REPERTÓRIOS DE ACESSO A EMPREGOS

Para complementar esses achados, as entrevistas foram submetidas a um novo exame, o que permitiu uma codificação de cunho qualitativo realizada pelo próprio pesquisador por meio do *software* Atlas.ti. Nesse caso, os trechos de fala foram agrupados e separados a partir dos seus conteúdos, iniciativa que permitiu a elaboração de categorias temáticas,⁸ entre elas os repertórios de acesso ao emprego, objeto deste artigo.

Contando com 215 marcações, tal categoria foi alvo de uma divisão interna, expressa nas subseções seguintes. Estas tratam das estratégias utilizadas para a inserção laboral, desde medidas imediatas, dadas a cabo em situações de grave insegurança financeira, até ações planejadas e pautadas em uma temporalidade estendida. Em cada subseção, serão apresentadas falas entendidas como ilustrativas, cuja identificação dos entrevistados ancora-se em sexo, idade, escolaridade e cidade de residência.

4.1 Utilização de contatos pessoais

Neste eixo temático, as falas destacam o usufruto de contatos para o acesso a informações sobre processos seletivos, da mesma forma que podem garantir indicações para a ocupação de postos de trabalho.

Mas hoje a gente nem está se falando tanto porque cada um está fazendo uma coisa da vida. Foi ela [amiga] que me indicou para o emprego na embaixada da Índia, pois ela viu no Facebook e me avisou que tinha uma vaga aberta (homem, 29 anos, ensino superior completo, Brasília/Distrito Federal).

Um dia, eu estava em casa, meu filho tinha um ano e meio, a dona de uma escolinha que tinha em frente à casa de meu pai me chamou – dizem que emprego não bate na porta de casa, mas dessa vez bateu na minha porta – e falou: “[Nome], eu sei que você tem pedagogia, e estou precisando de uma pedagoga para assinar os documentos da escola. Você vai?”. Eu respondi: “Tudo bem, vou lá ver essa proposta”. E fiquei trabalhando lá quase dois anos (mulher, 44 anos, ensino superior completo, Osasco/São Paulo).

7. Não apresentando uma associação significativa com os níveis educativos utilizados.

8. A categorização foi realizada por apenas um pesquisador, no caso o autor deste estudo. Certamente, essa medida traz consigo uma fraqueza metodológica, a ser enfrentada em esforços posteriores.

Surgiu esse trabalho lá no polo petroquímico. Minha colega, minha irmã... nessa época surgiu assim, o Pão de Açúcar, negócio de refeitório, todo mundo foi. Minha irmã começou a trabalhar. Fiz a inscrição junto com ela, ela começou a trabalhar primeiro. Depois minha colega, do próprio colégio em que eu estudava, disse: “Não fique triste não, daqui a pouco você vai ser chamada”. Mas como? Ela já conhecia o rapaz, o gerente, mandou meu nome, foi rapidinho. Eu fui e trabalhei no polo. (...) Depois teve a eleição dos rodoviários, aí minha irmã, como eu ia fazer uma cirurgia, ficou no meu lugar. Depois fiquei em casa fazendo esses bicos aí. Daqui a pouco: “[Nome], vai surgir uma vaga lá no Sindicato da Construção Civil”. Então está bom. E meu padrinho, ele era exatamente do partido. Aí ele fez assim: “A mulher tem que trabalhar, se casar já com emprego, porque se você se casar seu marido não vai deixar você trabalhar, e mulher tem que ser independente. Eu vou arrumar um emprego para você”. Ele ligou para mim e eu vim trabalhar aqui. Foi aí que eu consegui esse emprego aqui (mulher, 53 anos, ensino fundamental completo, Salvador/Bahia).

Para alguns entrevistados, a mobilização de contatos alcança vínculos mais distantes do ego, revelando a circulação de informações e de oportunidades em uma rede mais abrangente. A relação entre parentes baseia-se fortemente nessa modalidade de entreaajuda, ampliando o acesso a oportunidades para além do círculo familiar mais restrito.

Através de uma conhecida da minha tia, a madrinha dos meus primos. Ela tinha uma irmã que tinha um filho, e ela trabalhava o dia todo, não tinha com quem o menino ficasse, aí acabou me indicando. (...) Através do meu pai, porque ele fez um serviço nessa lavanderia, aí ele falou com o dono para me colocar lá (mulher, 30 anos, ensino fundamental completo, Natal/Rio Grande do Norte).

Minha mãe frequenta a igreja São Camilo, o ambulatório faz parte da igreja São Camilo, e eles estavam precisando de uma auxiliar em saúde bucal. Comentaram – a assistente social me conhecia, é amiga da minha mãe – sobre eu estar desempregada e me chamaram perguntando se eu queria trabalhar (mulher, 26 anos, ensino médio completo, cidade do Rio de Janeiro).

4.2 Engajamento em concursos públicos

Outros entrevistados, por sua vez, relatam a dedicação a concursos públicos, iniciativa descrita como um investimento pessoal fundado em extensas jornadas de entrega aos estudos.

O concurso é muito caro, de diplomacia brasileira. É um concurso extremamente difícil, em que demoramos anos para passar. Por mais preparado que você esteja, por mais que você saiba todo o conteúdo, você passa por uma prova extremamente cansativa. E às vezes você chega muito perto, às vezes não. (...) Foi só estudando, sem nenhum tipo de trabalho, e só estudando para esse concurso específico para diplomacia. E enquanto esperava outro eu sempre dava uma lida em outros concursos para ver se passava em alguma outra coisa (homem, 35 anos, ensino médio completo, Cabo de Santo Agostinho/Pernambuco).

De maneira complementar, alguns entrevistados associam o empenho em concursos à busca por carreiras estáveis e com melhores salários, em contraponto a experiências laborais anteriores, marcadas pela insegurança e por poucas oportunidades de crescimento profissional.

Trabalhei oito anos como secretária e pensei assim: não estou progredindo. E comecei a prestar concursos públicos. Lembro que eu falava para o meu chefe, pedindo aumento de salário por causa da faculdade, e não sobrava dinheiro. Falava para ele que estava precisando de aumento para eu poder ajudar a pagar a faculdade do meu irmão, para que ele parasse de vender bolo e tivesse mais tempo para estudar. (...)

Quando fui mandada embora, pensei que tinha que fazer alguma coisa. Não conseguia ficar parada. Prestei vários concursos e de imediato não conseguia nada. Então, eu falei: preciso reformar aqui, porque essa casa estava quase a cair por conta da construção de meu pai. Vou reformar a mercearia e, conforme vou tocando a mercearia, devo ser chamada em algum dos concursos prestados (mulher, 49 anos, ensino superior completo, cidade de São Paulo).

Talvez a única coisa que me frustrou um pouco e que me deixou um pouco pensativa se eu realmente queria fazer aquilo é que, quando acabei de fazer minha parte no projeto, eles me dispensaram. E vi que no mundo dos negócios as coisas são assim também, você fez sua parte, você já pode ser dispensada, porque eles já vão ter menos gasto com você, vão ter mais lucro – afinal, o que importa é isso. Comecei a pensar: não, se é para trabalhar, então que eu passe num concurso, e as pessoas não vão me dispensar tão facilmente. (...) Eu meio que separo um tempo e estudo. Faço uma meta de estudar, por exemplo, quatro horas por dia para concurso, e aí tenho que me dedicar, assistir a aulas, essas coisas mais, que exigem uma preparação muito grande. E às vezes eu tento que seja prazeroso, mas nem sempre é, é dificultoso (mulher, 23 anos, ensino superior completo, Natal/Rio Grande do Norte).

4.3 Realização de trabalhos temporários

Por vezes, as falas evidenciam a dedicação a trabalhos temporários, permitindo o acesso a rendimentos em situações de desemprego. Da mesma forma, esta modalidade de trabalho pode estar associada a atividades profissionais que se ancoram em contratos de curta duração.

A grana da rescisão já foi, e tenho o meu seguro-desemprego – eu era CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] – a partir do mês que vem, e estou assim: desesperadamente atrás de *freela* [*freelance*]. Estou num período assim, para pegar *freela* de qualquer tipo, então estou pegando *freela* de umas boas aí (...) de *social media*, transcrição de roteiro, essas paradas. Meu plano é: viver de *freela* durante o seguro-desemprego, senão eu perco o seguro-desemprego, para complementar a renda. Viver de *freela* esses três meses, mais ou menos, e depois procurar um emprego (homem, 40 anos, ensino superior completo, cidade de São Paulo).

Minha vida é isso aí. Minha vida sempre foi essa aí. Eu faço uma coisa aqui, outra ali, outra acolá, nunca paro em nada, não. Eu não consigo parar em nada (homem, 43 anos, ensino fundamental incompleto, Salvador/Bahia).

Antes de eu entrar aqui, passei cinco meses desempregada, sem estar de carteira, de coisa, mas eu fazia meus biquinhos, fazia minhas faxinas de casa. Mas eu queria um trabalho de carteira assinada, eu ia embora com a minha garrafinha (mulher, 36 anos, ensino fundamental completo, Manaus/Amazonas).

Fiz vários *freelas* em diversas áreas. Desde *freelas* em *design* gráfico mesmo, porque aí eu comecei a exercer a profissão nessa área, na *startup*. Foi nesse momento que comecei a exercer a profissão de *designer* gráfico mesmo, e cheguei até a fazer um *freela* em cinema. Porque, como estava muito familiarizada com estúdio de fotografia e produção de moda, pois eu trabalhava com isso diretamente e frequentemente, fui chamada para ser assistente de figurino de um curta-metragem (mulher, 27 anos, ensino superior completo, cidade de São Paulo).

4.4 Investimento no próprio negócio

Os indivíduos podem também direcionar recursos ao desenvolvimento do próprio negócio, contando com montantes de investimento variados.

Tive que abrir a minha empresa. A [nome da empresa], eu tive que abrir nesse momento porque, na verdade, eu não era funcionária dele, eu recebia comissão. E aí tive que montar a agência, que na verdade não era uma agência, era uma empresa de uma pessoa só naquele momento. Precisei começar a entender um pouquinho sobre como abrir uma empresa, os tributos que tinham que ser pagos, e me proporcionou essa possibilidade. Aí eu fui trabalhar lá. Enfim, fiquei um tempo lá, mas acabou que não deu certo. E eu, na verdade, captei para um dos meus antigos empregadores, que, na época, era a Claro. Fizemos alguns eventos e algumas ações via [nome da empresa], que se chamava na época, e acabou não dando certo. A própria Claro me incentivou a montar a minha agência, porque ela queria efetivamente trabalhar comigo. E isso foi bom porque me deu certa tranquilidade para começar já com um cliente, vamos dizer assim (mulher, 46 anos, ensino superior completo, cidade do Rio de Janeiro).

Depois que o escritório voltou a funcionar de novo, aí eu não quis mais. Peguei e procurei uma banca lá na feira para mim mesma – aluguei e comecei a trabalhar para mim mesma. Comecei a fazer suco, arranjei mais duas meninas para trabalhar para mim. Eu fazia suco, elas vendiam (mulher, 47 anos, ensino médio completo, Manaus/Amazonas).

Se ocasionalmente os empreendimentos são fruto apenas da iniciativa pessoal, em alguns casos abarcam investimentos mais amplos, seja pelo compartilhamento dos esforços de criação e gestão, seja pelo suporte material que garante tal empreitada.

Não, quando terminei a faculdade montei um consultório. (...) Tive uma época em que eu não aguentava pagar aluguel de consultório, aluguel de casa, e pensei: gente, eu ganho bem, mas vai tudo, eu não tenho dinheiro nem para ir passear, fazer uma viagem. O que eu fiz, então: voltei para a casa dos meus pais e fui subalugar uma sala num consultório montado, né? Daí consegui respirar, fazer um dinheirinho e tal (mulher, 58 anos, ensino superior completo, cidade de São Paulo).

Para poder abrir uma clínica para mim. Como o [nome], meu noivo, está fazendo biomedicina, a ideia é justamente juntar o curso dele com o meu e a gente ter uma clínica onde eu possa fazer os atendimentos e ele dar encaminhamento à parte laboratorial, e a gente trabalhar com isso, sem ter patrão (mulher, 28 anos, ensino superior completo, Recife/Pernambuco).

4.5 Submissão de currículos

Alguns entrevistados relataram a submissão de currículos como principal repertório para a obtenção de empregos. Nos casos seguintes, a entrega de currículos se dá de maneira aleatória, como uma tentativa difusa em diversas ocupações.

Eu botei currículo, fui chamada, aí pensei que ia ser o meu emprego no motel, sabe? De camareira. Mas ainda não foi esse, então para mim assim é mais difícil, sabe? Sem emprego, sem renda, só o Bolsa Família, que é fixo, mas qualquer hora pode perder, está entendendo? (...) No momento, botei meu currículo, fui chamada para a entrevista do motel ali. Como é que eu posso dizer? Num sei, até hoje eu aguardo, né? Mas já faz mais de mês. Acho que não, acho que é porque, como eu estou dizendo, eu chorei lá na hora, ela começou a perguntar da família (mulher, 43 anos, ensino fundamental incompleto, Natal/Rio Grande do Norte).

Depois que eu fiquei desempregada, foi mais correndo atrás do trabalho mesmo, botando currículo aqui, currículo em empresa (mulher, 25 anos, ensino fundamental incompleto, Salvador/Bahia).

Estou distribuindo currículo em obra, porta a porta, mandando por *e-mail*, para sindicato. Tudo que você pensar eu estou tentando, porque o custo de vida de Salvador é muito alto. Manter isso é muito alto (homem, 24 anos, ensino superior completo, Salvador/Bahia).

Já outras falas atrelam a submissão de currículos à mobilização de contatos pessoais, facilitando o acesso a informações e a entrada em processos seletivos.

É, um amigo chamado [nome]. Na época, uma assistente que atuava no Borel foi divulgando, né? Que o programa estaria aberto para vagas para agentes, agentes de campo. E as vagas estariam abertas e eu me candidatei. Mandeí um *e-mail*, com currículo, uma carta, é... como era o nome da carta? Carta de intenção, isso. E fui chamada para a entrevista (mulher, 26 anos, ensino médio completo, cidade do Rio de Janeiro).

Hoje em dia uns não trabalham, outros são desempregados. Às vezes, muitos deles chegam para mim: “Leva meu currículo lá para a empresa onde tu trabalhava, vê se podem me chamar”. (...) Me fizeram a proposta para ir botar o currículo lá, botei o currículo e fui chamado. Só saí porque infelizmente a empresa fechou, se não fosse isso ainda estava lá (homem, 23 anos, ensino médio completo, Olinda/Pernambuco).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa abordou como os indivíduos lidam com o desemprego, conjugando diferentes procedimentos metodológicos para analisar a estratificação educativa da procura laboral. Pelos resultados, é lícito afirmar que a escolaridade segmenta o mercado de trabalho e condiciona as chances econômicas dos trabalhadores, servindo de base para a formação de expectativas e para as tomadas de decisão (Kodde, 1998; Nickell e Bell, 2014). Assim, se o “fardo de bem-estar” decorrente das taxas de desemprego não se dilui uniformemente no interior da força de trabalho (Morgenstern e Barrett, 1974), a pesquisa se dedicou a um aspecto desse problema, contribuindo com uma discussão sistemática sobre escolaridade e procura por empregos.

Inicialmente, apresentaram-se dados da PNAD Contínua, demonstrando que os repertórios informais se fortaleceram durante o período econômico recessivo (e se consolidaram durante a recuperação), em detrimento dos vínculos institucionais. Outrossim, existe uma associação significativa entre escolaridade e providências de procura por trabalhos, sendo que as providências informais se mostraram mais frequentes nos níveis educativos elementares, pautados sobretudo pelo contato com empregadores e pela ajuda de parentes, amigos ou colegas.

Para compreender esses resultados, alguns aspectos merecem atenção. Certos repertórios, como o engajamento em concursos públicos, estão condicionados a requisitos escolares mínimos, restringindo a participação de desempregados sem ensino médio ou ensino superior. Em contrapartida, as instituições de intermediação se mostraram mais importantes nos níveis menos escolarizados, em uma tendência já apontada por Guimarães *et al.* (2017), ainda que a frequência desse repertório tenha sido baixa quando comparada à mobilização de contatos informais. Além disso, o questionário da PNAD Contínua não capta a efetividade das providências em si, mas qual delas era considerada pelos indivíduos a mais relevante. Algumas estratégias, como a aplicação em concursos públicos ou o uso de agências de intermediação, assumem um caráter esporádico e difuso no decorrer de um longo período de desemprego, enquanto a assistência informal depende do fluxo de informações e favores entre desempregados e seus amigos ou familiares. O contato direto com o empregador

representa, por seu turno, um cenário amplamente desfavorável, a forma mais simples e rotineira de manter contato constante com o mercado de trabalho, mesmo que à distância (como por *e-mail*) ou em face de rejeições, o que explica os altos índices dessa medida.

Em seguida, fez-se uso do banco de dados da pesquisa Radiografia do Brasil Contemporâneo, classificando, por meio de um procedimento estatístico e indutivo, os vocabulários de entrevistas selecionadas. Os resultados revelaram uma cisão dos discursos, traduzindo, de um lado, a formação escolar e os investimentos de longo prazo, associados ao ensino superior completo, e, de outro, os repertórios instáveis e imediatos de procura por empregos, caracterizados pela insuficiência de recursos e associados aos níveis escolares mais baixos. O esforço foi complementado pela codificação manual das falas, produzindo cinco categorias: utilização de contatos pessoais; engajamento em concursos públicos; realização de trabalhos temporários; investimento no próprio negócio; e submissão de currículos. Essas categorias suscitaram alguns elementos relevantes.

- 1) Nota-se a importância dos relacionamentos interpessoais, a partir da mobilização de contatos, do acesso a informações privilegiadas e do usufruto de suporte, tanto financeiro quanto afetivo. Esse tema assumiu uma abrangência maior que na etapa da PNAD Contínua, visto que, aqui, os contatos informais foram examinados para além da indicação de empregos, abarcando também a importância dos vínculos informais em garantir as condições para a mobilização de estratégias de emprego, como no apoio material à realização de concursos.
- 2) A temporalidade dos repertórios de inserção ocupacional apresentou manifestações distintas entre os perfis educativos. Se em estratos menos escolarizados a procura por trabalhos se desenrolou como uma necessidade imediata, nos grupos com maior formação educativa verificou-se a elaboração de planejamentos de médio e longo prazo, manifestos especialmente na qualificação e na dedicação a concursos públicos.
- 3) Mesmo que agrupadas em um mesmo tema, as falas apresentaram significados bastante divergentes. No que diz respeito aos trabalhos temporários, a distinção entre “bicos” e *freelances* contrapõe, respectivamente, atividades emergenciais em situações de desemprego, desenvolvidas por indivíduos com baixa escolaridade, e trabalhos autônomos e de curta duração sem vínculo empregatício estável, dados a cabo por indivíduos com graus mais elevados de formação. O mesmo fator despontou no investimento no próprio negócio, levando em conta a quantidade de recursos disponíveis ao indivíduo e à sua família, bem como o tempo investido para sua efetivação.

Pela reunião desses achados empíricos, a escolaridade se apresentou como um indicador essencial para a procura laboral, condicionando os ativos passíveis de mobilização e impactando os mapeamentos, tanto pessoais quanto familiares, dos postos de trabalho disponíveis e das estratégias de ingresso passíveis de persecução.

REFERÊNCIAS

- GUIMARÃES, N. Por uma sociologia do desemprego. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 50, p. 103-183, out. 2002.
- GUIMARÃES, N. *et al.* Os pobres e o acesso ao trabalho: entre a ação pública e o interesse privado. **Novos Estudos Cebrap**, v. 36, p. 83-105, jul. 2017.

KODDE, D. Unemployment expectations and human capital formation. **European Economic Review**, v. 32, n. 8, p. 1645-1660, Oct. 1998.

MORGENSTERN, R.; BARRETT, N. The retrospective bias in unemployment reporting by sex, race and age. **Journal of the American Statistical Association**, v. 69, n. 346, p. 355-357, 1974.

NICKELL, S.; BELL, B. The collapse in demand for the unskilled and unemployment across the OECD. **Oxford Review of Economic Policy**, v. 11, n. 1, p. 40-62, 2014.

RAMOS, C.; LOBO, V.; ANZE, V. A importância alocativa das políticas de emprego. **Mercado de Trabalho**, v. 58, n. 21, p. 37-50, abr. 2015.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Assessoria de Imprensa e Comunicação

EDITORIAL

Coordenação

Reginaldo da Silva Domingos

Supervisão

Carlos Henrique Santos Vianna

Revisão

Bruna Oliveira Ranquine da Rocha

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo

Elaine Oliveira Couto

Lis Silva Hall

Mariana Silva de Lima

Marlon Magno Abreu de Carvalho

Vivian Barros Volotão Santos

Laysa Martins Barbosa Lima (estagiária)

Editoração

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Mayana Mendes de Mattos

Louise de Freitas Sarmento (estagiária)

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

PREFÁCIO

Jessé Souza

INTRODUÇÃO À EDIÇÃO TEMÁTICA CLASSES SOCIAIS, ESTADO E DESIGUALDADES

Marco Natalino

Felix Lopez

ESPAÇO SOCIAL E ESTRUTURA DE CLASSES EM REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS

Emerson Ferreira Rocha

CLASSE, ESTILOS DE VIDA E VALORES NO BRASIL

André Vieira

Felix Lopez

ENCONTROS BUROCRÁTICOS E SUAS REVERBERAÇÕES SIMBÓLICAS: UMA EXPLORAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DE INTERAÇÃO COTIDIANA COM AGENTES DO ESTADO

Roberto Rocha C. Pires

POBREZA, REDISTRIBUIÇÃO E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA PERCEPÇÃO DOS BRASILEIROS

Marco Natalino

REPERTÓRIOS SOBRE AS RAZÕES DA DESIGUALDADE NO BRASIL

Felix Lopez

O POVO NÃO ASSISTE A TUDO BESTIALIZADO

Antonio Lassance

A MERITOCRACIA E A REPRODUÇÃO DA DESIGUALDADE: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE TRAJETÓRIAS SOCIAIS DE AGENTES DO CAMPO JURÍDICO

Mariana Garcia

PERFIS EDUCATIVOS E REPERTÓRIOS DE ACESSO A EMPREGOS

Vitor Matheus Oliveira de Menezes



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

